PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS
(PROGEPE)

ANA MELICIA MORAES DE SOUZA

# FORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA DE CONSUMO: A GESTÃO DO MATERIAL ESCOLAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE SÃO PAULO

São Paulo
2017

**ANA MELICIA MORAES DE SOUZA**

# FORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA DE CONSUMO: A GESTÃO DO MATERIAL ESCOLAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais – Linha de Pesquisa e de Intervenção em Gestão Educacional (LIPIGES) – da UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª. Drª. Rose Roggero

**São Paulo**

**2017**

Souza, Ana Melicia Moraes de Souza.
Formação e sustentabilidade na sociedade capitalista de consumo: a gestão do material escolar em uma escola estadual de São Paulo. / Ana Melicia Moraes de Souza. 2017.
117 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2017.
Orientador (a): Profª. Drª. Rosemary Roggero.

1. Gestão. 2. Materiais escolares. 3. Sustentabilidade. 4. Formação. 5. Teoria crítica.
I. Roggero, Rosemary. II. Titulo

CDU 372

**ANA MELICIA MORAES DE SOUZA**

# FORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA DE CONSUMO: A GESTÃO DO MATERIAL ESCOLAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE SÃO PAULO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre e Educação, pela Banca Examinadora formada por:

**Presidente: Profª. Drª. Rosemary Roggero – UNINOVE (Orientadora)**

**Membro: Profª. Drª Celia Maria Haas – UNICID**

**Membro: Profª. Drª Lígia Carvalho Aboes Vercelli – UNINOVE**

**Suplente: Prof. Dr. Carlos Giovinazzo Júnior – PUC-SP**

**Suplente: Prof. Dr. Jason Ferreira Mafra – UNINOVE**

**Diretor do PROGEP – UNINOVE Prof. Dr. Jason Ferreira Mafra**

**São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.**

A todos os meus familiares e amigos que me apoiaram e me entenderam, compreendendo minha ausência em tantos momentos, que me incentivaram em todos os sentidos, permitindo que eu me dedicasse à concretização deste sonho.

## AGRADECIMENTO

A Deus, por ser constante em minha vida e me permitir mais esta conquista.

À minha família, pela torcida e admiração, em especial à minha mãe, por seu amor e incentivo, que sempre acreditou e contribuiu com minhas escolhas.

À Universidade Nove de Julho e ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE – Uninove), pelo apoio à pesquisa acadêmica.

À orientadora Rose Roggero, agradeço, de forma especial, pela prontidão com que sempre me acolheu, incentivando-me e desafiando-me a buscar sempre mais; pela humildade de compartilhar seus conhecimentos; pela capacidade de respeitar o ritmo do outro e, acima de tudo, pela competência e vocação de orientar pessoas.

Aos professores do programa, por compartilhar seus conhecimentos.

Aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação, em especial à Aline e ao Alex, por sua valorosa atenção.

Aos meus colegas de turma, pelas contribuições durante esta caminhada.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa, pelos momentos de estudos, apoio e companheirismo na busca do conhecimento.

A todos os amigos, pelo apoio e incentivo constante.

Aos participantes dos grupos focais e das entrevistas, que foram meus sujeitos de pesquisa neste estudo, pela indispensável colaboração.

Às minhas colegas de trabalho Maria Cristina e Daniela Simionato, que com sua inegável competência, realizaram a tradução da versão do resumo em inglês e espanhol.

A todos os meus educandos, que durante toda minha trajetória me fizeram crescer profissionalmente, colaborando para a minha formação.

Enfim, obrigada a todos que direta ou indiretamente me ajudaram, sem o auxílio de vocês não seria possível a concretização deste trabalho.

*A sustentabilidade zela para que o Sistema Terra, o Sistema Vida e o Sistema Sociedade possam se manter, transformar, autocorrigir e autorreproduzir. O cuidado representa o modo como alcançamos este objetivo. Se não adotarmos meios e atitudes imbuídas de cuidado, de zelo e de respeito, não garantiremos uma sustentabilidade que nos permita dar o salto rumo a uma forma nova de habitar a Terra, mais ecoamigável, mais respeitosa dos ritmos da natureza e mais carregadas de promessas de uma vida melhor, mais simples e singelamente feliz.*

*(Leonardo Boff)*

# RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a utilização do material escolar em uma escola estadual de São Paulo. O problema da investigação é saber se a gestão desse tipo de material segue com princípios de sustentabilidade. Partiu das hipóteses de que o desperdício e o uso irregular do material escolar pode estar ligado ao padrão de consumo da sociedade e, também, de que tal material distribuído pelo poder público pode não estar sendo utilizado corretamente, o que se evidencia por meio do aparente desperdício e de ações pontuais descoladas de uma visão crítica e atitudes sustentáveis, sob um ponto de vista ambiental, por parte dos agentes educativos. Na busca por compreender os avanços na distribuição dos materiais escolares, a pesquisa propõe realizar um levantamento do suporte legal sobre eles, identificando polêmicas e contradições que cercam os recursos que estão disponíveis no ambiente escolar. A metodologia inclui análise documental, grupos focais com professores e com estudantes, entrevistas com a equipe gestora, no âmbito de um estudo de caso, em uma escola estadual de São Paulo. O principal referencial teórico foi a teoria crítica da escola de Frankfurt. No resultado das análises dos discursos dos envolvidos, observamos que a gestão dos materiais escolares segue a lógica do consumo exacerbado, característico desta sociedade capitalista, visto que esses materiais acabam não sendo utilizados com princípios de sustentabilidade. Constatamos também que a formação encontra-se fragilizada, tendo a articulação teoria e práxis comprometida em seu desenvolvimento. Finalmente, é possível afirmar que existem contradições quanto à distribuição, ao uso e ao descarte de materiais escolares feito por essa comunidade atendida, sendo a formação a principal questão. É possível afirmar que as políticas públicas pouco refletem as preocupações para com a sustentabilidade, o que fica evidente nas análises documentais. Sem uma reflexão crítica dos usuários, o material escolar acaba sendo desperdiçado e descartado de forma irregular, causando prejuízos em várias esferas. A pesquisa é concluída com a proposta de intervenção que permite avanços no uso desses materiais utilizados por essa comunidade escolar, a fim de promover conscientização e a viabilidade de uma atuação educativa pautada em critérios de sustentabilidade.



**Palavras-chave:** Gestão. Desperdício de materiais escolares. Sustentabilidade. Teoria crítica.

**ABSTRACT**

This research has, as a study object, the use of school materials in a state school from São Paulo. The problem of the investigation is to know if the management of this kind of material follows the sustainability principles. It started from the hypothesis that the school materials waste and irregular use may be attached to the society consumption pattern and, also, that such materials, which is distributed by the public power, may be not being used correctly, what becomes evident through the apparent waste and punctual actions, distant from a critical view and sustainable attitudes, from the environmental point of view, by the educational agents. Seeking to understand the advances of the school materials delivery, this research proposes to carry out a legal support assessment about them, identifying controversies and contradictions that surround the resources which are available in the educational environment. The methodology includes documental analysis, focus groups with teachers and students, interview with the management team, within the scope of a case study, in a São Paulo state school. The main theoretical critical reference was the Frankfurt school Critical Theory. In the analysis result of the involved persons' speech, we could observe that the school materials management follows the logic of the exacerbated consumption, characteristic from this capitalist society, since these materials end up not being used with sustainability principles. We have also realized that the formation is weakened, by having the theory and praxis articulation committed in its development. Finally, it is possible to affirm that there are contradictions about the school materials delivery, use and discard made by the attended community, since the formation is the main question. It is possible to say that the public policy reflects very little on the concerns about the sustainability which becomes evident in the documentary analyses. Without a users' critical reflection, the school materials end up being wasted and discarded in an irregular way, causing damages in many spheres. The research is concluded with an intervention proposal which permits advances in the use of these materials utilized by this school community, in order to promote awareness and the viability of an educational performance based on sustainability criteria.

**Key-words:** Management. Wastage of school material. Sustainability. Critical Theory.

**RESUMEN**

Esta investigación tiene como objeto de estudio la utilización del material escolar en una escuela estatal de São Paulo / Brasil. El problema de la investigación es saber si la gestión de este tipo de material sigue con los principios del desarrollo sostenible. Partió de las hipótesis de que el despilfarro y el uso irregular de materiales escolares pueden estar conectados a los patrones de consumo de la sociedad y también que dicho material distribuido por el gobierno puede no estar siendo utilizado correctamente, lo que se evidencia por medio del aparente despilfarro y de acciones puntuales desvinculadas de una actitud crítica y sostenibles, bajo el punto de vista del medio ambiente, según los educadores. En la búsqueda de la comprensión de los avances en la distribución de material escolar, la investigación se propone llevar a cabo un estudio del apoyo legal en ellos para identificar polémicas y contradicciones que rodean a los recursos que están disponibles en el entorno escolar. La metodología incluye el análisis de documentos, grupos focales con profesores y con estudiantes, entrevistas con el equipo de gestión, como parte del estudio de caso en esta escuela pública de São Paulo. El principal marco teórico fue la Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt. En el resultado del análisis de los discursos de los involucrados, se observó que la gestión de los materiales escolares sigue la lógica del consumo exagerado, característica de esta sociedad capitalista, ya que estos materiales no terminan siendo utilizados con los principios sostenibles. También observamos que la formación se encuentra debilitada, y la articulación entre la teoría y la praxis comprometida en su desarrollo. Por último, es posible decir que hay contradicciones en cuanto a la distribución, la utilización y el desecho de materiales escolares realizados por esta comunidad que se sirve de la formación como cuestión principal. Es posible decir que las políticas públicas poco reflejan las preocupaciones sostenibles y así se queda más evidente en los documentos genéricos y en los tribunales superiores. Sin una reflexión crítica de los usuarios, el material escolar termina siendo despilfarrado y desechado de manera irregular, causando perjuicios en diversos ámbitos. La investigación se completa con la propuesta de una intervención para permitir avances en el uso de estos materiales para esta comunidad escolar con el fin de promover concientización y la viabilidad de una actuación educativa basada en criterios sustentables.

**Palabras clave**: Gestión. Residuos de la escuela materiales. Sostenibilidad. Teoría Crítica.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1 – Caderno do aluno ..... 29**
**Figura 2 – Kit escolar do ensino médio ..... 32**
**Figura 3 – Kit escolar do ensino fundamental II ..... 33**
**Figura 4 – Cadernos e livros rasgados em porta de escola estadual ..... 37**

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** ..... 13
**CAPÍTULO 1 – A DISTRIBUIÇÃO E A UTILIZAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR** ..... 16
**1.1 Histórico da distribuição do material escolar no Brasil** ..... 1
**1.2 A política pública do livro didático e sua distribuição em âmbito nacional** ..... 20
**1.3 O livro didático no Estado de São Paulo** ..... 23
**1.4 A distribuição de material escolar no Estado de São Paulo** ..... 25
**1.5 A proposta curricular do Estado de São Paulo e o material escolar distribuído** ..... 27
**1.5.1 A distribuição dos Cadernos dos Alunos** ..... 29
**1.5.2 A distribuição dos kits escolares** ..... 31
**1.6 O mau uso do material escolar, uma questão de política pública ou gestão escolar?** . 34
**CAPÍTULO 2 – SOCIEDADE, CULTURA E FORMAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA** ..... 39
**2.1 Sociedade e cultura na contemporaneidade** ..... 39
**2.2 Indústria cultural e sustentabilidade** ..... 43
**2.3 Do Clube de Roma ao Desenvolvimento Sustentável** ..... 47
**2.4 Pensando a formação para a sustentabilidade** ..... 49
**CAPÍTULO 3 – AS VOZES DE QUEM UTILIZA OS MATERIAIS ESCOLARES** ..... 56
**3.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA** ..... 56
**3.1.1 Características da escola pesquisada** ..... 69
**3.1.2 Grupos focais com professores e com alunos.** ..... 64
**3.1.3 Entrevista com equipe gestora** ..... 65
**3.2 Dialogando com a realidade** ..... 66
**3.2.1 Cultura do consumo** ..... 67
**3.2.2 Sustentabilidade entre teoria e práxis.** ..... 70
**3.2.3 Fragilidade na formação** ..... 76
**3.2.4 Gestão dos materiais** ..... 79
**3.3 Proposta de Intervenção** ..... 82
**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 84
**REFERÊNCIAS** ..... 87

**APÊNDICE A –Termo de consentimento livre e esclarecido dos responsáveis dos menores participantes ..... 93**
**APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido dos professores..... 94**
**APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido da diretora e coordenadora pedagógica entrevistadas..... 95**
**APÊNDICE D – Transcrição integral do grupo focal dos estudantes..... 96**
**APÊNDICE E – Transcrição integral do grupo focal dos professores..... 103**
**APÊNDICE F – Transcrição integral da entrevista com a equipe gestora..... 113**

# 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação nasceu da inquietação que a pesquisadora sentiu, inúmeras vezes, em 15 anos de docência, pela má gestão de materiais escolares no ambiente escolar, em diferentes sistemas de educação pública e privada. Uma situação recorrente, a qual foi revelando, com o tempo, um sentimento de impotência diante do desprezo que alguns estudantes, funcionários e equipe gestora apresentam em relação aos materiais escolares, sem se dar conta de que esse desperdício causa consumo inconsciente, descarte de resíduos sólidos sem reciclagem, desperdício de recursos públicos, além de danos associados aos recursos naturais utilizados para produção da matéria-prima, assunto que faz parte, nos dias que correm, de discussões sobre sustentabilidade.

Para a compreensão do objeto é necessário problematiza-lo a partir de questionamentos, tais como: É possível fazer a gestão da utilização de material escolar com princípios de sustentabilidade? Para que tipo de participação sustentável, dentro dos parâmetros do mundo capitalista, os estudantes estão sendo formados? Que propostas de intervenção poderiam melhorar a gestão do material escolar?

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo estimula a discussão no espaço escolar sobre questões relacionadas ao meio ambiente e para isso promove parcerias com redes de aprendizagem não governamentais que tratam de sustentabilidade. Incentiva o desenvolvimento de projetos que contribuam com soluções criativas de transformação socioambiental, além da formação continuada para professores. Para Adorno (1995b), a chave da mudança radical está na sociedade e em sua relação com a formação.

No cotidiano, nota-se um aparente descompasso entre intenções e ações, já que as práticas escolares não correspondem às condições concretas, pois não efetivam o discurso das políticas, tornando-se vazio diante da realidade escolar. O que parece presente nas escolas públicas é a omissão e acomodação em velhas práticas, em vez de uma formação emancipatória. Os estudantes têm desenvolvido predominantemente comportamentos adaptados ao sistema capitalista, voltados ao consumismo, individualismo e desperdício.

Para dialogar com as questões postas, partimos de duas hipóteses:

a) o padrão de desperdício e uso irregular do material escolar pode estar ligado ao padrão de consumo da sociedade;
b) o material escolar distribuído pelo poder público pode não estar sendo utilizado corretamente, o que se evidencia por meio do desperdício e de ações pontuais,

descoladas de uma visão crítica e atitudes sustentáveis do ponto de vista ambiental, por parte dos agentes educativos.

A pesquisa se orienta com os objetivos de analisar a gestão de materiais escolares (o uso, o desperdício) e levantar os significados atribuídos por uma comunidade escolar, tendo por base a observação e o levantamento de dados e informações.

Alguns autores que estudam questões ambientais, sustentabilidade e gestão escolar serão utilizados no referencial teórico e na contextualização, dentre eles: Genebaldo Freire Dias (2004), Antônio Carlos S. Diegues (1992), Maria Alice Setubal (2015), Leonardo Boff (2012), Gustavo Ferreira da Costa Lima (2002) e Heloisa Lück (2002).

Reforçam o referencial teórico-crítico desta pesquisa: Theodor Adorno e Max Horkheimer, autores da teoria crítica da sociedade, pelo fato de que o pensamento desses autores ainda se mostra atual no que se refere à sociedade contemporânea, que mantém comportamento consumista, ensejado e fomentado pela indústria cultural. Além desses dois autores citados, Zygmunt Bauman, sociólogo contemporâneo, fortemente influenciado por Adorno, também é utilizado no referencial teórico.

Para tanto, organizamos uma pesquisa documental, bem como realizamos um estudo de caso, cujo alvo é uma escola da rede estadual de ensino, para entender como é feita a gestão de materiais escolares por uma comunidade escolar. Segundo André (2005), os estudos de caso auxiliam a análise de uma unidade escolar, já que considera "[...] suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural". No estudo de caso, podemos notar as relações diárias entre os envolvidos diante do objeto pesquisado, e observar o comportamento comum dos indivíduos no processo.

Entretanto, para a compreensão dos sujeitos, o estudo também se valeu de grupos focais; um com estudantes e outro com professores. Entendemos que esta técnica permite fazer emergir pontos de vistas diferentes, viabilizando a interpretação de significados difíceis de serem captados por outros meios (GATTI, 2005). Também foi realizada uma entrevista com a equipe gestora.

Em pesquisa realizada no banco de dissertações e teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando como período base o intervalo entre 2003 e 2015, a partir das palavras-chave "sustentabilidade", "meio ambiente", "educação ambiental", "desperdício de material", "material escolar", foram encontradas 230 dissertações, o que dá a entender que tem sido um assunto crescentemente discutido, embora os trabalhos estejam voltados para questões ligadas a formas de desenvolver práticas ambientais corretas no ambiente escolar, com projetos de educação ambiental, tais como horta nas escolas, cartilhas informativas com dicas de sustentabilidade e coleta seletiva.

Esta pesquisa se diferencia das demais, pois aborda o tema do desperdício de material escolar pelos estudantes, funcionários e equipe gestora, até então, inexistente no banco de dissertações e teses da Capes, pesquisas. Existem estudos sobre perdas de materiais nas áreas de engenharia, saúde e administração, que procuram mostrar índices das perdas em seus ambientes. Certamente a escola, como espaço educativo, também tem o que pensar e modificar quanto à forma como utiliza materiais diversos no ambiente escolar e não limitar-se a conteúdos pontuais, tratados isoladamente por alguns docentes. Ainda que meio ambiente seja tema transversal no currículo nacional da educação básica.

A proposta do capítulo 1 é abordar a distribuição do material escolar feita pelo poder público, e os principais problemas decorrentes da compra e distribuição pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para as escolas. Pretende-se, ainda, destacar como se dá o desperdício de materiais escolares distribuídos nas escolas estaduais de São Paulo.

Sociedade, cultura, formação e problemas ambientais são conceitos tratados no capítulo 2, assim como também as discussões teóricas, fundamentadas na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Pensar sobre a relação entre indústria cultural e o desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade e da cultura capitalista é questão pertinente para se analisar a formação do indivíduo na escola contemporânea.

No capítulo 3, descreve-se a pesquisa empírica, com o método, as técnicas, os procedimentos utilizados, a apresentação do caso e a interpretação dos resultados a partir de categorias conceituais e as que emergem da realidade empírica estudada dos discursos dos grupos focais, e da entrevista que permitiu interpretar a subjetividade à luz do referencial teórico, para compreender a gestão dos materiais escolares por essa comunidade. Apresenta-se também a possibilidade de intervenção que possibilite avanços na distribuição, no uso e descarte correto dos materiais escolares utilizados por essa comunidade escolar, a fim de possibilitar uma conscientização e a possibilidade de uma atuação educativa pautada em critérios de sustentabilidade.

Como considerações finais, fechando o tema, são apresentadas reflexões que se vinculam com o referencial teórico, buscando retomar os principais aspectos discutidos ao longo do trabalho, verificando as hipóteses e os objetivos enunciados inicialmente, colaborando para futuras investigações.

# 1 A DISTRIBUIÇÃO E A UTILIZAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR

Neste capítulo, apresentamos uma análise documental da política pública de distribuição do material escolar no Brasil e no estado de São Paulo, no sentido de refletir sobre os avanços na distribuição dos materiais escolares. Objetiva-se, assim, buscar parte da resposta para o problema que consiste em saber se os materiais escolares distribuídos pelo poder público estão sendo usados corretamente no ambiente escolar, com princípios de sustentabilidade.

A hipótese que temos para esta questão é a de que o material escolar distribuído pelo poder público pode não estar sendo utilizado corretamente, o que se evidencia por meio do desperdício e de ações pontuais, descoladas de uma visão crítica e atitudes sustentáveis do ponto de vista ambiental, por parte dos agentes educativos.

Buscamos, assim, destacar a distribuição do livro didático, dos cadernos dos alunos junto com os kits escolares, estes que começaram a ser distribuídos para os estudantes junto com a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo, em vigor desde 2008, que também será tratada neste capítulo.

Identificar como esses materiais escolares chegam até as escolas, e como têm sido tratados e utilizados pelas comunidades escolares estaduais paulistas, permitirá auxiliar no estudo empírico que será desenvolvido no capítulo 3.

## 1.1 Histórico da distribuição do material escolar no Brasil

As primeiras discussões em torno de implementar um programa de política educacional amplo e integrado iniciaram-se em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros, tratava-se de um grupo de intelectuais que defendiam uma educação única, pública, laica, obrigatória e gratuita, e a Igreja dividia com o Estado a área da educação (BRASIL, 2016a). Os estudantes carentes eram atendidos pelo programa “Caixa” que recebia ajuda financeira vinda de famílias com condições melhores, tais como comerciantes. Essas contribuições garantiam a distribuição de materiais escolares, uniformes e a alimentação, ainda que bem simples[1].

Em 1946, foi promulgada uma Constituição, que expressava a importância de elaborar novas leis e diretrizes para a educação brasileira, uma vez que as existentes eram consideradas arcaicas. Em 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB n.º 4.024/61.

---

[1] Fonte: <http://www.anosdourados.blog.br/2011/06/imagens-escola-caixa-escolar.html>. Acesso em: 4 dez. 2016.

Nesta LDB n.º 4.024/61 (BRASIL, 1961), ocorreu ampla discussão a fim de que avanços significativos acontecessem na educação brasileira. Um dos pontos destacados foi de que todos tivessem a oportunidade igualitária em relação à educação, inclusive que tivessem assegurados os recursos materiais, uniformes e alimentação, como apresentado na seção dos Direitos à Educação, no artigo 3º:

> II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. (BRASIL, 1961).

Com isso, a partir dos anos de 1970, foi criada a Associação de Pais e Mestres (APM), de natureza social e educativa, sem caráter lucrativo, racial ou religioso. Com o objetivo de contribuir no processo educacional, e também integrar escola-comunidade. A Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, fez com que ficasse evidente a relevância dada à Associação de Pais e Mestres (APM). No artigo 41, estabeleceu-se que

> A educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la. (BRASIL, 1971).

Já o artigo 62 determinou a obrigatoriedade da APM nas unidades escolares:

> Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1971).

Ainda o parágrafo 1º do mesmo artigo complementou:

> Os serviços de assistência de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar. (BRASIL, 1971).

Mesmo com a Lei supracitada, a responsabilidade da distribuição de materiais escolares ainda era assumida pela comunidade.

Observa-se que o acesso à educação básica avançou, na década de 1980, com a elaboração do texto da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988. No âmbito educacional, essa Constituição estabelece princípios e prevê direitos. Entretanto, era preciso que fundamentos e objetivos fossem mais claros para tratar da educação. Por esse motivo, oito

anos mais tarde, na área educacional, foi aprovada a criação de uma lei complementar para substituir aquela vigente durante o período militar (Lei n.º 5.692/71); assim, a LDB n.º 9.394, de 1996, detalha e organiza o ensino brasileiro nos seus diferentes segmentos. Dentre esses avanços na distribuição de materiais escolares, em 2013, a Lei n.º 12.796, em seu artigo 4º, reforça o exposto anteriormente a respeito da gratuidade do material quando diz:

> O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2013a).

Essa lei determina aos Estados assegurarem que equipamentos a serem utilizados nas salas de aulas sejam por eles distribuídos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibiliza alguns desses materiais escolares, e realiza pregões eletrônicos para aquisição para que estados, municípios e Distrito Federal realizem suas compras. Segundo o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2014),

> As especificações completas e os valores de todos os produtos disponíveis estão no Portal de Compras do FNDE na internet. Neste sítio, estados, municípios e instituições federais podem acessar o SIGARPWEB – Sistema de Gerenciamento de Atas de Registros de Preços – para solicitar a utilização dos pregões. Além disso, no Portal de Compras, os interessados encontram todas as informações sobre o pregão de seu interesse, como editais, especificações técnicas, atas de registro de preços, audiências públicas, contatos de fornecedores, mapas de pesquisas de preços, etc.

Nota-se um avanço significativo da distribuição de materiais escolares nas escolas brasileiras, pois são ofertados materiais como computadores para salas de informática, equipamentos para laboratório de ciências, giz, livros didáticos e paradidáticos.

O material escolar tem grande importância no processo de ensino-aprendizagem, mas os estudos associados ainda podem ser ampliados com intuito de extrair mais informações. Fiscarelli (2008) aponta que as reformas educacionais incentivam massivamente o uso de diferentes materiais didáticos. A partir de seu estudo junto a professores em salas de aula, observou que recursos como giz, lousa, livro didático, computadores, *softwares* e *data show*, além de outros mais sofisticados, são classificados como materiais didáticos. Além disso,

> Os materiais didáticos, antes simples objetos, passam a adquirir significados importantes na concretização e efetivação de novas propostas educacionais, direcionando e definindo nossas visões sobre o que é ser um bom professor, o

> que é dar uma boa aula, o que é ser uma boa escola e o que é melhor utilizado em sala de aula [...]. (FISCARELLI, 2008, p. 22).

Podemos notar que esses materiais são compreendidos como importantes ferramentas no processo de ensino e aprendizagem, e que quanto mais recursos a escola possui melhor será a aprendizagem dos estudantes. Ainda na pesquisa de Fiscarelli (2008), o professor entende que quanto menos expositiva for sua aula, mais eficiente será o desenvolvimento da mesma, e melhor será a aprendizagem dos estudantes.

Nota-se que estados e prefeituras também entendem que quanto mais materiais escolares fornecerem às escolas, melhor será o desempenho dos estudantes. Isso faz com que os órgãos públicos distribuam cada vez mais materiais às escolas. Existem algumas prefeituras e estados que dão preferência à compra de materiais, como cadernos confeccionados em papel reciclado, o que já é um avanço para o meio ambiente, embora o material reciclado também seja um recurso que precisa ser bem utilizado.

Nessa distribuição de materiais, feita pelos órgãos públicos, acontecem atrasos nos processos de licitação e os estudantes acabam recebendo os materiais ao longo do ano letivo, e não no início, como seria o desejável.

Um avanço significativo e que faz aumentar ainda mais a distribuição em relação a programas de material didático é o Decreto n.º 7.084, de 27 de janeiro de 2010**,** da presidência da República.

No Capítulo II – Do Programa Nacional do Livro Didático, no artigo 6º, § 3º, encontra-se:

> O quantitativo dos exemplares de livros didáticos para os alunos e professores e dos acervos de materiais complementares e dicionários para as salas de aula será definido com base nas projeções de matrículas das escolas participantes. (BRASIL, 2010).

Dessa forma, a escola tem garantia de ser abastecida com livros didáticos.

O Capítulo III – Do Programa Nacional Biblioteca na Escola, no artigo 8º, diz que:

> O Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE tem como objetivo prover as escolas públicas de acervos formados por obras de referência, de literatura e de pesquisa, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa. (BRASIL, 2010).

Assim, percebe-se que há um sistema nacional voltado ao abastecimento das escolas com material didático, e que isso vem aumentando com o passar dos anos. No item seguinte veremos sobre a distribuição dos livros didáticos.

## 1.2 A política pública do livro didático e sua distribuição em âmbito nacional

O livro didático pode ser considerado um dos principais materiais utilizados pelos professores no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Para vários autores, o livro didático é consolidado como uma concreta ferramenta básica de trabalho pedagógico em sala de aula, por meio da mediação do professor, e ainda representa fator determinante no resultado final do processo de ensino e aprendizagem. Apple (1995, p. 81) salienta que há momentos em que os livros didáticos "[...] estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo". Para Freitas (2007, p. 89),

> O livro didático é um dos mais fortes e influentes recursos encontrados nas escolas brasileiras. Cabe a ele um papel bastante relevante: o de apresentar às crianças o mundo da escrita e sua forma peculiar de construir conhecimentos que são socialmente reconhecidos, legitimados, valorizados. E é essa legitimação social que faz com que seja o livro, ainda que em realidades culturais materialmente desenvolvidas, a âncora das práticas pedagógicas.

Nos dias atuais, há muita controvérsia a respeito do uso *indiscriminado* e generalizado do livro didático na educação escolar, além das críticas que recaem, sobretudo, sobre a acomodação ou recusa para a utilização de formas mais criativas e modernas de se trabalhar a construção do conhecimento pelos estudantes.

Já vão mais de 80 anos desde que os livros didáticos entraram na realidade educacional brasileira. Foi um longo processo até que se atingisse o formato definido de cronogramas, recursos e cuidados com a qualidade para a distribuição gratuita feita pelo poder público.

A política pública do livro didático surgiu na década de 1930, quando as escolas brasileiras foram providas desse material. Essa primeira fase de implementação, assim como as demais, ficou marcada pela centralidade de poder, e com poucas discussões sociais (FREITAG et al., 1989). Contudo, apenas em 1938, por meio do Decreto n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938, o Brasil passa a ter instaurada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), a primeira política de legislação e controle de produção e circulação oficial, na qual um dos objetivos era o controle político-ideológico ao invés de uma função didática.

A legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático firmou-se em 1945. Nessa fase, o professor não tinha qualquer participação em relação à escolha do livro a ser utilizado pelos estudantes, conforme definido no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 8.460, de 26 de dezembro de 1945:

> Art. 5º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado. (BRASIL, 1945).

Tem-se, nesse período, que vai de 1930 a 1964, a concretização de políticas públicas mais consistentes acerca dos materiais didáticos (com especial atenção ao livro didático) e a oficialização e regulamentação da primeira política de legislação e controle de produção dos livros didáticos por meio da instauração da Comissão Nacional do Livro Didático. É uma política pública que inicia com interesses entre o público e o privado, pelo fato de que, no período em 1945-1954, havia uma intenção de controle das informações a serem trabalhadas nas escolas através do livro colocado à disposição pelo poder político. (FREITAG et al., 1989).

Nessa época, surgiram vários projetos, sendo o mais relevante do período o acordo que se deu entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que levou à criação da chamada Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) que coordenava as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Esse acordo garantiu recursos suficientes para que o programa pudesse ter continuidade, ao mesmo tempo em que permitiu a distribuição de aproximadamente 50 milhões de livros no período de três anos (FREITAG et al., 1989).

Molina (1988) relata que o foco deste novo sistema do período em questão baseava-se num severo controle e censura do sistema educacional e na capacitação técnica do cidadão para que pudesse exercer funções na indústria, atendendo à demanda do novo contexto econômico; com isso, discussões que já haviam sido feitas a fim de que os livros didáticos passassem a ser consumíveis ganharam forças; as editoras, principais interessadas nessa implantação viam isso como uma grande forma de aumentar o lucro, e ainda na década de 1960 foi criado o livro descartável, fortalecendo o mercado livreiro. De acordo com Molina (1988, p. 26-27),

> Surgiram, em primeiro lugar, os livros acompanhados de cadernos de exercícios. Logo se percebeu o inconveniente de tais livros: podiam ser usados novamente, mediante a aquisição do caderno de exercício isolado. Surgiu, então, a solução: juntar tudo num volume só. Estava criado o livro “descartável”, uma verdadeira mina de ouro [...].

Posteriormente, no período do governo militar (1964-1984), sobre o trabalho desenvolvido nas escolas pelos docentes, as políticas governamentais passaram a fiscalizar com

mais rigor os conteúdos de ensino veiculados nos materiais didáticos, para uso em sala de aula pelos estudantes, isso devido ao investimento que o Estado começou a fazer.

Após o fim do regime militar, em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que vigora até os dias atuais; trazia algumas mudanças para os critérios de dever do governo para com o material didático, como podemos observar em artigo do Decreto n° 91.542, de 19 de agosto de 1985:

> - Indicação do livro didático pelo professor;
> - *Reutilização do livro*, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
> - Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias;
> - Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a Fundação de Assistência ao Estudante e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores. (BRASIL, 1985).

Apenas dois anos antes, em 1983, com a criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que tinha como objetivo averiguar os problemas relativos aos livros didáticos, é que se garantiu uma participação efetiva dos professores na escolha dos livros didáticos, assim como a ampliação do programa para as demais séries do ensino fundamental.

Segundo Freitas (2007), a partir da década de 1990, o livro didático, como apoio ao trabalho docente, foi se descaracterizando pelo uso na educação básica, e tem sido objeto de estudos e trabalhos de pesquisas, que apontam para o comprometimento do nível de aprendizagens dos estudantes, resultante da má utilização do livro pelos docentes.

A partir da década de 1990, iniciaram-se discussões mais sistemáticas no tocante à qualidade e conteúdos vigentes e foram propostos novos projetos pedagógicos, distribuídos posteriormente através do *Guia do livro didático* e dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), os quais são indicados pelos professores. Esses parâmetros são seguidos de avaliações pedagógicas dos livros inscritos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir de 1996, tomando como base a publicação *Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos* - MEC/FAE/UNESCO (1992/93), e, atualmente, a proposta é que os professores escolham os livros dentre os que melhor se encaixam na realidade do projeto político-pedagógico da escola, para um melhor desenvolvimento da aprendizagem.

Desde então e no momento, observa-se que os procedimentos adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) motivam-se por jogo de interesse, entre o setor público e

um número cada vez maior de editoras de livros, já que no Brasil houve uma ampliação da escolaridade, constituindo uma escola de massas. Com essa disputa de interesses, editoras estão cada vez mais investindo no que tange ao conteúdo e à forma do livro didático. Em 2014, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) permitiu, pela primeira vez, que fossem inscritos os chamados *objetos educacionais digitais*, complementares aos livros impressos, que seriam compostos de jogos educativos, simuladores e infográficos animados como novas ferramentas de ensino, inserindo o livro didático finalmente nas tecnologias de informação e comunicação do século XXI, e minimizando as discussões sobre o formato do livro e a forma como ele impede os docentes de utilizar meios diferenciados de trabalhar o conhecimento (BRASIL, 2016c).

O livro, antes descartável, passou a ter maior durabilidade, sendo fabricado com material resistente para que pudesse ser utilizado por três anos consecutivos (para beneficiar ao menos três estudantes), coloridos e com bom trabalho gráfico, já que por trás de toda essa distribuição existe um grande número de editoras interessadas em participar das licitações públicas.

No ano de 2016, foram gastos R$ 1.255.495.989,82 pelo Ministério da Educação, para atender 121.574 escolas; foram atendidos 34.513.075 de estudantes da rede pública, do ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio; também foram atendidos estudantes da educação de jovens e adultos (EJA), e do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) (BRASIL, 2016c).

### 1.3 O livro didático no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é atendido por inúmeras editoras que fornecem seus exemplares de forma específica, conforme a disciplina e o tempo de utilização. Alguns livros, escolhidos pelos professores, podem ser consumíveis, como os de alfabetização em matemática e português das séries iniciais do ensino fundamental I, inglês, espanhol, filosofia e sociologia, que são distribuídos aos estudantes uma única vez, no primeiro ano do ensino médio, e cabe a esse aluno cuidar do livro para que seja utilizado até o final do 3º ano. Outros, como os de matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências, física, química e biologia são editados para que sejam utilizados durante os três anos do ensino médio; então, ao final do ano letivo, o aluno tem que devolver o livro para a escola, a fim de que, no próximo ano, outro aluno possa utilizá-lo.

A estimativa para o número de livros é feita com base no censo escolar projetado para o ano de atendimento; além disso, uma reserva técnica de 3% é encaminhada para as Diretorias

de Ensino do Estado de São Paulo, para suprir necessidades de complementação de livros, em caso de extravio ou perdas. Para aqueles livros que são reutilizáveis, os que sobram em uma escola devem ser remanejados para as escolas onde faltam, visando assegurar que todos os estudantes tenham acesso ao livro didático (SÃO PAULO, 2016b).

Os livros chegam às escolas entre os meses de setembro e dezembro do ano anterior, e são entregues pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. A distribuição tem um acompanhamento de técnicos do FNDE, e da Secretaria de Educação de São Paulo.

Segundo os dados estatísticos do FNDE (BRASIL, 2016c), no ano de 2016, um livro didático de menor valor, recebido pela escola pesquisada, foi o livro da disciplina de história, por R$ 8,86, e o de maior valor foi o da disciplina de química, por R$12,39. Os investimentos no Estado de São Paulo foram em torno R$ 182.337.086,34, incluindo o ensino fundamental I e II, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA).

O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União, em Portaria Interministerial nº 8, de 5 de novembro de 2015, que o gasto mínimo anual por aluno da educação básica pública foi de R$ 2.545,31 para o ano de 2015, o valor equivale a R$ 212,10 ao mês por estudante, sendo este o gasto mínimo (BRASIL, 2015).

Nota-se um grande esforço, por parte do governo estadual, para cumprir o que está previsto na Constituição Federal, no artigo 208: “[...] distribuir materiais didáticos aos alunos das escolas públicas”.

A Resolução SE n.º 83, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre desfazimento de materiais didáticos e/ou de apoio considerados irrecuperáveis, desatualizados ou inservíveis, no âmbito da Secretaria da Educação e dá outras providências, determina que os livros didáticos, após três anos de uso, pertencem definitivamente à escola que os recebeu, e que a escola pode, inclusive, cuidar do seu desfazimento, desde que siga as normas vigentes contidas nessa resolução:

> Artigo 3º - O processo de desfazimento de materiais didáticos e/ou de apoio far-se-á mediante os seguintes procedimentos:
> I - na unidade escolar:
> a) realização de levantamento dos materiais didáticos e/ou de apoio, considerados irrecuperáveis, desatualizados e inservíveis;
> b) preenchimento do Anexo I que integra esta resolução; e
> c) encaminhamento do Anexo I, por meio de ofício, à EAMEX da Diretoria de Ensino, para análise e providências;
> Parágrafo único – A coordenação dos procedimentos de que trata este artigo será desempenhada por:
> 1. na unidade escolar: comissão interna composta por 2 servidores; [...].

(SÃO PAULO, 2013).

No estado de São Paulo, essas normas são sempre atualizadas e enviadas às Diretorias de Ensino, para que essas orientem suas escolas atendidas a respeito da obediência dos procedimentos.

Notamos que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo vem cumprindo o previsto na distribuição de livros didáticos. Além dos livros didáticos, são distribuídos também kits escolares e cadernos do aluno, que atualmente vêm sendo alvo de desperdício ou de desrespeito no ambiente escolar e em seu entorno, como veremos a seguir.

## 1.4 A distribuição de material escolar no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo segue a política nacional de distribuição de materiais escolares. Em um artigo do professor Zildo Gallo (2015), publicado no seu blog, podemos notar a dificuldade dos estudantes da rede estadual de ensino, de classe baixa em seguir com os estudos, nos anos de 1960. O artigo tem como título: *Escola de antigamente: é possível ter saudade?*

Analisando este artigo observamos grande avanço na educação, e percebemos suas mudanças. O autor, que foi estudante da rede estadual de São Paulo, relata a dificuldade de prosseguir no antigo curso ginasial, já que para entrar nessa etapa da educação era preciso fazer um exame de admissão (hoje seria uma espécie de vestibular), no qual, dos que prestavam, poucos eram aprovados e a maioria dos estudantes parava por ali, como costume ou por necessidade, e já partiam para o mercado de trabalho. O professor destaca que "[...] começava assim um afunilamento muito precoce, produzido pelas condições sociais" (GALLO, 2015), no processo educacional, uma vez que as condições para a escolarização eram bem mais precárias. Os estudantes da atualidade não sofrem mais com esse "afunilamento", uma vez que temos uma educação voltada para todos, sem exceção, inclusive para estudantes com necessidades especiais. A educação básica inclui a educação infantil, que atende crianças de 4 meses até 5 anos, o ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, e o ensino médio que é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos. As políticas públicas afirmam que todos podem ter acesso a essas etapas.

Sobre a questão da distribuição de materiais escolares, Gallo (2015) relata que estudou no Instituto Estadual de Educação Presidente Kennedy (IEEPK), e que não havia gratuidade de materiais escolares para todos. Os funcionários da escola faziam um levantamento socioeconômico e selecionavam estudantes que não tinham condições de comprar materiais.

Esses estudantes eram, então, atendidos com ajuda vinda de um órgão chamado "Caixa Escolar", que recebia vários tipos de doações, e disponibilizava materiais escolares e uniformes aos estudantes carentes. O professor destaca que "ser da Caixa" denunciava sua situação socioeconômica, e os tipos de cadernos usados nas aulas já os diferenciavam, isso sem contar o uniforme.

> No meu primeiro ano de ginásio teve um fato que nos diferenciou ainda mais. O tênis indicado para a educação física deveria ter a cor branca, mas os responsáveis pela Caixa só conseguiram tênis azuis. Assim num mar de calçados brancos apareciam alguns azuis. Eram os "da Caixa". Isso marcou tanto que cheguei a traçar um paralelo do tênis azul com a Estrela de Davi costurada nas roupas dos judeus na Alemanha nazista. Era um carimbo: POBRE. (GALLO, 2015).

Nesse relato, podemos pensar que houve mudanças positivas no fornecimento de materiais escolares a todos os estudantes. Atualmente, os estudantes da rede estadual de São Paulo recebem individualmente livro didático, kits escolares, cadernos dos alunos, livros paradidáticos para leituras, além dos que chegam para as salas de leitura das escolas que as possuem. Vestuário e calçados não estão inclusos na relação dos materiais ofertados aos estudantes pela rede estadual de ensino de São Paulo, já que sua obtenção é considerada assistencialista, e não relacionada ao desenvolvimento do ensino. Recursos são distribuídos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), responsável pela transferência de recursos a escolas públicas de educação básica, o que contribui para a melhoria dos recursos e materiais educacionais. Portanto, hoje, estudantes matriculados na rede estadual de ensino não dependem de programas como os da "Caixa", nem de verbas da APM para receberem materiais escolares. O Estado de São Paulo garante todo o material necessário para o processo de ensino-aprendizagem aos estudantes matriculados na rede.

Para analisarmos os investimentos em números, feitos pelo Governo Estadual de São Paulo, apresentamos a tabela abaixo com os dados do Censo Escolar 2015.

**Tabela 1 – Dados do Censo Escolar 2015 – Matrículas na Educação Básica**

| **Educação básica matrículas por nível/modalidade de ensino segundo Rede de Ensino – 2015** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Educação infantil** | **Ensino fundamental** | **Ensino médio** | **Educação de jovens e adultos** | **Total** |
| 65 | 2.021.753 | 1.468.598 | 255.790 | 3.746.206 |

Fonte: Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1128.pdf>. Tabela adaptada pela pesquisadora.

Observamos que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que está organizada em 91 Diretorias de Ensino, atende cerca de três milhões e setecentos mil estudantes, frequentando suas quase 5 mil escolas.

Desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Estado de São Paulo vem distribuindo, anualmente, material escolar a todos os estudantes regularmente matriculados na rede.

O ano letivo de 2008, nas escolas públicas do Estado de São Paulo, foi marcado pela elaboração e implantação de uma nova proposta curricular, intitulada "São Paulo Faz Escola" (SPFE), na qual o Estado, que já garantia o livro didático, passa a fornecer um kit completo com material escolar, composto por cadernos, lápis, canetas, borrachas, cola, entre outros, além dos cadernos dos alunos, que se trata de um material de apoio curricular, semelhante a um livro didático, contendo situações de aprendizagem. Na próxima seção, serão destacados os materiais que começaram a ser entregues nas escolas estaduais paulistas com a implementação dessa nova proposta curricular.

## 1.5 A proposta curricular do Estado de São Paulo e o material escolar distribuído

Após os resultados de avaliações externas, como a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2007, a Secretaria Estadual de São Paulo propôs um "pacto com a sociedade para tornar a educação paulista uma das melhores do mundo". Elaborou dez metas para a educação, que deveriam ser conquistadas até 2010. Com isso, desde 2008, de forma gradativa, a Secretaria da Educação iniciou uma articulação com ações para que resultados positivos acontecessem no sistema educacional. Foi criado um currículo básico, unificado para todas as escolas da rede de ensino paulista e, em 2010, foi oficializado o Currículo do Estado de São Paulo, que serve de base para todo o ensino fundamental e médio; programa denominado São Paulo faz Escola (SPFE), como apontado anteriormente.

O objetivo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com essa proposta, era garantir uma base curricular estadual comum, deixando claros para toda a rede os conhecimentos mínimos que os estudantes têm direito a receber, no que se refere ao acesso em

todas as etapas do ensino e em todas as disciplinas. Atualmente, o Ministério da Educação intensificou as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular[2] (BNCC).

Aos professores da rede estadual de São Paulo foi entregue o Caderno do Professor, confeccionado por bimestre e por disciplina. Nele se encontram explicações sobre a proposta curricular, orientações sobre os conteúdos do bimestre, as situações de aprendizagens, propostas de questões para aplicação em avaliação, propostas de situações de recuperação e recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão de cada tema.

Ainda dentro do programa São Paulo faz Escola, foram distribuídos aos gestores o Caderno do Gestor, para ser usado por diretores e professores-coordenadores. Nele se encontram temas que tratam do plano de gestão, planos de curso, planos de ensino e notas sobre a avaliação externa do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), que tem por objetivo produzir um diagnóstico da escolaridade paulista, objetivando nortear os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para o avanço do nível educacional. Este caderno ainda direciona assuntos para que a equipe gestora incentive todos sobre a importância da utilização desses materiais distribuídos. (SÃO PAULO, 2010).

Dando continuidade a essa implantação, no ano de 2009, a Secretaria da Educação começou a enviar para as escolas, além do Caderno do Professor e do Caderno do Gestor, o Caderno do Aluno. Esse material pedagógico foi planejado por uma equipe de educadores contratados pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) e, nesse ano, foram distribuídos aproximadamente 140 milhões de cadernos, segundo os dados da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

**Figura 1 – Caderno do aluno**

[2] Essa reestruturação está provocando inúmeras discussões em todo o país. Neste momento, transita no Congresso Nacional uma Medida Provisória para a reforma do ensino médio, o que provocou um movimento de ocupação das escolas por estudantes, em 2016, que se espalhou pelo Brasil, questionando essas medidas.

Fonte: <http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>. Acesso em: 7 nov. 2015.

### 1.5.1 A distribuição dos Cadernos dos Alunos

Segundo consta no *site* da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em 2008, na primeira etapa da implantação do Programa São Paulo Faz Escola, foram distribuídos aos estudantes matriculados no ensino fundamental II e ensino médio das escolas estaduais de São Paulo, cerca de 3,6 milhões de cadernos, em forma de um jornal consumível. Esse jornal continha situações de aprendizagem de todas as disciplinas estudadas pelos alunos, e que deveriam ser trabalhadas nos primeiros 42 dias de aulas daquele ano. O objetivo desse jornal era que os estudantes tivessem uma revisão de conteúdos, iniciando o processo de garantia de uma base comum curricular à rede estadual de educação de São Paulo, e também apresentar aos professores essa nova proposta, oferecendo uma nova forma de desenvolver os conteúdos. Cantazaro (2012, p. 20-21), em estudos sobre o programa São Paulo faz Escola, constatou que

> [...] esse período foi conturbado, já que professores e equipe escolar não têm, em sua lembrança sobre essa época, registros consonantes: uns recordam dos materiais terem sido entregues em forma de jornal no início do ano letivo, e depois em cadernos, outros não se lembram dos cadernos.

A autora ainda relata que, na busca de informações para sua pesquisa, encontrou dificuldades com relação às informações sobre esse período, já que o *site* do programa São Paulo faz Escola só cita o jornal e não disponibiliza informações aprofundadas sobre sua elaboração e/ou distribuição. Isso pode dar a entender aos professores e à comunidade escolar que a distribuição desse material não atingiu o sucesso esperado, visto que, segundo a autora, poucos se recordam dele, e na página do programa São Paulo Faz Escola foi retirado esse jornal, ou seja, não está disponibilizado.

Essa proposta foi alvo de críticas, pois os professores não foram questionados sobre essa implementação. Foi encarado como um pacote educacional, instalado de forma autoritária. Maciel e Mendonça (2013, p. 2) revelam que, ao analisar a proposta, encontraram "[...] alguns pontos que poderiam ensejar o dogmatismo". Ou seja, entende-se que, com essa implantação, o Estado estaria padronizando o ensino.

Outro questionamento bastante pertinente, relatado pelo autor, é que os profissionais envolvidos no processo de implantação desse currículo são altamente qualificados, apresentam trajetórias nas melhores universidades do país; portanto, não apresentam relação entre o conhecimento acadêmico e práticas escolares.

Em 2009, começaram a ser distribuídos aos estudantes os Cadernos do Aluno em formato consumível. Nessa fase, foram destacados problemas de impressão, mapas com erros grosseiros e até mesmo erros conceituais. Maciel e Mendonça (2013) destacam que, por isso, durante o ano letivo, foram retirados de circulação quinhentos mil exemplares desses cadernos[3], que foram reimpressos para redistribuição.

Em 2010, esse material se efetivou como o currículo oficial do Estado de São Paulo e, a partir daí, todos os anos são distribuídos Cadernos do Aluno e Cadernos do Professor às escolas estaduais de São Paulo. O Caderno do Gestor foi entregue somente uma vez para as escolas, no ano de 2008, e atualmente encontra-se disponível no *site* da Secretaria da Educação, para consulta e impressão.

Desde a sua primeira edição, esses cadernos eram revisados anualmente e sofriam alterações, de modo que as sobras de anos anteriores eram descartadas sem poderem ser utilizadas nos anos seguintes. A partir de 2014, esses cadernos foram feitos para validade de três anos, até 2017, podendo ser usados nos próximos anos, caso existam sobras[4].

No início da implantação, esses cadernos eram distribuídos bimestralmente, ou seja, cada aluno recebia quatro exemplares de cada disciplina. Desde 2014, é editado para ser usado semestralmente, portanto os estudantes recebem dois exemplares de cada disciplina, ao longo do ano letivo. Dessa forma, um aluno do ensino fundamental II recebe 16 Cadernos do Aluno, e um aluno do ensino médio recebe 24 Cadernos do Aluno, em um ano, todos consumíveis.

Esses cadernos são enviados diretamente para as escolas, uma reserva técnica de 60 cadernos de cada disciplina e série é enviada para a Diretoria de Ensino, para que sejam atendidas as escolas onde ficaram faltando os Cadernos do Aluno.

---

[3] Buscamos informações sobre o que foi feito com estes materiais recolhidos, mas não encontramos respostas.
[4] Não encontramos informações disponíveis sobre o que se faz com as sobras.

Em entrevista na Diretoria de Ensino, foi apresentada a Guia de Remessa da Diretoria do recebimento das reservas técnicas dos Cadernos do Aluno, datada de 12 de julho de 2016. Verificamos que o valor unitário de cada caderno do aluno varia de R$ 1,14 a R$ 2,18. Atualmente, estudantes matriculados na rede estadual de São Paulo recebem, além dos Cadernos do Aluno, o kit escolar, que será tratado na próxima seção.

### 1.5.2 A distribuição dos kits escolares

No início do ano de 2006, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP) começou a distribuir kits escolares. Nesse ano foram distribuídos 4,7 milhões de kits escolares. As escolas que antes recebiam recursos para a compra de materiais para estudantes carentes, passou a ter distribuição de kits escolares direto para todos os estudantes matriculados. Foi a primeira vez que materiais escolares foram entregues diretamente a todos os estudantes da rede estadual de ensino (SÃO PAULO, 2016a).

Nesse ano de 2006, o investimento foi de R$ 93 milhões. Esses materiais foram adquiridos por meio de pregão eletrônico. O material foi dividido em três kits, um para o ensino fundamental I, um para o ensino fundamental II, e outro para o ensino médio, isso para atender as necessidades pedagógicas dos estudantes (SÃO PAULO, 2016a).

Atualmente, essa distribuição de kits escolares faz parte do programa São Paulo Faz Escola, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Na Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE), departamento responsável pelo processo de aquisição dos kits escolares, fomos informados[5] que as licitações começam geralmente com seis meses de antecedência ao ano letivo que será atendido. Para o ano letivo de 2016, a Secretaria da Educação de São Paulo adquiriu e distribuiu 3.723.596 kits de material escolar para o ciclo I, ciclo II e ensino médio.

Os valores referentes a cada kit escolar, de acordo com a modalidade atendida, também foram informados pela Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE), através da tabela abaixo:

**Quadro 1 – Investimento em kits escolares em 2016**

| ITEM<br>ESPECIFICAÇÃO | TOTAL DE UNIDADES | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|

[5] Após várias tentativas de contato junto à Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE), via telefone e indo pessoalmente, a fim de obter as informações sobre quantidade adquirida e valores dos kits escolares, não obtivemos sucesso. Decidimos protocolar um documento no departamento, e após vinte dias recebemos as informações via *e-mail*.

| | | |
|---|---|---|
| Kit Material Escolar - E.M. | 1.621.299 | R$ 32,08 |
| Kit Material Escolar - E.F. II | 1.444.337 | R$ 30,23 |
| Kit Material Escolar - E.F. I | 657.960 | R$ 24,83 |
| **TOTAL** | **3.723.596** | **-** |

Fonte: Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares – CISE

Somando os valores apresentados no quadro, os investimentos com os kits escolares em 2015 ultrapassaram 112 milhões de reais nas modalidades atendidas pela Secretaria da Educação de São Paulo

Abaixo estão relacionados os itens encontrados nos kits escolares do ensino médio e ensino fundamental II.

O kit escolar do ensino médio é constituído pelos itens descritos a seguir: 2 cadernos universitários com 140 folhas, 1 caderno universitário reciclado com 140 folhas, 1 caderno de desenho com 96 folhas, 1 kit de geometria, 1 caixa de lápis de cor grande com doze cores, 4 lápis grafite, 4 lápis grafite de resina termoplástica, 6 canetas esferográficas azuis, 4 canetas esferográficas vermelhas, 3 apontadores com depósito, 3 borrachas brancas, 2 tubos de cola branca, 1 tesoura sem ponta (Figura 2).

**Figura 2 – Kit escolar do ensino médio**

Fonte: <materialescolar.fde.sp.gov.br/2016/>.

O kit escolar do ensino fundamental II é constituído pelos itens a seguir: 2 cadernos universitários com 220 folhas, 1 caderno reciclado de 220 folhas, 1 caderno de desenho de 96 folhas, 1 kit de geometria, 1 caixa de lápis de cor grande com doze cores, 2 borrachas brancas, 4 lápis grafite, 4 lápis grafite de resina termoplástica, 4 canetas esferográficas azuis, 2 canetas

esferográficas pretas, 2 canetas esferográficas vermelhas, 3 apontadores com depósito (Figura 3).

**Figura 3 – Kit escolar do ensino fundamental II**

Fonte: <materialescolar.fde.sp.gov.br/2016/>.

Segundo a Secretaria de Educação Estadual de São Paulo, o kit escolar é enviado para as escolas, e entregue ao aluno logo nas primeiras semanas de aula. Ele vem em uma caixa de papelão, e cabe a cada unidade escolar organizar a melhor forma de distribuição. Algumas escolas entregam direto aos estudantes e outras entregam somente aos responsáveis. A maioria dos estudantes ficam satisfeitos com esse kit; abrem na sala de aula e já começam a colocar seus nomes nos materiais. Uma minoria se nega a receber, assinam a lista e não o retiram, alegando que já tem material escolar, que não gostam desse, que o seu é *mais moderno*, que tem uma capa *legal*, e que esse material é *ruim*. Observa-se, ainda, que alguns doam para outros colegas e até vendem, o que dá a entender que, em alguns momentos, esses materiais escolares não são utilizados de forma correta no ambiente escolar, o que será tratado a seguir.

## 1.6 O mau uso do material escolar, uma questão de política pública ou de gestão escolar?

A recepção do material escolar é um direito adquirido por todos os estudantes da educação básica nas escolas públicas, e, cumprindo o disposto na Constituição Federal,

conforme mencionado anteriormente, como tal, pressupõe-se que cada estudante deveria recebê-lo como uma contribuição importante para um melhor aproveitamento nos estudos, e consequentemente tratado com respeito e cuidado, porém, o que se nota é que os materiais escolares distribuídos pelo poder público são alvos constantes de questionamentos e críticas em relação à compra, distribuição e uso. Problemas como superfaturamento, atrasos nas entregas, desperdício e descartes irregulares são assuntos frequentes na mídia, conforme apontado anteriormente.

É preciso conscientizar toda comunidade escolar de que os recursos usados para adquirir esses materiais são pagos com impostos arrecadados pela sociedade, e merecem ser utilizados de forma correta. Outro ponto para conscientização está relacionado à degradação que vem ocorrendo no meio ambiente, desencadeada pelo consumo excessivo dos recursos naturais. O desperdício de papel, por exemplo, exige um maior desmatamento e corte de árvores para a fabricação do mesmo; visando a essa indústria, árvores são derrubadas no mundo inteiro. Além disso, sua produção impacta consumo de energia e água, sem contar o aumento do resíduo e descarte quase sempre feito de forma incorreta, mesmo com as práticas de reciclagem de papel. Assim, o impacto do uso de material escolar deve ser pensado de forma sistêmica.

Para proceder uma análise a respeito do mau uso do material escolar pelos estudantes e que culmina na questão do desperdício, torna-se necessária uma breve consideração a respeito da presença importante e necessária de um mínimo de material de apoio para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

No início do ano, escolas estaduais do estado de São Paulo recebem materiais escolares conforme apontados anteriormente. Como alterações acontecem em relação ao número de matrículas esperadas e as de fato efetivadas, isso faz com que as escolas recebam materiais a mais ou a menos, já que no início é mais comum estudantes se transferirem para outras escolas, e também em alguns casos estudantes acabam não comparecendo, e têm sua matrícula cancelada. A gestão dos materiais escolares recebidos pela escola fica comprometida, já que pode haver falta ou sobra.

Quando as escolas recebem uma quantidade de material diferente do número de estudantes matriculados, elas comunicam às Diretorias de Ensino, que ficam encarregadas de realizar o remanejamento de material entre as escolas.

Os procedimentos para isso são simples, mas nem sempre as escolas que têm sobras comunicam e encaminham os materiais, e já houve registros de descartes de materiais novos sem ao menos terem sido manuseados e que deveriam ter sido objeto do remanejamento.

Outro problema que pode estar ligado ao desperdício de material escolar está relacionado à ausência de uma efetiva educação ambiental no meio escolar. Coloca-se tanta esperança na educação, de que ela é instrumento de conscientização e que com ela teremos adultos comprometidos com questões ambientais, mas o que percebemos é que a escola, por omissão ou incompetência, não consegue avançar muito nesse quesito.

Há pouco trabalho e discussão com relação ao desperdício, descarte e impactos ambientais. O discurso se vê separado da prática social que efetiva o consumo e o desperdício, embora haja iniciativas isoladas bastante significativas; mas as poucas práticas educacionais que as escolas estaduais de São Paulo oferecem são limitadas, como, por exemplo, os alunos fazem uma pesquisa sobre um tema, como enchentes, problemas do bairro, preservação da natureza, produzem cartazes, colam nas paredes das escolas e morre nisso... isso desenvolvido por professores solitários que, apesar do interesse, não apresentam formação suficiente sobre a questão. O que resulta em ensinamentos mal desenvolvidos e que, na maioria das vezes, resume-se a projetos pontuais e sem muita abrangência e significado.

Discursos relacionados ao uso eficiente e compromissado com o uso do material escolar nas escolas estaduais de São Paulo acontecem de forma vaga, burocrática, e feitos sob a forma de comunicações pela equipe gestora e/ou por professores para os alunos, orientando-os para que deem valor aos materiais recebidos, reforçando que custam caro, são pagos pelos pais por meio de impostos, e que são feitos a partir de recursos retirados da natureza. Falta para as escolas praticar aquilo que ensinam, cumprindo assim a sua função político-social.

Neste contexto da função político-social, as escolas, através das atividades realizadas e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, têm possibilidades efetivas de contribuir para uma conscientização pelos estudantes, quando o assunto é o descarte de materiais, já que existe uma norma vigente que dispõe sobre desfazimento de materiais didáticos e/ou de apoio considerados irrecuperáveis, desatualizados ou inservíveis, no âmbito da Secretaria da Educação (trata-se da Resolução SE n.º 83, de 17 de dezembro de 2013); isso para que as unidades escolares descartem seus materiais de forma correta.

Notamos que são frequentes os casos de unidades escolares que não seguem normas corretas de desfazimento de materiais, como denuncia a reportagem do Jornal G1, publicada em 4 de dezembro de 2012, com o título *Livros novos são queimados dentro de escola estadual em Ribeirão Preto, SP*. A matéria relata que uma funcionária da escola estadual Professora Jenny de Toledo Piza Schoroeder, no bairro Presidente Dutra, queimou cadernos dos alunos e livros no pátio da escola. Vizinhos denunciaram o caso, incomodados com a fumaça. A equipe de reportagem da Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV) filmou o

ocorrido, mostrando duas mulheres que destruíam as encadernações, que ainda estavam lacradas em embalagens de plástico, e jogando para serem queimadas em duas fogueiras improvisadas no pátio da escola. Os Cadernos do Aluno traziam na capa os nomes de disciplinas como história, artes, matemática, física e geografia. Na ocasião, a Diretoria Regional de Ensino de Ribeirão Preto informou que os materiais queimados eram cadernos dos próprios alunos e apostilas de atividade que não podiam ser reaproveitados. A diretora da unidade escolar declarou que alunos haviam rasgado os cadernos na tarde anterior, e funcionárias terceirizadas recolheram o material e queimaram de forma indevida. Esse tipo de atitude gera mal cheiro, poluição, além do desperdício de materiais que poderiam ser reciclados.

O Jornal R7 publicou, em 25 de novembro de 2011, uma notícia com o título *Alunos rasgam livros e cadernos em frente à escola para comemorar férias*. Os estudantes em questão eram do ensino médio de uma escola de São Bernardo do Campo, no ABC. A notícia relata que alunos do ensino médio da Escola Estadual Maria Regina Demarchi Fanani, no bairro Demarchi, em São Bernardo do Campo (Grande ABC), rasgaram livros e cadernos naquela data, para comemorar a chegada das férias. Alunos que nem haviam feito a prova do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) que, nesse ano, aconteceu em 29 e 30 de novembro.

A notícia continua, destacando que alguns estudantes, que iam embora de transporte escolar, também jogaram os livros pelas janelas das vans e outros ainda formaram uma rodinha e começaram a fazer guerra de papel com as folhas dos livros. O resultado foi um acúmulo de papéis, sujando as vias públicas ao redor da escola, conforme mostra a foto abaixo:

**Figura 4 – Cadernos e livros rasgados em porta de escola estadual**

Fonte: <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/alunos-rasgam-livros-e-cadernos-em- frente a-escola-para-comemorar-ferias-20111125.html>. Acesso em: 3 out. 2015.

O Jornal R7 ainda destacou, nessa reportagem, que a Secretaria da Educação de São Paulo informou que o material não é reutilizável, é de uso particular de cada estudante, e a unidade em questão fará um trabalho para orientar os estudantes quanto ao descarte correto dos livros e cadernos.

Outro destaque para este tipo de reportagem, mostrando o descaso com materiais distribuídos pela Secretaria da Educação de São Paulo, foi o do Jornal G1, em 6 de dezembro de 2012. O título da reportagem foi: *Cadernos e livros são rasgados em porta de escola estadual em Bauru*. A reportagem segue explicando que as aulas na rede pública de ensino estavam chegando ao fim e parte do material didático usado durante o ano, que foi entregue aos estudantes, já havia sido descartado pelos estudantes de forma irregular. No entanto, na Escola Estadual José Viranda, na Vila Giunta, em Bauru, SP, estudantes jogaram cadernos e livros de apoio pedagógico na porta da instituição de ensino, e a quantidade de papéis jogados contribuiu para sujar a rua do bairro. A Secretaria de Educação informou que livros didáticos são reaproveitáveis e que devem ser mantidos na escola para uso no próximo ano letivo.

Esse assunto merece destaque e atenção dos governos. O Brasil, embora tenha se desenvolvido muito em relação à proposta de educação ambiental, tendo inclusive inserido o tema “meio ambiente” como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ainda está engatinhando no que se refere às práticas relativas de uma efetiva educação ambiental. Percebe-se problemas no gerenciamento desses materiais destinados à educação, desde a distribuição até seu descarte correto no ambiente escolar.

No decorrer do presente capítulo, foram colhidas referências para iluminar o objeto de estudo: o dever do Estado em relação à distribuição dos materiais didáticos, os materiais recebidos pelas escolas estaduais paulistas, e o comportamento frequente da comunidade escolar com relação a esses materiais recebidos. Notamos que a falta de pesquisas em relação ao desperdício de materiais escolares indica a necessidade de pensar a superação dessas contradições que estão presentes no ambiente escolar.

Dada a necessidade de a escola formar o indivíduo para práticas sociais e ambientais sustentáveis, a educação ambiental necessita de intervenções qualificadas, preocupando-se em implementar ações mais concretas e efetivas.

A partir dessa compreensão do histórico da distribuição dos materiais escolares, foi possível identificar os avanços e possibilidades pelas quais os materiais escolares passaram, e assim analisar como são tratados no ambiente escolar. Dando sequência à pesquisa, no próximo capítulo será exposto o referencial teórico-crítico, por meio do qual será possível pensar aspectos relativos à sociedade, cultura e formação, permeando o contexto da preocupação com a sustentabilidade.

# 2 SOCIEDADE, CULTURA E FORMAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo busca-se compreender as relações entre sociedade, cultura e formação do indivíduo para a sustentabilidade, por meio de autores contemporâneos que tratam da educação ambiental, em diálogo com os pensadores da teoria crítica, nosso principal referencial teórico. Para tanto, questionamos: Para que tipo de participação sustentável, dentro dos parâmetros do mundo capitalista, os estudantes estão sendo formados?

A hipótese é de que a formação não é capaz de oferecer instrumentos necessários para que os estudantes enfrentem as contradições do modelo do sistema capitalista, que preza o consumo. Nessa perspectiva, a escola não prepara o indivíduo para uma reflexão crítica da realidade. Pensar sobre a relação entre indústria cultural e o desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade e da cultura capitalista, são questões pertinentes para analisar a formação do indivíduo na escola contemporânea.

O presente capítulo acrescenta à discussão do tema, portanto, o enfoque conceitual, apresentado em quatro seções: nas duas primeiras, são discutidos os conceitos frankfurtianos de sociedade, cultura e indústria cultural; nas duas seções posteriores, são destacadas as primeiras preocupações ambientais no mundo contemporâneo, seguindo para a formação do indivíduo para a sustentabilidade na escola contemporânea, por meio dos pensadores Adorno e Horkheimer e Bauman.

## 2.1 Sociedade e cultura na contemporaneidade

Para entendermos as relações sociais entre os homens nas diversas dimensões e significados que compõem a sociedade, vamos nos referir à teoria crítica da Escola de Frankfurt. Para Horkheimer e Adorno (1973) não é possível definir a sociedade com um conceito pronto, de tal modo que, deve-se observar o caráter contraditório formado entre os homens nos processos de integração.

Ainda para Adorno (2008), o conceito de sociedade não é definido, já que, com as transformações sociais, esse conceito se torna dinâmico, principalmente em relação ao capitalismo, onde há um aumento nas disputas políticas. Para tal, o autor se reporta a uma proposição de Nietzsche (*apud* ADORNO, 2008, p. 100) que diz: "Somente o que não tem história pode ser definido".

Sobre essa dinâmica do conceito de sociedade, Hebert Spencer (*apud* HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 32) relata que a sociedade abrange todos os indivíduos, na qual uns dependem dos outros e, para o indivíduo ter suas necessidades atendidas, depende do todo.

De acordo com Horkheimer e Adorno (1973), o conceito de sociedade surgiu com a ascensão da burguesia moderna; só que com o crescimento das cidades apareceram outras necessidades, exigindo um ordenamento e controle, que passou a ser feito pelo Estado. As próprias dimensões da cidade exigiram uma classe governante para determinação de objetivos comuns.

Para Adorno (2008, p. 124), as transformações políticas e econômicas, que se acentuaram nas instituições sociais, estão em constante movimento, principalmente a partir da metade do século XIX, quando tínhamos uma classe de destaque no trabalho social, mas que ocupava uma posição de menoridade em relação à sociedade, que logo foi aprisionada pela ideologia dominante, vinda através da indústria cultural, que adaptou-a em escala mundial, provocando mudanças nas relações sociais. Nesse sentido,

> O conceito de sociedade possui sua base objetiva na essência conceitual ou na relação de abstração da própria objetividade social, essência ou relação que é dada pela troca. Em outros termos: a totalidade em que vivemos e que podemos sentir a cada passo e em cada uma de nossas ações sociais, não é condicionada por uma comunhão imediata que abrange a todos, mas é condicionada justamente pelo fato de sermos essencialmente separados uns dos outros tal como ocorre na relação abstrata de troca. (ADORNO, 2008, p. 127).

Considerando a visão do autor, é possível analisar que a sociedade é condicionada por uma regularidade, onde os indivíduos não percebem a manipulação; ou seja, as relações sociais são consideradas mera aparência. Isso se intensificou com a ascensão do capitalismo a partir do século XVIII. Com a Revolução Industrial, a produção coletiva de massas ganhou forças, levando os indivíduos a se tornarem uma sociedade que se mantém submissa aos interesses do capital. As mercadorias passaram a ser produzidas em larga escala, fazendo surgir uma sociedade de consumo.

Bauman (2010), sociólogo contemporâneo, que reflete sobre o sistema capitalista, em uma de suas obras, *Capitalismo Parasitário*, destaca que o objetivo principal deste sistema é buscar novos lugares para poder se ampliar, e o compara com um sistema parasitário, porque se instala num “organismo hospedeiro”, prejudicando-o e destruindo-o. O impulso do capitalismo é a busca permanente de novos mercados para se expandir.

Ainda para Bauman (2008), a sociedade está sendo construída no ideal de consumo. Atualmente, a regra de mercado define o pensamento contemporâneo. Vivemos em uma sociedade de consumo e, antes de se tornar sujeito, o ser humano se torna mercadoria.

> Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. (BAUMAN, 2008, p. 20).

De acordo com Bauman (2008), os sujeitos estão inseridos em uma sociedade de consumo, as mercadorias passam a ser desejadas, e o prazer se confunde na satisfação pelo consumo. A sociedade encontra-se regulada por interesses econômicos, e é preciso admitir que essa lógica arruína com a cultura.

O conceito de cultura e civilização é destacado no livro *Temas básicos de Sociologia*, de Horkheimer e Adorno (1973). No texto, com o título *Cultura e Civilização*, os autores frankfurtianos discorrem sobre o dualismo moderno entre cultura e civilização. Para os autores, "cultura" sempre teve uma conotação de "cultura espiritual", enquanto que "civilização" subtende um "processo material" (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 93). Nesse sentido, para os autores, cultura e civilização são elementos que se referem um ao outro. A cultura corresponde com a capacidade dos homens de se relacionarem entre si e com as coisas, ou seja, a interioridade entre o que o homem produz em relação à natureza. A civilização seria a associação, no que se refere a recursos materiais, para que o homem se sustente no mundo. O mundo externo configura o homem internamente.

De acordo com Horkheimer e Adorno (1973, p. 97-98),

> Não está certo invocar a cultura contra a civilização. O gesto de exorcismo, a exaltação da Cultura à custa da sociedade de massa, o diligente consumo de bens materiais como manifestação do próprio gosto superior na formação da alma, tudo isto é, justamente, inseparável do que a civilização tem de desarticulado e desagregador. A evocação da Cultura é impotente. Contudo, é igualmente certo que a atividade civilizatória, como produção e uso cultural de meros recursos instrumentais que, aliás, são frequentemente supérfluos, já se tornou, hoje em dia, intolerável a si própria; e que os homens já quase não são (ou não são de todo) senhores desse equipamento mas seus servidores ou consumidores forçados do que a civilização produz.

Ao discorrerem sobre cultura e civilização, Horkheimer e Adorno (1973, p. 96) afirmam que "[...] todas as épocas 'culturais' foram o que foram não por simples expressão de uma pura essência interna da humanidade mas, outrossim, através do processo vital da sociedade e sua realidade nas coisas".

Para Horkheimer e Adorno (1973), cultura e civilização são interdependentes, e não deve haver contraposição entre elas, já que o indivíduo se transforma internamente com o contato externo. O que acontece é que a cultura, à custa de uma sociedade de massa, exalta o consumo, e a atividade civilizatória se destaca com bens supérfluos, não constituindo uma sociedade emancipada, pelo contrário, se constitui uma sociedade integrada à ideologia do mercado.

Considerando essa visão dos autores, é possível pensar que esse progresso material fomenta o consumo excessivo, não garantindo melhores condições para gerações futuras, já que esse consumo afeta diretamente o meio ambiente, de onde são retirados os recursos para a produção dos bens materiais; com isso vem se constituindo um elemento de barbárie. Para eles,

> Sem dúvida, está ficando difícil separar o progresso técnico, não da civilização, mas da prostração na idiotia, em tal medida os homens estão sendo marginalizados do processo de produção de bens. A técnica é dona não só do corpo como do espírito dos homens e há uma cortina de mistificação tecnológica, tal como existe uma "cortina monetária", de que a teoria econômica nos fala... O que toda a cultura nada mais fez, até hoje, do que prometer, será realizado pela civilização quando esta for tão livre e ampla que não exista mais fome sobre a Terra. (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 99).

O economista indiano Amartya Sen (*apud* SETUBAL, 2015) salienta que a desigualdade é um grande desafio para a sociedade contemporânea, e destaca que a autonomia de um indivíduo está relacionada a evitar a fome e a mortalidade precoce e que, através da educação, inserido na vida política, social e cultural, algumas garantias são asseguradas ao indivíduo. Uma sociedade emancipada teria homens ligados uns aos outros lutando por garantias para a sobrevivência, porém o progresso traz a dominação, que transforma os homens em reprodutores do capital. O padrão de felicidade é baseado na posse de mercadorias; o indivíduo passa a ser visto como objeto, pautado pelo consumo, como indica Bauman (2008) já no título *Vida para consumo*. Na sociedade de massas, ocorre a modulação da cultura, fomentada pela indústria cultural (Adorno e Horkheimer, 1973), desenvolvendo uma sociedade consumista, não comprometida com a sustentabilidade, como veremos na próxima seção.

## 2.2 Indústria cultural e sustentabilidade

Nesta seção será tratado o conceito de indústria cultural e sua relação com a sustentabilidade. Notamos que questões de ordem ambiental não foram tratadas diretamente

por Adorno, Horkheimer e os demais pensadores da teoria crítica, por isso, recorremos a autores contemporâneos preocupados com questões ambientais para tratar sobre o tema buscando conciliar com o referencial teórico.

O termo “indústria cultural” foi criado por Adorno e Horkheimer no século XX, a fim de criticar o que estava sendo produzido com o objetivo de atingir as massas; com isso, a cultura passou a ser gerida pelas leis do mercado capitalista, dominando o homem. Segundo Adorno (2002), a produção industrial em massa começou a destruir aos poucos a arte, restringindo o entendimento dos indivíduos ao senso comum. Perdendo o senso crítico, o indivíduo passa a ser manipulado, até mesmo nas horas de lazer, com o intuito de que não se atente para os problemas sociais vigentes, seguindo os valores capitalistas.

Segundo Adorno (2002, p. 95),

> A vida se transforma em ideologia da reificação, em máscara mortuária. É por isso que a tarefa da crítica, na maioria das vezes, não é tanto sair em busca de determinados grupos de interesse aos quais devem subordinar-se os interesses culturais, mas sim decifrar quais elementos da tendência geral da sociedade se manifestam através desses fenômenos, por meio dos quais se efetivam os interesses mais poderosos.

A indústria cultural se utiliza dos meios de comunicação em massa como rádio, televisão, propaganda, que através do *marketing* divulgam produtos de atividade econômica em larga escala, e que possam ser facilmente consumidos. Com Adorno (2002), podemos entender que a cultura passa a ser padronizada, a fim de obterem mais sucesso em relação à venda, e o que tinha um sentido artístico passa a ser tratado como mercadoria, atendendo ao sistema capitalista. Com isso, o indivíduo entende que necessita cada vez mais de mercadorias.

A racionalidade da indústria cultural classifica o indivíduo ao ponto de que os produtos são classificados por níveis, a fim de os indivíduos não busquem o diferente, que apenas consumam o que foi desenvolvido para seu nível. Os indivíduos, considerando-se autônomos, consomem de forma igual os produtos manipulados pela indústria cultural, e a lógica que se propaga é sempre a mesma: a repetição.

Para Adorno e Horkheimer (1985, p. 117-118),

> [...] todos os detalhes são clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali e completamente definidos pela finalidade que lhes cabe no esquema. Confirmá-lo, compondo-o, eis aí a sua razão de ser. O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural.

Segundo Bauman (2008), a lógica da indústria cultural faz com que o indivíduo troque o ideal de trabalho pelo consumo. Quando isso acontece, a sociedade passa a ser manipulada por agentes hegemônicos, observando apenas interesses próprios; o lucro se torna a exasperação do bem comum, causando contrastes sociais. O estímulo à compra gera a desvalorização e desperdício de mercadorias. “A sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não satisfação de seus membros” (BAUMAN, 2008, p. 64). O autor afirma a constatação no sentido de comprar; portanto, a insatisfação dos consumidores é que mantém a máquina do capital.

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer (1985) entendem que a formação cultural passou a seguir as necessidades materiais, não se preocupando com o “intelectual ou espiritual”, prova disso é que, nessa sociedade de consumo, o exagero e o desperdício marcam a época, a manipulação constante faz com que os indivíduos não consigam assimilar as informações, e por questão de status ou renovação, adquirem cada vez mais mercadorias que têm cada vez mais menos tempo de vida útil, sendo logo descartáveis. Bauman (2008, p. 11) destaca que “A ‘síndrome consumista’ envolve velocidade, excesso e desperdício”.

Esse excesso de produção, a fim de atender a demanda de consumo, faz necessário cada vez mais a retirada de recursos naturais da Terra, causando um efeito devastador no meio ambiente, já que, para abastecer esse mercado, é necessário destruir a natureza, isso sem contar a poluição causada com a deposição de dejetos diretamente na natureza. Diante disso, é importante a busca da sustentabilidade, a fim de que a Terra consiga manter seu equilíbrio, garantindo a manutenção da vida para as gerações futuras.

O termo “sustentabilidade” tem suscitado uma infinidade de debates quanto ao seu significado, desde formas de como tratar o tema, até possíveis aplicações sustentáveis. Nos meios acadêmico, empresarial, político e social tem-se discutido muito o assunto em vista das questões globais de cunho socioambiental, que vêm impactando de forma direta ou indireta no dia a dia do homem. O destaque objetivo para essa definição é que se busque o equilíbrio necessário entre as necessidades econômicas, a preservação da natureza e a sobrevivência humana. Diegues (1992, p. 22) destaca que:

> Esse termo transita pelos mais diversos círculos e grupos sociais, desde as organizações não-governamentais até as de pesquisa, com notável e estranho consenso, como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche. Uma análise mais profunda revela uma falta de consenso, não somente ao adjetivo “sustentável”, como também ao desgastado conceito de “desenvolvimento”.

O autor ainda aponta que a questão da sustentabilidade está envolvida com o crescimento econômico dos países, ou seja, está ligada ao sistema capitalista, que não se importa em destruir recursos naturais a fim de obter o lucro.

Roggero (2011) destaca que é comum noticiários a respeito da questão envolvendo sustentabilidade, mostrando desde situações catastróficas até propostas simplistas. A autora chama a atenção para o culto ao progresso; com comportamentos cada vez mais consumistas, ligados por jogos de interesses, o indivíduo apresenta atitudes cada vez mais insustentáveis. Para ela,

> É interessante notar que muitos alertas sobre problemas ambientais têm sido disparados há décadas, enquanto, paralelamente, as práticas políticas adotadas pautam-se em modelos econômicos eles próprios insustentáveis a longo prazo, como se tem sido possível notar pela atual crise financeira mundial [iniciada em 2008], um dos maiores exemplos das contradições presentes no discurso da contemporaneidade, que tem se assentado numa ideia equivocada de progresso em que crescimento econômico promove desenvolvimento social e melhor qualidade de vida, enquanto os dados de realidade apontam insistentemente que não é bem isso que vem acontecendo em todo o planeta. (ROGGERO, 2011, p. 2).

Lima (2002) pondera sobre a complexidade desse termo, que se difunde nos mais diversos contextos sociais, ampliando interpretações, valorizando interesses peculiares. Segundo ele,

> Embora a sustentabilidade presuma como campo, um substrato comum identificado com a ideia de um "futuro viável" para as relações entre a sociedade e a natureza, esta base comum é muito vaga e permite leituras diversas sobre o que significa um futuro viável e sobre quais os melhores meios de alcançá-lo. (LIMA, 2002, p. 7).

Em 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aprovou em Assembleia Geral um documento intitulado *A Carta da Terra*, resultado de uma década de diálogo intercultural, analisando objetivos comuns para o desenvolvimento sustentável. A partir desse documento, surgiu a elaboração de um outro documento, intitulado *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (UNESCO, 2005), que trata a respeito desse conceito, destacando três áreas interligadas fundamentais para compreender esse conceito: sociedade, meio ambiente e economia. Esses três pilares são bases de conteúdo ao aprendizado sustentável, e que, através da educação, alguns valores fundamentais podem ser transmitidos, embora o documento também explicita que a educação por si só não será capaz de atingir certos objetivos, pois, se fosse o caso, com essas sugestões da Unesco (2005), as práticas sustentáveis estariam bem próximas.

São inúmeras as variações conceituais sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, apoderadas por grupos sociais específicos que, preocupados com suas particularidades, revelam significados complexos, ampliando a discussão sobre o conceito; quanto mais complexa a vida humana, mais diversa se torna a discussão, isso vinculado com as preocupações com os recursos naturais, propiciando continuidade para as gerações futuras.

De acordo com Setubal (2015, p. 13), "A crise vivenciada pela sociedade contemporânea é, para muitos, uma crise civilizatória, que exige soluções urgentes diante das agressões à natureza provocadas pelo desenvolvimento do mundo moderno". Assim, a autora inicia o primeiro capítulo de seu livro questionando "Afinal, o que é sustentabilidade?", com a argumentação sobre a necessidade imediata de que o desenvolvimento econômico não mais atropele tudo e todos no afã de alimentar uma cultura pautada pelo consumo desenfreado que é alimentado por uma indústria cultural imediatista e efêmera.

Conforme a autora, o conceito atual de desenvolvimento sustentável, expresso na Cúpula Mundial de 2002, envolve a definição mais concreta do objetivo: a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes, ao mesmo tempo em que distingue o fator que limita tal desenvolvimento e pode prejudicar as gerações futuras: o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra.

> A ideia do desenvolvimento sustentável é um conceito heurístico – tem múltiplas dimensões. Associa a preocupação ambiental à não menos legítima preocupação com a economia e a erradicação da pobreza. A variável ambiental deve sempre estar presente de maneira positiva no estímulo e na sustentabilidade do desenvolvimento – e não como instrumento abusivo de cerceamento econômico ou entrave comercial. (ONU, 2002, p. 7-8).

Importante a se notar diante disso é que há um crescimento no número de teóricos e pesquisadores, como Diegues, Dias, Lima, Setubal, entre outros, com grande variedade de temas e interpretações, demonstrando que houve uma resposta às ações políticas supracitadas, o que representa um avanço em direção a medidas sustentáveis; no entanto, dentre muitas medidas em vários âmbitos, ainda são necessárias medidas educacionais que aproximem as novas gerações das discussões e ampliem sua conscientização em direção à práticas sociais sustentáveis. A seguir, veremos o histórico das preocupações ambientais, tratadas nas grandes conferências de âmbito internacional, e que fizeram chegar à discussão sobre sustentabilidade.

## 2.3 Do Clube de Roma ao Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Dias (2004), as preocupações ambientais tornaram-se palco de discussões, ainda que timidamente, após a Segunda Guerra Mundial, quando pesquisadores alertaram que pensar em preservação ambiental não era tarefa fácil, principalmente devido aos processos de transformações acelerados que países desenvolvidos vinham passando. Em geral, as preocupações se pautavam no desenvolvimento econômico; não questionavam de que forma isso seria feito. O tema só passou a ter destaque quando grupos ambientalistas evidenciaram que os recursos naturais, usados em grande escala, sofreriam escassez, prejudicando o modelo capitalista de produção e comprometendo gerações futuras.

Ainda segundo Dias (2004), com a Revolução Industrial, as sociedades aumentaram seu poder em relação ao uso dos recursos naturais, criaram um novo paradigma com o aumento da industrialização e da urbanização. Transformaram e se apropriaram da natureza, tudo isso centrado em interesses de crescimento econômico.

Na década de 1960, intelectuais de várias correntes teóricas aprofundavam os questionamentos sobre o comportamento da sociedade perante o sistema capitalista. Um dos temas dessas discussões era a valorização da natureza.

Dias (2004, p. 33) destaca que, em 1968, o estudioso e industrial italiano Arillio Peccei começou a convidar estudiosos de várias áreas do conhecimento para compartilhar seus pensamentos sobre os problemas ambientais. Daí surgia o Clube de Roma. Eles debatiam assuntos relacionados à sustentabilidade, crescimento econômico, demografia, energia, entre outros, e das suas inquietações surgiu, em 1972, um relatório nomeado *Os limites do Crescimento*, cujo grupo responsável pela elaboração foi composto por cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). “O relatório concluiu que em 100 anos, as formas de produção alcançariam seu limite de crescimento e se tornariam insustentáveis” (FLEURI, 2014, p. 22).

Em junho de 1972, em Estocolmo (Suécia), aconteceu a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU). O evento ficou conhecido como Conferência de Estocolmo e teve como objetivo aconselhar sobre as relações do homem com a natureza.

Diegues (1992) chama a atenção para o cenário negativo sobre o qual o Clube de Roma alertava: de que a Terra poderia esgotar seus recursos naturais, e que isso não estaria muito longe de acontecer; a espécie humana corria sérios riscos em relação à qualidade de vida. Para Boff (2012), o Clube de Roma anunciava o estado doentio em que a Terra se encontrava, e para superar esse estado era preciso um comportamento consciente dos indivíduos em relação ao consumo. Boff (2012, p. 25) ainda destaca que o Clube de Roma “Identificou a causa principal:

nosso padrão de desenvolvimento, consumista, predatório, perdulário e totalmente sem cuidado para os recursos escassos, e para como tratamos os dejetos, muitos deles danosos e não assimiláveis pela natureza", colocando em risco a espécie humana.

Na década de 1980, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) começou a elaborar um relatório onde foram apresentadas medidas aos países, no intuito de solucionar problemas ambientais, e de promover o desenvolvimento sustentável. Esse relatório alertava que era preciso ter uma nova postura em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico. Setubal (2015) chama a atenção de que esse relatório trouxe um novo olhar para o desenvolvimento sustentável, abordando a questão ambiental de modo integrado às dimensões social, cultural e econômica.

Para Dias (2004), uma questão importante a partir do *Relatório Brundtland (1987)*, também intitulado "Nosso Futuro Comum" (*Our Common Future*), foi que houve avanço para a consolidação das bases conceituais da Educação Ambiental.

Em junho de 1992, aconteceu a Eco-92 que teve como objetivo fazer um balanço geral dos acontecimentos ambientais dos 20 anos após a Conferência de Estocolmo. A Eco-92 representou uma evolução que trouxe o conceito de uma nova forma de desenvolvimento, que incorpora o social ao ambiental. Ainda nessa conferência, foram assinados vários documentos, fazendo surgir regulamentações internacionais sobre questões ambientais, como a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção da Diversidade Biológica e a Agenda 21.

Como sequência da Eco-92, dez anos após seu acontecimento, a ONU realizou, em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, na África do Sul, também conhecida como Rio+10 ou Cúpula da Terra II, com o objetivo de discutir os resultados da Rio-92 e ratificar o Protocolo de Quioto. Nesse encontro, concluíram que poucos avanços foram alcançados, sendo o mais significativo a participação da sociedade, que começou a discutir sobre o desenvolvimento sustentável.

Na sequência desses grandes eventos, em janeiro de 2012, o Rio de Janeiro foi sede da Rio+20, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Nela foi discutido o crescimento econômico, meio ambiente e questões sociais, criticando velhas práticas de consumo e injustiça social, ampliando conceitos para pensar em avanços nos problemas ambientais.

Percebemos que as preocupações ambientais tiveram ascensão ainda no século XX, enquanto que, para Adorno e Horkheimer (1971), nesse mesmo século, se revelava a crise da formação cultural, indo na contramão da sustentabilidade, que será tratada adiante.

## 2.4 Pensando a formação para a sustentabilidade

A presente seção se pauta na formação do indivíduo gerida em função do capital, na qual a reflexão e a crítica são abafadas, apresentando estágios de regressão.

Neste trabalho, o conceito de formação adotado será o desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1971, p. 143), no ensaio *Teoria de la Seudocultura*[6], onde destacam a importância sobre a formação do indivíduo, que acontece pela influência da cultura: "[...] la formación no es otra cosa que la cultura por el lado de su apropiación subjetiva"[7]. Portanto, para o autor, a cultura partilha valores e crenças, influenciando novas gerações. Isso nos permite pensar sobre como se forma o indivíduo nessa cultura onde os bens culturais estão sendo tratados como mercadorias.

Para Adorno e Horkheimer (1971), a formação do indivíduo, ou seja, sua subjetividade está atrelada à cultura, que segue as amarras do sistema capitalista, ameaçando a formação, deixando-a fragilizada, já que se volta aos bens materiais; portanto, para o autor, estamos falando de uma pseudoformação, ou simplesmente uma consciência alienada:

> Incluso el progreso manifiesto – la elevación general del nível de vida con el desarrollo de las fuerzas productivas materiales – no da em las cosas espirituales com efecto beneficioso; y las desproporciones que resultan de que lá superestructura se revolucione más lentamente que la subestructura han aumentado el retrocesso de la consciência – la pseudoformación cultural se asienta parasitariamente em el *cultural lag* –. Decir que la técnica y el nível de vida más redundan sin más em bien de la formación cultural em virtude de que lo cultural alcance a todos es uma pseudodemocrática ideologia de vendedor – ción por el hecho de que todos se vean alcanzados por lo cultural, es de vendedor. (ADORNO; HORKHEIMER, 1971, p. 161).[8]

Segundo Adorno e Horkheimer (1971), a pseudoformação identifica-se com o fetichismo da mercadoria. É a manifestação do espírito alienado, uma vez que os indivíduos se mostram adaptados, aficionados pelos produtos da indústria cultural, que se dissemina

---

[6] No original, Adorno emprega a palavra Halbbildung. Bildung, que indica, ao mesmo tempo, formação cultural e cultura. Portanto, Halbbildung pode assumir ora um, ora outro dos dois sentidos. Tem sido prática comum a autores e tradutores brasileiros optarem pela tradução de cultura, semicultura, semiculto. Assim o fizeram Wolfgang Leo Maar e Bárbara Freitag, respectivamente, em *Pedagogia dialética*, de Schmied-Kowarzuj Wolfdietrich (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *A teoria crítica, ontem e hoje* (São Paulo: Brasiliense, 1986). Nesta presente tradução, optamos, de maneira geral, por formação cultural e, dependendo do emprego específico em alguns contextos, utilizamos, então, cultura e seus derivados.

[7] Tradução nossa: "[...] a formação nada mais é que a cultura tomada pelo lado de sua apropriação subjetiva".

[8] Tradução nossa: "O progresso evidente, a elevação geral do nível de vida com o desenvolvimento das forças produtivas materiais, não se manifesta nas coisas espirituais com efeito benéfico. As desproporções resultantes da transformação mais lenta da superestrutura em relação à infraestrutura, aumentaram o retrocesso da consciência. A semiformação se assenta parasitariamente no cultural lag. Dizer que a técnica e o nível de vida mais alto resultam diretamente no bem da formação, pois assim todos podem chegar ao cultural, é uma ideologia comercial pseudodemocrática, de vendedor".

principalmente pelos meios de comunicação. Isso porque a formação também está adaptada ao sistema, não sendo capaz de fazer o indivíduo refletir criticamente, a fim de superar a alienação.

Para Adorno e Horkheimer (1971), o pensamento do indivíduo passa pela dominação, e se torna incapaz de *produzir a reflexão* sobre o esclarecimento. A dominação apreende esse pensamento de tal forma que a humanidade não consegue avançar em relação à reflexão crítica, com isso não temos uma formação voltada para a autonomia, e sim para uma heteronomia. Dessa maneira, temos uma pseudoformação.

Na virada do século XIX para o XX, quando tanto se discutiu sobre o comportamento do homem em relação ao meio ambiente, tivemos grande avanço tecnológico, voltado a suprir várias necessidades humanas, mas a formação cultural, voltada para emancipação dos indivíduos, não acompanhou esses avanços, operando antes o processo de mercantilização. A escola, tida como espaço importante de formação, sofre a decadência produzida pela sociedade, ou seja, a reprodução de um sistema voltado para a materialidade. Os indivíduos se mantém alienados. Para Adorno e Horkheimer (1971), isso é reflexo da pseudoformação.

Adorno e Horkheimer (1985) criticam os avanços técnicos, uma vez que, com todo o progresso, eles nada colaboram para que o indivíduo se supere da dominação social, já que o próprio conhecimento tornou-se instrumento de dominação. Os autores enfatizam que um esclarecimento dialético, promovendo a reflexão, seria capaz de superar a dominação e acabar com o que eles chamam de regressão da formação.

Para Bauman (2010), as relações sociais, relacionadas com a dinâmica do consumo, refletem diretamente na formação do indivíduo. A cultura capitalista, na sociedade atual, gera consumidores que são seduzidos pela indústria cultural, e as instituições escolares, muitas vezes, não estão preparadas para enfrentar esses desafios. Segundo Bauman (2010, p. 47),

> Em nosso mundo volátil, de mudanças instantâneas e erráticas, os hábitos consolidados, os esquemas cognitivos sólidos e as preferências por valores estáveis – objetivos últimos da educação ortodoxa – transformam-se em desvantagens. Pelo menos, este é o papel que lhes oferece o mercado do conhecimento, que (como qualquer mercado em relação a qualquer mercadoria) odeia a fidelidade, os laços indestrutíveis e os compromissos a longo prazo, considerados obstáculos que atravancam o caminho e precisam ser removidos.

Na mesma linha, Adorno e Horkheimer (1985, p. 13) já afirmavam que “[...] tornar inteiramente supérfluas suas funções, parece ser a ambição do sistema educacional”. Roggero (2010, p. 193), concordando com os autores, esclarece que “[...] daí não termos uma formação

que possibilite a autonomia e a liberdade, mas uma pseudoformação, que nos mantém regredidos em relação à nossa própria humanidade".

Considerando essa visão, é possível pensar que as reflexões sobre a formação para a sustentabilidade são de suma relevância, principalmente no ambiente escolar onde as questões de consumo são alvos constantes para manipular principalmente os estudantes, que, sem um esclarecimento dialético, são alvos fáceis de manipulação, atraídos pela indústria cultural. Roggero (2010) destaca a força do capitalismo que, livre de regulamentações, aproveita das mídias para propor comportamentos consumistas, seguindo direções contrárias à sustentabilidade.

Diante das inúmeras contradições na formação na sociedade contemporânea, podemos apontar como sendo um fenômeno relevante a alienação e a negação da sustentabilidade no ambiente escolar. Observa-se poucos avanços no sentido de termos escolas sustentáveis, capazes de formar indivíduos comprometidos com questões ambientais e sociais. Para Adorno e Horkheimer (1971), a escola é capaz de transformar as relações sociais e de libertar o homem das amarras da indústria cultural, da dominação da lógica capitalista, já que é capaz de possibilitar uma formação crítica, voltada à autonomia e à emancipação.

Uma formação que não emancipa, atrelada a uma cultura a serviço da dominação, impedindo o desenvolvimento da subjetividade, não é capaz de voltar-se para a sustentabilidade:

> La formación tenía que ser lo que tocasse – puramente como su proprio espíritu – al individuo libre y em su propia conciencia, aunque no hubiese dejado de actuar em la sociedad y que sublimasse sus impulsos; e implicitamente se la tenía por condición de una sociedad autónoma: cuanto más lúcido fueste el singular, más lúcido sería el todo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1971, p. 146).[9]

Diante do exposto, o objetivo primordial da escola é promover a prática da reflexão e estimular o conhecimento; caso contrário, a escola não passa de instrumento da indústria cultural.

Observamos que a escola discute algumas dessas questões voltadas para sustentabilidade, porém de maneira meramente formal; ainda são tímidas as práticas sociais sustentáveis em seu interior. Maria Alice Setubal, desde 2012, está engajada em questões sobre

---

[9] Tradução nossa: "A formação devia ser aquela que dissesse respeito – de uma maneira pura como seu próprio espírito – ao indivíduo livre e radicado em sua própria consciência, ainda que não tivesse deixado de atuar na sociedade e sublimasse seus impulsos. A formação era tida como condição implícita a uma sociedade autônoma: quanto mais lúcido o singular, mais lúcido o todo".

sustentabilidade e educação. Em sua obra *Educação e Sustentabilidade: princípios e valores para a formação de educadores*, Setubal (2015), além de discorrer sobre o conceito de sustentabilidade, discute-o no âmbito da cultura e da política. Nessa obra, defende a educação como sendo fator primordial para a construção de uma sociedade sustentável, além de destacar princípios e valores na formação de professores e educadores sociais.

Nessa perspectiva, é possível considerar que novos paradigmas sejam fundados na educação, para superação da adaptação, e que a escola possa orientar a sociedade com sua capacidade de ir além de seus muros:

> A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas [...]. (ADORNO, 1995a, p. 143).

O autor ainda reforça como é essencial a relação entre teoria e práxis, para que as transformações sejam alcançadas e a emancipação seja possível.

Sobre a formação, Dias (2006, p. 13) informa que, na educação ambiental formal, houve poucos avanços no Brasil; professores ainda encontram-se sem formação específica quando o assunto é meio ambiente, recursos para a educação ainda são mal investidos, além de professores mal remunerados. Reforçando esses desafios, Lima (2002) pondera que o modelo educacional ainda é positivista, e a pedagogia tecnicista, destacando que, além da falta de material didático para nortear o desenvolvimento do tema nas escolas, há ausência de formação ambiental dos discentes. É preciso admitir que o sistema educacional em vigor ultrapassa os muros da escola e atinge outros espaços, o que poderia ser visto de forma positiva se a escola não estivesse limitada pelas amarras sociais da indústria cultural e da sociedade do consumo.

De acordo com Pereira, Silva e Carbonari (2014, p. 126),

> A educação na sustentabilidade não se resume a ensinar os estudantes a fazerem coleta seletiva de lixo ou a cuidarem bem do jardim de casa. É mais do que educação ambiental, configura-se como a preparação das crianças, jovens e adultos para um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista da prosperidade duradoura, o que implica o redirecionamento das dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais.

Para os autores acima, a função da educação para a sustentabilidade é a formação de indivíduos dispostos às mudanças de atitudes e perceptíveis em relação ao meio ambiente. Isso acaba sendo um grande desafio em uma sociedade cada vez mais globalizada, vivendo nas cidades, com pouco contato com a natureza como seu hábitat, nas quais as percepções sensoriais, associadas à observação do ambiente natural, como o crescimento de árvores, frutos,

vida animal (rotinas que antes eram observadas no campo), acabam não sendo desenvolvidas nesses indivíduos como autoconsciência.

Lima (2002) – citando Sterling (2001), Tilbury (1996) e Sauvé (1997) – entende que a educação ambiental sugerida em vários países da União Europeia não apresentou resultados esperados nas últimas décadas, isso devido à visão mecanicista do conhecimento. O autor destaca que as mudanças necessárias demandam um novo paradigma holístico. Ainda citando os autores, Lima (2002, p. 8-9) salienta que

> [...] a educação ambiental assumiu nesses contextos, expressões reducionistas: ao tratar a crise ambiental como uma crise meramente ecológica; ao confundir o meio ambiente com a natureza; ao desprezar suas dimensões políticas, éticas e culturais; ao apresentar uma abordagem fragmentada e acrítica da questão ambiental; ao aplicar metodologias disciplinares, não participativas e de baixa criatividade e ao propor respostas comportamentais e tecnológicas para problemas de maior complexidade.

Analisando o exposto acima, refletimos sobre o documento da Unesco (2005), *Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*, que apresenta um conjunto de intervenções diversificadas para que princípios de sustentabilidade sejam desenvolvidos no ambiente escolar. O documento traz uma preocupação holística, voltada para a interdisciplinaridade, de modo que não destaca o termo educação ambiental, e sim *educação para o desenvolvimento sustentável*. Mesmo com essa proposta integradora sugerida pela Unesco, o Brasil ainda enfrenta problemas para desenvolver uma educação voltada para a sustentabilidade. Sobre isso, Lima (2002, p. 9) reflete que

> A escassez de dados empíricos passíveis de generalização não autoriza afirmações definitivas sobre o estado da arte da educação ambiental no Brasil, mas também não nos impede de supor que ainda convivemos com expressivos setores dentro do campo que se orientam por visões ingênuas e conservacionistas.

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer (1985) criticam a formação educacional e notam que esses sistemas limitam o esclarecimento dos indivíduos, impedindo o indivíduo de se tornar autônomo. É visível que formação de caráter, princípios morais e valores devem ser discutidos no ambiente escolar; governos e sociedade devem interagir para que, nas escolas, estudantes possam desenvolver situações que levem ao exercício de sua autonomia. Conteúdos não podem ser simplesmente adaptados e desenvolvidos sem sentido, como mera informação.

Como as relações sociais seguem a lógica do capital, a educação participa desse jogo e preserva comportamentos “insustentáveis”, isso para a manutenção do sistema econômico. Segundo Adorno (1995a), uma educação consciente, promovendo experiências intelectuais,

fazendo o indivíduo desenvolver um pensamento crítico, seria uma educação para a emancipação; ou seja, entendemos que estudantes que recebam uma formação para a emancipação tendam a ser comprometidos com questões de sustentabilidade, já que para Adorno (1995a, p. 143) "[...] emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação".

Nesse sentido, Setubal (2005) destaca que a educação ambiental, se desenvolvida de forma dialética, seria capaz de libertar o pensamento linear, centrado em conteúdo, possibilitaria a compreensão da complexidade do conhecimento econômico, político, ecológico, entre outros. Segundo Setubal (2015, p. 22), "[...] a crise da educação se expressa na contradição de trabalhar conteúdos e conhecimentos cada vez mais complexos, que devem estar pautados em valores capazes de contribuir para a preservação da sociedade". Os temas transversais, constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), são voltados para a construção e compreensão da realidade social; sugerem uma educação planetária, mas isso é um desafio na escola contemporânea, que tem se caracterizado pelo formalismo e pela adaptação ao existente.

Nota-se que a educação em geral segue com movimentos contínuos de adaptação, mantendo a alienação e a dominação social, tendo o tema *meio ambiente* praticado nas escolas de forma desconexa e pontual, não articulando com o todo, sendo na média tratada superficialmente por professores de algumas áreas.

Diante disso, parece urgente reconhecer que o sistema educacional se desenvolve com fragilidade em relação a questões ambientais, sendo necessário reflexões mais críticas sobre o processo de formação do indivíduo. Superar essa fragilidade é um desafio para que a sociedade passe a entender melhor o mundo imediato. Se a barbárie, denunciada por Adorno (1995b) em *Educação e Emancipação*, pode ser superada, a sociedade, por meio do pensamento esclarecido, não desperdiçaria bens materiais; ou seja, novos paradigmas para a formação fariam uma sociedade mais consciente.

Essa discussão sobre sociedade, cultura e formação para a sustentabilidade na escola contemporânea revela que a formação segue os parâmetros do mundo capitalista, não sendo capaz de oferecer instrumentos necessários para que os estudantes enfrentem as contradições do modelo do sistema imposto, que enfatiza o consumo exacerbado. Nessa perspectiva, a escola parece não preparar o indivíduo para uma reflexão crítica da realidade. O próximo capítulo apresenta o percurso metodológico, as narrativas dos grupos focais e entrevistas, bem como a análise teórica que nos guia para uma compreensão mais profunda do objeto de estudo.

# 3 AS VOZES DE QUEM UTILIZA OS MATERIAIS ESCOLARES

Neste capítulo, apresentamos a pesquisa empírica. Realizou-se um estudo de caso, associando as técnicas de observação participante, grupo focal e entrevistas, com levantamento e análise documental, expondo, assim, a dimensão que configura esta pesquisa na escola estadual da Diretoria de Ensino Região Centro de São Paulo. Consta, ainda, neste capítulo, o percurso metodológico dos grupos focais e da entrevista com a equipe gestora; na sequência, encontra-se a análise dos discursos conforme as categorias que se constituíram a partir das participações dos sujeitos ouvidos.

Com base nos grupos focais e na entrevista com a equipe gestora, contextualizados na escola pesquisada, assim como na compreensão da distribuição dos materiais escolares e no referencial teórico apresentado, pretende-se analisar se é possível a gestão dos materiais escolares com princípios de sustentabilidade, e interpretar se a referida escola contribui para uma formação que considere esses princípios.

Para isso, iniciamos com a fundamentação do método e a descrição dos procedimentos de pesquisa, bem como a descrição da escola escolhida, e sua cultura organizacional, para procedermos à análise, por meio dos conceitos tratados no capítulo anterior.

A proposta de intervenção relativa a um bom desenvolvimento em relação à gestão de materiais escolares concluirá o capítulo, buscando oferecer elementos na comunidade escolar a respeito da importância da sustentabilidade no ambiente escolar.

## 3.1 Percurso metodológico da pesquisa

Para o desenvolvimento deste trabalho foram adotadas metodologias associadas, a partir de análise documental, somada a estudo de caso, observação participante, grupos focais com estudantes e professores, e entrevista com a equipe gestora da escola pesquisada.

Para entender sobre a gestão dos materiais escolares, optou-se por fazer um estudo de caso, que, para André (2005), sempre envolve uma instância em ação. Para Stake (1994 *apud* ANDRÉ, 2005), com esse método, as especificidades do objeto de estudo tendem a ter suas particularidades emergidas, podendo fornecer informações relevantes. Segundo Lüdke e André (1986, p. 17), “[...] o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”. As autoras (1986, p. 18-20) salientam que o estudo de caso apresenta características fundamentais como:

1. Os estudos de caso visam à descoberta.
2. Os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’.
3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas.
6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.
7. Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

Notamos que, com esses apontamentos, o conhecimento não se fecha. Um estudo de caso se preocupa com novas reformulações, por isso, vários fatores também podem ajudar na apreensão e interpretação da problemática estudada. André (1995, p. 41) argumenta que, no estudo do cotidiano escolar, deve se recorrer às técnicas etnográficas porque,

> Por meio de técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensivas, é possível documentar o não-documentado, isto é, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia-a-dia da prática escolar, descrever as ações e representações dos seus atores sociais, reconstruir sua linguagem, suas formas de comunicação e os significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico.

Com base nessas considerações, optou-se por penetrar no cotidiano do grupo, a fim de obter uma observação mais próxima possível.

Nosella e Buffa (2010), no seu livro *Instituições Escolares: por que e como pesquisar*, destacam a importância de entender o todo da instituição considerando o individual, e aponta a diversificação das fontes como sendo um recurso muito relevante. Essa estratégia possibilita melhor entendimento do objeto, e neste caso optamos por grupos focais e entrevista. Para André (2005), a triangulação de dados é primordial para legitimar a pesquisa. A autora ainda destaca que os dados coletados em momentos diferentes fornecem informações ainda mais relevantes ao pesquisador.

Gatti (2005), em sua obra *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*, discorre sobre a técnica do grupo focal. A autora indica que os grupos focais têm sido utilizados em áreas como publicidade, *marketing*, saúde, planejamento e gestão, ou seja, nos campos do conhecimento humano, nas áreas da sociologia, psicologia social, antropologia cultural, e mais recentemente têm sido utilizados como meio de pesquisa na área da educação. Essa técnica assume a configuração de entrevista coletiva apoiando a observação.

Ainda de acordo com Gatti (2005), o grupo focal permite ao pesquisador compreender as práticas cotidianas, atitudes e comportamentos com alguns indivíduos que compartilham

traços em comum relevantes para a investigação do problema proposto. Powel e Single (1996 *apud* GATTI, 2005, p. 7) caracterizam grupo focal como "[...] um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um item, que é objeto da pesquisa, a partir de sua experiência pessoal [...]". Com isso destacam a importância que o pesquisador deve atentar ao utilizar essa técnica, já que a composição do grupo deve possuir características em comum, como, por exemplo, a vivência em comum dos participantes sobre o tema em discussão.

No grupo focal é importante a não diretividade. Segundo Gatti (2005), o pesquisador apenas cria condições para que os participantes atuem efetivamente nas discussões e não exponha sua opinião sobre o tema. A autora destaca que,

> Na condução do grupo focal, é importante o respeito ao princípio da não diretividade, e o facilitador ou moderador da discussão deve cuidar para que o grupo desenvolva a comunicação sem ingerências indevidas da parte dele, como intervenções afirmativas ou negativas, emissão de opiniões particulares, conclusões ou outras formas de intervenção direta. Não se trata, contudo, de uma posição não diretiva absoluta, ou do tipo "*laissez-faire*", por parte do moderador. Este deverá fazer encaminhamentos quanto ao tema e fazer intervenções que facilitem as trocas, como também procurar manter os objetivos de trabalho. (GATTI, 2005, p. 8-9).

Através do grupo focal, a subjetividade sobre o tema estudado emergiu, surgindo elementos interessantes para as análises. Segundo Gatti (2205), essa discussão de ideias possibilita reelaborar questões, já que acontece sem a necessidade de consenso.

> O grupo tem uma sinergia própria, que faz emergir ideias diferentes das opiniões particulares. Há uma reelaboração de questões que é própria do trabalho particular do grupo mediante as trocas, os reasseguramentos mútuos, os consensos, os dissensos, e que trazem luz sobre aspectos não detectáveis ou não realizáveis em outras condições. (GATTI, 2005, p. 14).

A autora supracitada ainda destaca a importância da homogeneidade na composição do grupo. Optamos, neste caso, por realizar dois grupos focais, um com os estudantes, e outro com os professores; dessa forma, é possível, segundo Gatti (2005, p. 11), "[...] compreender práticas cotidianas, ações e reações [...]" de pessoas que compartilham traços em comum.

Nas análises sobre a aplicação de grupo focal, identificamos que, para ser considerado um grupo focal, o ideal é que o número de participantes seja superior a cinco pessoas, e entendemos que com isso não seria possível aplicar um grupo focal com a equipe gestora, já que nesta unidade escolar é formada por três pessoas: diretora, vice-diretor e coordenadora

pedagógica. Optou-se, então, por entrevista, que aconteceu com a participação da diretora e da coordenadora pedagógica. Para Lüdke e André (1986), essa técnica é a que mais se adapta aos estudos do ambiente educacional, permitindo flexibilidade no momento da aplicação. Neste caso, a entrevistadora introduziu o tema e as entrevistadas tiveram a liberdade de discorrer.

A seguir, serão apresentadas as características da escola, bem como o perfil dos participantes desta pesquisa.

### 3.1.1 Características da escola pesquisada

A escola escolhida para realização da pesquisa é uma instituição pública, localizada no município de São Paulo, destinada aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, mantida pela Secretaria Estadual da Educação, subordinada à Diretoria de Ensino Região Centro.

O grupo de estudantes é composto principalmente por moradores da região e filhos de trabalhadores dos arredores. A escola conta com um quadro de 35 professores, um coordenador pedagógico, uma diretora e um vice-diretor, todos com ensino superior completo. A escola ainda conta com três inspetores de alunos, duas merendeiras, além de um secretário, e duas agentes de organização escolar.

Na escola em questão, há 624 estudantes, com média de idade entre 11 e 18 anos sendo que 320 estudantes estão matriculados no ensino fundamental II, distribuídos em 3 turmas de 6º ano, 2 turmas de 7º ano, 2 turmas de 8º ano e 3 turmas de 8ª série (que estão concluindo o ensino fundamental I com 8 anos de duração). No ensino médio, a escola possuí 304 estudantes, distribuídos em 3 turmas do 1º ano, 3 turmas do 2º ano e 2 turmas do 3º ano.

Uma característica especial desta unidade escolar é a significativa presença de imigrantes[10] (cerca de 35% dos estudantes), cuja origem varia entre norte americana, coreana, chinesa e boliviana; a maioria (cerca de 30% dos estudantes) é de origem boliviana, que fala outra língua em casa. Algumas destas famílias já estão vivendo no Brasil há algum tempo, seus filhos nasceram aqui, mas em suas casas ainda preservam costumes e língua espanhola; trabalham como costureiros em confecções adaptadas em suas próprias residências.

A escola possui um Plano de Gestão Escolar atualizado anualmente e refeito a cada quatro anos. Assim sendo, sua validade é quadrienal. No entanto, neste ano de 2016, em que as escolas estaduais de São Paulo devem refazê-lo, até o momento de finalização deste estudo, o

[10] Informação oral dada pelo gerente de organização escolar (GOE).

Plano de Gestão desta unidade escolar não se encontra concluído, impossibilitando o acesso ao mesmo; analisamos, portanto, o Plano de Gestão que vigeu até 2015.

Na introdução deste documento, notamos que a preocupação da escola está em oferecer uma formação voltada para a ampliação do conhecimento, e que os estudantes cada vez mais desenvolvam o desejo de aprender com autonomia. Também é destaque uma educação onde os envolvidos possam exercer a cidadania, e para que isso aconteça o documento destaca que

> [...] ser cidadão é saber comunicar-se, lidar com conceitos científicos, conhecer e reivindicar direitos, conhecer e interpretar a realidade socioeconômica, política e cultural do país; saber utilizar as tecnologias, respeitando o meio ambiente e conviver em comunidade dentro dos princípios solidários. (SÃO PAULO, 2012, p. 36).

Na análise deste documento, notamos que a preocupação com o meio ambiente não está definida no Plano de Gestão da escola, sendo citada superficialmente, apenas no parágrafo citado, tanto é que o termo *meio ambiente* vem atrelado com a utilização das tecnologias; ou seja, entendemos que o público-alvo dessa escola deva ser cidadãos com capacidade de utilizar as tecnologias de forma que respeitem o meio ambiente. Não encontramos mais detalhes sobre como poderia ser o respeito com esse meio, ou de que forma isso seria possível.

Ainda sobre o Plano de Gestão, o documento destaca o que é importante para a escola, apresentando as finalidades, os objetivos gerais, os objetivos específicos, além da identificação da escola, o calendário, o quadro de docentes, a descrição das rotinas administrativas e pedagógicas, a aplicação dos recursos financeiros, e os projetos a serem desenvolvidos na escola. Abaixo, destacamos o objetivo geral do Plano de Gestão vigente (quadriênio 2012-2015):

> [...] estruturar o ambiente escolar de forma acolhedora, proporcionando um local de convivência harmoniosa entre a ciência e a sociedade, incluindo diferenças e ressaltando as potencialidades desenvolvidas pelo aluno no processo de ensino e aprendizagem. É nosso desejo que o aluno aprenda com autonomia, preparando-o para atuar com responsabilidade social e tornando-o apto na defesa de seus projetos futuros. (SÃO PAULO, 2012, p. 38).

Ainda segundo o documento, os objetivos específicos da escola são:

- Melhorar a qualidade do ensino;
- Valorizar a formação leitora e escritora;
- Formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres;
- Trabalhar conteúdos significativos para o aluno, preparando-o com conhecimentos básicos necessários à vida contemporânea;
- Transformar o saber acumulado da ciência em saber escolar, através de situações e atividades que conduzam o aluno a aprendizagem;
- Melhorar a qualidade dos recursos técnico-pedagógico da escola;

- Elaborar projetos interdisciplinares, visando a melhoria do ensino/aprendizagem e a ampliação dos conhecimentos gerais, culturais, científicos e sociais dos educandos;
- Usar a avaliação como diagnóstico da aprendizagem e também para detectar falhas a serem corrigidas. (SÃO PAULO, 2012, p. 36)

Quanto aos projetos que constam no Plano de Gestão da unidade escolar, são destaques: Matemática Como Rotina; Monteiro Lobato – Incentivando a Leitura; Projeto Cultura Halloween; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) – Parceria com a Polícia Militar; Comunidade Presente – Prevenção também se ensina; Ser ou Não Ser...a adolescência em questão – parceria com o posto de saúde do bairro.

Notamos que esses projetos estão voltados para o incentivo ao estudo da matemática, valorização da leitura e da escrita, desenvolvimento cultural, vivência social, interação com comunidade escolar, orientação quanto ao uso de drogas, e orientação aos estudantes sobre suas dúvidas, inquietações e anseios. Não foram identificados itens, conteúdos ou políticas de incentivo ao tema sustentabilidade, nem assuntos relacionados sobre reciclagem de materiais, conscientização para o descarte adequado de resíduos sólidos e educação ambiental, de um modo geral. O princípio filosófico da escola é a realização de um trabalho coletivo, baseado no comprometimento dos docentes, voltados aos interesses reais dos alunos.

Essa unidade escolar recebe livros didáticos através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em ciclos trienais alternados. Em 2015, houve a distribuição dos livros didáticos para o ensino médio. Com a chegada destes novos livros na escola, a equipe gestora teve que liberar espaços para poder armazenar os livros novos; com isso, os livros já considerados “vencidos” foram colocados nos corredores a fim de que alunos e interessados pudessem levar para serem utilizados como material de pesquisa, porém, notamos que vários desses livros, de diversas matérias estavam sendo descartados sem ao menos serem retirados das embalagens, ou seja, os livros estavam sendo descartados sem terem sido manuseados. Os professores, orientados pela equipe gestora, incentivavam os alunos a levarem os livros para casa, porém notamos que somente alguns se interessavam, e as pilhas de livros permaneceram no corredor da escola por cerca de mais de um mês. Às vezes, notávamos um ou outro aluno pegando um livro para levar para casa durante esse tempo, até que a direção elaborasse uma documentação, orientada pela Resolução SE n.º 83, de 17 de dezembro de 2013, que dispôs sobre desfazimento de materiais didáticos e/ou de apoio considerados irrecuperáveis, desatualizados ou inservíveis, e esses livros foram encaminhados para uma cooperativa de reciclagem, devidamente habilitada.

Os livros considerados válidos para serem utilizados ficam guardados em armários nas salas de aula, separados pelas respectivas séries. A coordenadora pedagógica, no início do ano, fica encarregada de fazer essa organização; portanto, os professores têm à disposição os livros de suas respectivas séries e matérias nas salas de aulas, a fim de que possam fazer o uso, embora notamos que alguns professores não utilizam.

A escola, como todas as atendidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, recebe cadernos dos alunos. São entregues no início do ano os que são utilizados no primeiro semestre, e em junho/julho os que serão utilizados no segundo semestre, já que seus conteúdos são semestrais. A coordenadora pedagógica distribui aos estudantes assim que chegam na unidade escolar. Todos os estudantes recebem os cadernos dos alunos de sua respectiva série e matéria. Nas séries onde houve falta, a coordenadora pedagógica entra em contato com a diretoria de ensino e, em uma semana, o problema se resolve, isso devido à reserva técnica que a diretoria de ensino possui. Notamos que alguns professores não fazem uso desse material no decorrer de suas aulas., e observamos também descaso de alguns alunos, já que cadernos dos alunos são jogados no lixo, no chão, esquecidos embaixo de carteiras, isso no meio do semestre, dando a entender que o estudante ficaria sem o material para utilizar nas aulas.

Os estudantes também recebem kit escolar. Nessa unidade escolar, no ano de 2016, o kit escolar foi entregue na segunda semana de aulas. Alguns estudantes se recusaram a receber, dizendo que já haviam adquirido tais materiais, e questionando sobre a qualidade do material, dizendo que os deles são melhores, e os que o governo distribui não são bons. Estudantes chegaram a debochar do material dizendo que estava sendo entregue o *kit favela*. No decorrer das aulas, durante observação *in loco*, notamos total descaso com esses materiais. Era comum, nos finais das aulas, ficarem espalhados pelo chão caneta, lápis, apontador, folhas de caderno; enfim, os materiais recebidos no início do ano eram descartados sem preocupação nenhuma pelos estudantes, dando-nos a impressão de serem materiais descartáveis, apesar de que as canetas estavam em total funcionamento, e os lápis sem ao menos serem apontados alguma vez. Frequentando a sala dos professores nos intervalos, e mesmo acompanhando durante as aulas, notamos que eles fazem uso desses materiais, embora esses materiais sejam entregues exclusivamente para estudantes.

Por meio da observação do cotidiano escolar e do diálogo com alguns professores, funcionários administrativos e equipe gestora, pode-se perceber que há dois perfis de profissionais na escola: aqueles que fazem um bom uso dos materiais escolares, e aqueles que não fazem um bom uso desses materiais e acabem desperdiçando.

Um bom exemplo vem da coordenadora pedagógica. Ela entrega a pauta da reunião em uma folha de papel sulfite cortada pela metade, fazendo caber duas pautas em uma folha, dando a entender que economiza folhas de papel sulfite e tinta da impressora. Outro, um professor que ao final das suas aulas recolhe todas as sobras de giz no coxinho da lousa. Por outro lado, observamos um funcionário anotando um número de telefone para uma professora utilizando uma folha inteira de sulfite, retirada da gaveta da impressora, além de um outro funcionário rasgando folhas saídas da impressora, dizendo que a impressão saiu errada, não separando o papel para ser usado o verso, servindo como rascunho.

A escola possui um refeitório, onde nos intervalos são servidas refeições aos alunos. Este momento é acompanhado pelo vice-diretor, que fica "vigiando" os estudantes para que não espalhem comidas sobre as mesas, nem no chão; quando são oferecidas frutas, os estudantes jogam as cascas e sementes uns nos outros. A escola também possui uma cantina, onde os estudantes adquirem produtos com recursos próprios. Após os intervalos, observamos papéis de balas, guardanapos, latas de refrigerantes, espalhados pelo chão, embora existam várias lixeiras espalhadas pelo pátio; alguns estudantes não têm a preocupação de jogar os lixos nas lixeiras.

A escola oferece papel higiênico para os estudantes durante os intervalos; esse fica na mesa da inspetora, próximo aos banheiros. Não notamos desperdício deste papel; percebemos que os estudantes retiram somente o que irão utilizar. Dentro dos banheiros, os papéis utilizados são descartados de forma correta, dentro das lixeiras, e não foi constatado papéis sendo descartados dentro dos vasos sanitários. Os banheiros não são pichados; quando isso ocorre os funcionários da limpeza se encarregam de limpar rapidamente. Aparentemente, os banheiros são conservados.

Conforme as informações apresentadas, e como já dito anteriormente, decidiu-se optar por realizar grupos focais, divididos em dois grupos que compartilham traços em comum sobre o tema. Participaram dos grupos focais cinco professores, todos com uma licenciatura concluída, que os habilita a atuar como docentes em uma disciplina específica, e doze estudantes do ensino médio do 2º e 3º anos, além de entrevista com a equipe gestora, a fim de possibilitar a compreensão da gestão dos materiais escolares nessa comunidade.

### 3.1.2 Grupos focais com professores e com alunos

Segundo Gatti (2005 p. 22), a aplicação de grupo focal nas pesquisas, "[...] permite ampliar o foco de análise e cobrir variadas condições que possam ser relevantes para o tema".

Ainda segundo a autora, uma das características desta técnica de coleta de dados são as manifestações dos participantes, que ocorrem naturalmente; por isso, na organização deste trabalho foi feito um roteiro a fim de se atentar para a discussão durante o grupo focal. Segundo Gatti (2005), um roteiro preliminar orienta o pesquisador a fim de que as questões possam ser abordadas com relevância e de forma contextualizada. Os grupos focais aconteceram em outubro de 2016.

Para o grupo focal dos estudantes foram selecionados alunos do ensino médio, que são estudantes que começaram a receber materiais no ensino fundamental I. No final de setembro de 2016, a pesquisadora foi até as salas de aula dos 2º e 3º anos, apresentou-se, explicou sobre sua pesquisa de mestrado, e perguntou quem gostaria de participar. Vários estudantes colocaram-se à disposição, para estes estudantes foi perguntado quem utiliza os materiais distribuídos pelo poder público, e quem não utiliza. Após esta prévia, foram selecionados 12 estudantes, sendo seis do gênero feminino e seis do gênero masculino. Foi explicado o que é um grupo focal, e vagamente apresentado o tema da discussão. De acordo com Gatti (2005, p. 23), "[...] não se recomenda dar aos participantes informações detalhadas sobre o objeto da pesquisa", já que, com isso, os participantes possam vir para a discussão com opiniões pré-formadas. Após a confirmação de todos os estudantes, foi distribuída uma autorização aos responsáveis dos estudantes, para que pudessem participar do grupo focal, considerando que alguns deles eram menores de idade. Após estar com as autorizações em mãos, com a colaboração da coordenadora pedagógica, foi escolhido um local para a aplicação do grupo focal.

As discussões aconteceram na sala de leitura, em dias e horários agendados. De acordo com Gatti (2005, p. 24), "[...] o local dos encontros deve favorecer a interação entre os participantes". Neste caso, os participantes se acomodaram em uma mesa, ficando face a face um com o outro. Os dois grupos focais foram gravados em dois suportes, visando garantir não perder informações.

Tanto no grupo focal dos estudantes como no grupo focal dos professores, o tema da pesquisa foi realçado antes das discussões. Deixou-se claro aos participantes a garantia do sigilo, e destacou-se que todas as opiniões são relevantes, não se buscando consensos. Inseriu-se uma fala introdutória antes das discussões:

> Obrigada por vocês se disponibilizarem em colaborar com esta pesquisa, participando deste grupo focal; como já mencionado, essa dissertação de mestrado tem como tema a gestão dos materiais escolares. Vamos fazer uma breve apresentação dos presentes e a partir daí começar nossa discussão.

Após as apresentações, as discussões foram surgindo entre os participantes, que ficaram à vontade para expor suas opiniões, e a pesquisadora serviu de moderadora, introduzindo o assunto e garantindo que os participantes não se afastassem muito do tema, oportunizando a expressão de todos.

O convite para a participação do grupo focal dos professores aconteceu em uma reunião pedagógica, que nessa unidade escolar é chamada de horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC). A pesquisadora foi até a sala de reunião, apresentou-se, explicou sobre sua pesquisa de mestrado, e perguntou quem gostaria de participar. Sete professores se colocaram à disposição; entretanto, apenas cinco concretizaram a participação, já que um disse que na data pretendida teria compromisso, e o outro não compareceu na data e horário agendado. Sendo assim, foram seguidos os mesmos procedimentos descritos acima com o grupo focal dos estudantes. No dia e horário agendado, o grupo focal aconteceu na sala de leitura, com cinco participantes. Todos são professores da unidade escolar pesquisada, sendo dois do gênero masculino e três do gênero feminino.

As narrativas foram transcritas após sua realização. Esse processo foi feito com o devido cuidado para a preservação fiel dos registros. Em respeito ao anonimato dos participantes dos grupos focais, no grupo dos estudantes, usaremos numerais, portanto os estudantes serão identificados como Estudante 1, até Estudante 12. Para o grupo focal dos professores, esse serão apresentados como Professor 1, até Professor 5.

### 3.1.3 Entrevista com equipe gestora

O convite para a participação da equipe gestora nesta pesquisa aconteceu na sala da diretora, com a presença do vice-diretor e da coordenadora pedagógica; os três aceitaram e se mostraram satisfeitos com o convite, já que sabiam que havia sido realizado grupo focal com estudantes e professores na escola. Seguindo o planejamento desta pesquisa, a coleta de dados com a equipe gestora foi a última a acontecer.

Para a equipe gestora, a técnica de coleta de dados utilizada foi a de entrevista aberta, como apresentado anteriormente, já que entendemos que com essa técnica é possível deixar os entrevistados bem à vontade, abrindo possibilidade de uma exploração mais ampla sobre o tema. Segundo Lüdke e André (1986), nesta técnica, existe uma reciprocidade entre os envolvidos. Neste caso, as perguntas foram sendo respondidas dentro de uma conversa informal, já que a entrevistadora interrompeu muito pouco a fala das informantes.

Tomou-se cuidado com o roteiro. De acordo com Lüdke e André (1986), este serve para guiar a entrevista, para se ter uma ordem, e atentar-se para que os principais tópicos sejam abordados.

Na data e horário combinados, a entrevista aconteceu com a diretora e a coordenadora pedagógica, já que o vice-diretor, que estava programado para participar, no momento da entrevista não pôde estar presente, devido a um compromisso imprevisto.

Optou-se por gravar a entrevista, usando dois suportes, um gravador portátil e um aparelho de celular, assim como no grupo focal, a fim de garantir as informações. Após a assinatura da Carta de Concessão, a entrevistadora deixou claro às entrevistadas a garantia do sigilo. Foi realçado o tema da pesquisa para as duas participantes. Em seguida, inseriu-se uma fala introdutória antes da entrevista.

> Obrigada por vocês se disponibilizarem em colaborar com esta pesquisa, participando desta entrevista. Como já mencionado, essa dissertação de mestrado tem como tema a gestão dos materiais escolares, vamos fazer uma breve apresentação das entrevistadas e a partir daí começar nossa entrevista.

Também em respeito ao anonimato das participantes nesta entrevista, nas análises das narrativas e na transcrição da entrevista, identificaremos as duas participantes como diretora e coordenadora pedagógica.

## 3.2 Dialogando com a realidade

Nas narrativas, os indivíduos têm liberdade de fala e de expressarem como lidam com os materiais utilizados no seu cotidiano. A subjetividade dos participantes dos grupos focais e das entrevistas nos remete à observação do contexto no qual esses indivíduos estão inseridos para uma compreensão mais ampla das narrativas.

A conexão entre os participantes, o modo como estão inseridos na sociedade em lugar e tempo é fator relevante. As narrativas serão analisadas por meio dos conceitos trabalhados ao longo da pesquisa.

Em linhas gerais, foi possível captar simultaneamente elementos conflitantes e complementares, organizando-os nas seguintes categorias de análise: cultura do consumo, sustentabilidade entre teoria e práxis, fragilidade na formação, gestão dos materiais. A seguir, apresentamos a análise feita a partir das narrativas[11] dos colaboradores.

---

[11] Os relatos das narrativas estão integralmente disponíveis nos apêndices.

### 3.2.1 Cultura do consumo

Analisando o ambiente desta pesquisa, é relevante destacar que uma instituição de ensino é, por excelência, um local voltado para a formação do indivíduo. Nela transitam várias informações e conteúdos, e é possível notar a alienação de todos os envolvidos, no sentido de não valorizarem os materiais escolares, e não só por parte dos alunos; ou seja, não atinge só as massas. Os professores, considerados parte das camadas cultas da sociedade, também são influenciados por esse processo.

A cultura possui um caráter formativo, portanto, cultura e formação se associam; com isso, os indivíduos absorvem a subjetividade a partir dessa relação. Segundo Adorno e Horkheimer (1971), como os bens culturais estão voltados para o consumo, a formação é diretamente atingida, sendo alinhada ao sistema imposto. Notamos que os discursos analisados pertencem a pessoas que são formadas a partir de uma cultura voltada à dominação social e à adaptação, fazendo os indivíduos seguirem modelos sobre os quais não estão conscientes. Assim adaptam-se de forma heterônoma.

Conforme as narrativas apresentadas, percebemos que os envolvidos nesta pesquisa valorizam as exigências sociais estabelecidas pelo mercado. Os estudantes, quando questionados sobre por que não utilizam os materiais distribuídos pelo poder público, revelam essa lógica:

> Pesquisadora: Porque você não usa?
> Estudante 2: Porque eu já comprei, eu gosto de caderno grande de 20 matérias, esses não são legais, acho que nem seis matérias têm.
> Estudante 6: As canetas eu não uso porque não é do meu gosto, é muito grossa a ponta, é ruim de escrever, eu gosto da de ponta fina.

Com isso fica evidente a dominação da lógica da cultura capitalista de consumo sobre os indivíduos, que recebem materiais, e não utilizam pelo fato de terem outros disponíveis no mercado, os quais são instigados a consumir. Dispensam os que recebem para adquirirem outros.

Bauman (2010, p. 42) reflete sobre a sociedade que denomina de instável, destacando: “O consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável”. A educação, assim como vários setores da sociedade, foi atingida pela lógica do descarte, como se confirma nos discursos que seguem:

> Estudante 2: No primeiro ano que entrei nessa escola, fiquei surpreendido, porque no final do ano os alunos rasgavam os cadernos dos alunos na porta da escola.
> Estudante 1: Mas tem gente que rasga aqui dentro, traz para escola só para rasgar dentro da escola.
> Estudante 10: Eles trazem para rasgar.
> Pesquisadora: Como assim?
> Estudante 11: É como se fosse uma comemoração com o final de ano.
> Estudante 10: Tinha restos de caderno dos alunos até em cima das árvores (riso).

A cultura do desperdício ronda os espaços escolares a tal ponto que os materiais servem por pouco tempo, prevalecendo o descarte:

> Pesquisadora: Voltando ao kit escolar. Como os alunos o utilizam?
> Professor 5: Eu estava conversando com o vice-diretor, a escola recebe uns 300 cadernos de artes.
> Pesquisadora: Mas não vem no kit?
> Professor 5: Sim, vem no kit, mas a escola recebe esses cadernos à parte, vem a mais separado. Só que eles (os estudantes) perdem, eles têm um desrespeito muito grande com esse material.
> Pesquisadora: Como é esse desrespeito?
> Professor 5: Rasgam, jogam fora, fazem bolinha de papel. Alguns dizem que arrancam as folhas para fazerem cigarros. O material vai todo embora. Os lápis de cor eles quebram para brincar, se caem no chão eles não pegam. No entanto, eu tenho 2 garrafas pet só com lápis de cor que eu recolho no final das aulas. Vou catando e guardando para usar. Nas aulas, eles mesmo usam. Régua é a mesma coisa. Tudo o que cai no chão, eles não pegam.
> Professor 2: No dia-a-dia, eu tenho problema com canetas e lápis, um tem a mais, outro tem a menos, todo dia algum aluno não tem nenhum lápis, de repente ele tem três. Nem eles sabem de onde apareceu. Você não entende.
> Professor 5: É um desrespeito, eles chamam o kit de “kit favela”. Dizem que no kit favela nada presta. Engraçado é que eles não associam quem dá o kit, porque para eles o kit é da prefeitura, não do Estado. Eles dizem que a prefeitura não dá nada que presta.

E os alunos:

> Pesquisadora: E com os cadernos, tem cuidado?
> Estudante 8: Coloco caneta nele e coloco pra rodar. É dá hora.
> Estudante 11: Eu arranco folhas do caderno, geralmente quando erro, eu erro e vou, arranco. Depois, se errei de novo, “dá licença”, vou lá e arranco de novo. Fico com raiva de mim, mas jogo fora.
> Estudante 8: Eu faço aviãozinho (risos), mas só de vez em quando, porque é caderno que minha mãe comprou.

Desde meados do século passado, Adorno e Horkheimer (1985) alertavam sobre os valores da cultura do consumo que se evidenciam por meio da mídia, que trazem a falsa sensação de felicidade ao indivíduo. A mercadoria idealizada, adquirida, promete satisfação;

portanto, nesse momento, vemos o auge dos valores mercadológicos, com indivíduos seduzidos por aquilo que a indústria cultural destaca como sendo importante. Notamos, inclusive, que um dos estudantes menciona uma certa "preocupação" com o caderno adquirido por sua responsável, mas mesmo assim não hesita em desperdiçar. Vemos que o descarte acontece tanto com materiais adquiridos pelo poder público como adquiridos por meio de recursos próprios.

> Professor 1: Acho que esse desperdício é mais marcante no Fundamental I, no Médio também tem, mas acho que é mais com as meninas, elas não gostam do caderno que recebem, então adquirem outro, com uma capa bonitinha, querem caneta diferente, e os lápis de cor elas reclamam dizendo que não é bom, adquirem outros de marca.
> Pesquisadora: O que você acha da distribuição dos kits escolares?
> Diretora: Os kits escolares vêm para todos os alunos a fim de não discriminar ninguém, isso é para cobrir as escolas de um modo geral, sem pensar em questões econômicas e sociais, então essa é a visão. Eu entendo que é isso que eles propõem. É um material de boa qualidade, não é um material qualquer, é um bom caderno, uma caneta que funciona, um bom lápis, pode não ser da melhor marca, mas ele é um bom material, e existem alunos que quando você entrega já falam: Ah não quero! Ah vou dar para fulano. E alguns alunos fazem isso. Eu acho que tem que dar para todos, tem que ser assim para não discriminar. Minha época de colégio quem precisava ia para "caixa", e ninguém queria fazer parte da "caixa". Entendeu? Então eu acho que hoje não se discrimina, todo mundo recebe, e a ideia é que todo mundo utilize alguma coisa, ou tudo desses materiais que estão sendo distribuídos. A ideia não é, por exemplo, que o aluno entregue para o amigo, a ideia é que ele faça uso, e tem pais inclusive que faz o filho usar. Mas se eles efetivamente conservam? Não conservam. Se eles valorizam? Não valorizam. É isso que tem que ser trabalhado, a questão da valorização. Muito mais do que o ganho, do que é ofertado, quando na verdade nós sabemos que não é um ganho, é uma aquisição sua, porque pagamos taxas, impostos. Mas o aluno não tem essa consciência, ele acha que é pouco para eles. Eles querem o caderno mais bonito, mais enfeitado, o que vende na papelaria e não o que a escola fornece, ou o desperdício das folhas que eles vivem arrancando, e a escola hoje está fazendo um trabalho diferenciado em relação a isso, que é recolher esses papéis para poder reciclar.
> Coordenadora pedagógica: Ainda é um grande desafio todos valorizarem os materiais que recebem, fazer uso desse material, ainda é um desafio.

Notamos que professores e direção mencionam que os alunos não valorizam os materiais, mas não falam do seu papel de educadores nesse processo, e isso também demonstra a alienação deles em relação ao desenvolvimento do processo educativo. Adorno (1995b) reforça a importância de combater a alienação por meio da formação.

Vemos que a indústria cultural aliena a sociedade contemporânea. Temos a cultura regulada por esse jogo econômico. Segundo Bourdieu (*apud* BAUMAN, 2010, p. 33),

> [...] a cultura hoje é feita de normas [...]. A cultura vive de sedução, não de regulamentação; de relações públicas, não de controle policial; da criação de

> novas necessidades/desejos/exigências, não de coerção. Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores. E, como o resto do mundo visto e vivido pelos consumidores, a cultura também se transforma num armazém de produtos destinados ao consumo, cada qual concorrendo com os outros para conquistar a atenção inconstante/errante dos potenciais consumidores, na esperança de atraí-la e conservá-la por pouco mais de um breve segundo.

Notamos a influência da indústria cultural entre os consumidores de massa que, adaptados a essa lógica, consomem de forma inconsciente, alimentando a reprodução ideológica do sistema. A busca por novas aquisições de bens e serviços nunca deixa o indivíduo saciado.

Segundo Bauman (2008, p. 31), "[...] a sociedade de consumo é baseada no consumismo", ato que em si não é um problema, e sim uma necessidade para a sobrevivência humana. Questionamos o consumo exagerado, que causa o desperdício praticado sem uma reflexão, que leva à exploração exagerada dos recursos naturais, causando uma ameaça ao planeta e à humanidade.

### 3.2.2 Sustentabilidade entre teoria e práxis

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, na perspectiva de uma educação significativa e contextualizada, pautadas nos referenciais de sustentabilidade, sugerem uma práxis pedagógica desafiadora, capaz de desenvolver no indivíduo a criticidade, através de experiências diversificadas. Entretanto, o que se pode interpretar, a partir dos relatos dos entrevistados, é que a práxis vivenciada por esta unidade escolar não ocorre de acordo com o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Através dos relatos notamos desarticulação entre teoria e práxis. Estudantes não são conduzidos a irem do senso comum à consciência crítica. No caso do tema sustentabilidade, não notamos o desenvolvimento de conceitos e práticas educativas sendo trabalhadas de forma que permitam aos estudantes compreenderem as relações entre devastação dos recursos naturais e desperdício de materiais escolares.

> Pesquisadora: Vocês conversam com os estudantes a respeito de problemas ambientais, ou questões de sustentabilidade?
> Professor 5: Eu falo com eles. Por exemplo, eu falo para eles que o livro didático custa entre R$ 90,00 reais e R$ 100,00 reais.
> Professor 1: Eu já cheguei olhar preço na editora e trazer para eles, um livro que eu usava que custava R$ 120,00 reais na editora e estava sendo comprado por escolas particulares para serem usados.
> Professor 3: Eu falo: Tem que escrever dos dois lados para não desperdiçar papel. Quando eu recebo trabalho que foi feito só em um lado da folha eu falo,

> anoto junto com a nota não desperdiçar papel. Isso é muito comum. No 6º ano ainda me perguntam se podem escrever do outro lado. Não sei se é uma cultura vinda do Fundamental I, mas é comum.
> Professor 5: Eu falo pra eles que se um dia eu for governador eu acabo com isso. Porque quando eu estudava lá em Minas o máximo que eu ganhava era um lápis, um caderno brochura e flúor para limpar os dentes. Digo: Vocês ganham muita coisa e não valorizam, porque joga muito fora, demais. Quando eu falo que hoje não vai usar a apostila, eles falam: então posso vender na reciclagem? Quando eu mando fazer a apostila eles falam que vai lá no mercado da Lapa comprar as respostas. Dizem que no mercado do Lapa tem apostilas com respostas prontas.

Constata-se, nas narrativas, uma falta de aplicabilidade de ações concretas sobre conteúdos relacionados a educação ambiental, uma vez que os professores mencionam sobre o assunto, mas esse modo não gera resultados esperados, já que alunos não são orientados sobre porque não desperdiçarem materiais escolares. O que interpretamos nos discursos é a relação de valores materiais, desarticulada de preocupações ambientais.

Analisando tanto os discursos dos grupos focais dos professores e dos estudantes, podemos observar que, de todo o corpo docente da unidade, apenas a professora de matemática, de forma pontual, desenvolve esse tema com os estudantes.

> Pesquisadora: Com quais professores, vocês estudam sobre sustentabilidade?
> Estudante 2: Matemática.
> Estudante 10: Na minha sala não estuda, pelo menos no 2º ano A ninguém fala disso.
> Estudante 2: A professora de Matemática está fazendo um projeto com nós. Nós vamos passar em algumas salas falando sobre isso.
> Estudante 2: Esse projeto começamos antes das férias, passando nas salas perguntando como o pessoal fazia a reciclagem em casa, e muitas não fazem, então eu acho que é por causa disso que a professora decidiu fazer isso. Porque tem muita gente que não recicla, sei lá.
> Estudante 5: Tem muita gente que não conhece a reciclagem e não se importa.
> Estudante 1: O trabalho que estamos fazendo é isso, colocar as coisas no lugar certo. Explicar cada um, porque as pessoas não sabem colocar por cores. (O aluno se refere às lixeiras no pátio).
> Pesquisadora: Alguém orientou vocês sobre como essas lixeiras tem que ser usadas?
> Estudante 5: Quem tá dando mais ou menos é a professora de Matemática.

Nas narrativas é possível notar que, embora haja discussão sobre o tema sustentabilidade feita por uma professora em específico, identificamos que essa formação deixa a desejar, no sentido de garantir que estudantes relacionem desperdício de materiais a problemas ambientais, e se apropriem de conhecimentos sobre sustentabilidade a fim de garantir uma prática consciente, assegurando responsabilidade com meio ambiente.

Notamos também que os estudantes se mostram dependentes daquilo que os professores e a escola, em geral, propõem a eles, já que não observamos os estudantes sendo estimulados a perceberem sua realidade para que estratégias de ensino partam de sua realidade. No entanto, a própria pesquisa permitiu aos professores perceberem situações que no cotidiano não percebem:

> Pesquisadora: Esse ano teve algum projeto sobre meio ambiente ou sustentabilidade na escola?
> Professor 1: Já teve sim.
> Pesquisadora: O que teve?
> Professor 3: Uma campanha de redução do uso de energia.
> Professor 5: Uma conscientização.
> Professor 1: Foi analisado a conta de luz da escola. Tinha tipo uma apostila que alguns alunos foram escolhidos para ir preenchendo, isso da escola, e também dos alunos, olhar a conta de luz mês a mês, deram pra nós também, para ver o nosso consumo. Foi feito alguma coisa nesse sentido.
> Professor 5: Mas a escola não bateu as metas do projeto.
> Professor 1: A intenção era diminuir, mas parece que não aconteceu.
> Professor 3: Infelizmente acho que foi uma questão muito mais econômica do que sustentável, de criar hábitos de economia.
> Professor 4: A escola deveria trabalhar isso. Lá fora tem a divisão das lixeiras, mas não tem a coleta seletiva.
> Professor 5: Não tem mesmo.
> Professor 1: E aqui perto tem um eco ponto.
> Professor 5: Bem aqui pertinho.
> Professor 1: Aqui perto também tem uma oficina famosa que trabalha com a reciclagem.
> Professor 5: Tem a Boracéia.
> Professor 1: Isso aqui pertinho. Era só uma questão de levar lá.
> Professor 4: Entrar em contato, ver se eles passam para retirar.
> Professor 5: Mas tem um aluno aqui que a mãe e o pai trabalham na Boracéia.
> Professor 1: Poxa gente é só uma questão de conversar entre nós e colocar a mão na massa.
> Professor 4: Tem que começar com a contextualização interna. Pegar os alunos do grêmio e orientar.

Quando questionados se nesse ano teve algum projeto sobre meio ambiente ou sustentabilidade na escola, o grupo focal revelou que podem fazer algo positivo em relação ao tema.

Superar o distanciamento entre a formação teórica e a formação para a práxis pedagógica é um desafio que precisa ser superado. Conscientizar estudantes para problemas ambientais, trazendo a perspectiva do desenvolvimento sustentável parece estar longe de se concretizar.

> Pesquisadora: A escola ensina reciclagem de lixo?
> Estudante 2: Não.
> Estudante 5: Não.
> Estudante 11: Mais ou menos. Tem umas lixeiras lá no pátio.
> Pesquisadora: Como assim mais ou menos?

> Estudante 11: Por cores.
> Pesquisadora: Vocês sabem as cores?
> Estudante 11: Amarelo alumínio, azul papel (risos).
> Estudante 5: Amarelo metal (risos).
> Estudante 1: O trabalho que estamos fazendo é isso, colocar as coisas no lugar certo. Explicar cada um, porque as pessoas não sabem colocar por cores.
> Pesquisadora: Vocês sabem colocar no lugar certo?
> Estudante 11: Tem o desenho.
> Estudante 6: Não, eu não sei. Mas também não adianta as lixeiras, porque o pessoal joga no chão.
> Estudante 10: O pessoal joga no chão.
> Estudante 5: Acaba sobrando para as tias da limpeza.
> Estudante 8: Elas são pagas para tirar o pó, e não para juntar papéis.
> Pesquisadora: Alguém orientou vocês sobre como essas lixeiras tem que ser usadas?
> Estudante 5: Quem tá dando mais ou menos é a professora de Matemática.
> Estudante 11: Geralmente é assim que acontece: quando dá mexerica as tias da limpeza ficam em cima para não jogar casca no chão. Mas só isso só.
> Pesquisadora: Nem gente de fora como convidados e palestrantes vem trabalhar o tema sustentabilidade com vocês?
> Estudante 11: Não.
> Estudante 5: Não.

As ações pontuais e fragmentadas sobre o tema apontam práxis desconectadas de princípios de sustentabilidade ou do meio ambiente como tema transversal no currículo, sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a fim de superar a alienação, ou seja, o enquadramento cego à mera adaptação ao existente. A desarticulação entre teoria e práxis prejudica a construção da criticidade, formando o indivíduo incapaz de interpretar a sua realidade. Notamos que não existe percepção das relações sistêmicas entre natureza, cultura e sociedade.

A pseudoformação, que impossibilita a autonomia e a emancipação – nesse caso, no sentido de formação incompleta –, também é constatada no grupo de professores, que relatam não receberem orientações sobre o tema sustentabilidade, e nem em como transmitir o conhecimento articulando teoria e práxis. Quando questionados se recebem orientação de como trabalhar questões sobre meio ambiente e sustentabilidade, os professores relatam:

> Pesquisadora: Vocês recebem orientação de como trabalhar questões sobre meio ambiente e sustentabilidade com seus alunos?
> Professor 4: Não recebemos.
> Professor 3: Nunca recebi.
> Professor 5: Também não.
> Professor 2: Não.

Mesmo com os avanços em torno da educação ambiental, como a distribuição de obras que tratam desse assunto pela Secretaria da Educação de São Paulo para as bibliotecas das escolas estaduais, contribuindo para a formação continuada dos professores, percebemos que

os mesmos não superam a menoridade intelectual, a fim de romper com a pseudoformação. Embora os estudantes demonstram interesses no sentido de que os conteúdos tenham relações com práticas concretas, nas narrativas dos professores, notamos que os mesmos demonstram dificuldade em entender que eles podem desenvolver os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais dentro de suas disciplinas. Entendemos que os professores não se sentem responsáveis por trabalharem esses temas com os estudantes:

> Pesquisadora: Esse ano teve algum projeto sobre meio ambiente ou sustentabilidade na escola?
> Professor 1: Já teve sim.
> Professor 4: Mas a coisa não continua, e aí cadê a formação?
> Professor 1: Esse ano teve um negócio de luz da Eletropaulo.
> Pesquisadora: Os estudantes sabem separar os lixos nas lixeiras?
> Professor 5: Nem todos.
> Professor 3: Mais ou menos, mas mesmo com as lixeiras eles jogam no chão.
> Pesquisadora: Mas alguém explicou para os estudantes que tem que separar? Explicaram as cores? Fizeram algum projeto?
> Professor 5: Não. Eu estou aqui há dois anos e nunca vi.
> Professor 4: Eu também não. Então aproveitar o Grêmio e fazer uma campanha.
> Professor 1: Então poderíamos pegar o grêmio para fazer isso.
> Professor 4: Mas os alunos precisam ver porque o grêmio está fazendo isso.
> Professor 1: Tem que ver o fim disso. Se não, não adianta. Poderia conversar com a gestão. Não sei se pra esse ano dá tempo, mas para o ano que vem.

As questões abordadas no grupo focal provocaram o grupo a pensar possibilidades de intervenções a fim de que avanços aconteçam na unidade escolar em relação ao descarte dos materiais escolares. Porém encontramos contradição quando observamos a fala da coordenadora pedagógica com a dos professores em relação ao desenvolvimento do tema relacionado ao meio ambiente.

> Pesquisadora: A escola desenvolve projetos sobre sustentabilidade?
> Coordenadora pedagógica: A conscientização do uso do material é permanente na escola, desde o início do ano quando o aluno recebe o kit, a fala dos professores é sempre nesse sentido de conscientizar esse aluno, do quanto é importante esse material. De que ele não é de graça, não caiu do céu, ele é fruto do sistema sim, mas também dos pais que ajudam pagando seus impostos, então durante todo o ano nós fazemos essa campanha. Quando um aluno vem buscar um caderno aqui comigo dizendo que o caderno acabou, eu peço que me trague o velho para eu ver, pergunto se usou todas as folhas, se ele desperdiçou folhas, isso antes de entregar outro caderno. Nós sempre temos esse cuidado, e tento conversar e chamar esse aluno para a realidade, tanto professores quanto gestão, seguimos essa linha aqui na escola.

Mesmo notando elementos importantes nas falas dos professores e da coordenadora pedagógica em relação à conscientização sobre o desperdício de material, percebe-se discursos repetitivos, em que o nível de autorreflexão não se apoia em argumentos coerentes que demonstrem clareza ou consciência.

Adorno (1995c), em seu texto *Notas marginais entre teoria e práxis*, analisa a relação entre a teoria e a práxis na sociedade e demonstra uma preocupação com a prática alienada, em que a reflexão fica em segundo plano, salientando o impulso à adaptação.

Roggero (2010, p. 161) considera que, quando o conhecimento e a ação estão dissociados, os envolvidos nesse processo caminham "[...] num universo ao mesmo tempo aparentemente aberto e restrito de possibilidades", em que, com a autorreflexão, elementos são capazes de surgir dando espaço para uma práxis pedagógica libertadora. Não é o que se pode constatar nos discursos colhidos.

Considerando os discursos e a visão dos autores, é possível compreender que superar o distanciamento entre teoria e práxis é um desafio permanente no ambiente escolar. Os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais oferecem uma gama de temas para serem trabalhados nesse ambiente, sendo o *meio ambiente* apenas mais um. Entretanto, o que observamos é que eles não são desenvolvidos com o propósito de possibilitar indivíduos autônomos, reflexivos, experimentando experiências pautadas de reflexões críticas, que contribuam para a formação emancipadora.

Esse distanciamento entre teoria e práxis nos revela outra categoria relevante a partir das narrativas dos colaboradores, que diz respeito à fragilidade na formação, que discutiremos a seguir.

### 3.2.3 Fragilidade na formação

De acordo com Adorno e Horkheimer (1971), a formação cultural, atrelada à ideologia, favorece uma formação regressiva, já que são regidos pelo sistema capitalista. Os bens culturais transformados em mercadorias geram uma pseudoformação. Atualmente, os conteúdos formativos são distribuídos para as escolas; se bem utilizados, podem servir como referência relevante para pensar a realidade.

Nesta escola, os estudantes recebem os chamados "cadernos de alunos" de todas as disciplinas, além dos livros didáticos, que ora são utilizados em parte por alguns professores, e ora são totalmente desprezados, dando a entender que os professores se encontram mal

preparados para utilizarem esses recursos, já que, quando perguntados se utilizam os cadernos dos alunos, os professores relataram:

> Professor 2: O caderno do aluno não condiz com algo que eu possa trabalhar com ela. Ela está em um nível muito acima de conhecimento, principalmente pelos alunos dessa escola, eles não conseguem acompanhar. No 2º Colegial (a professora se refere ao Ensino Médio) o caderno do aluno é em símbolo, o aluno não tem esse conhecimento. Como pode? Eu sigo minhas aulas e eventualmente pesquisamos algo no livro.
> Professor 5: Sim, e eu uso, tem umas coisas que não condiz com a realidade do aluno. Quer dizer, eu utilizo o caderno do aluno sim, mas é um recorte. Vou adaptando, o que não dá para trabalhar eu vou pulando. Os alunos me perguntam: Porque você pula tanta página? Eu falo essa página não condiz com o que a gente está vendo agora, e nem condiz com a realidade do cotidiano de vocês. Então eu vou cortando.
> Professor 4: Com o caderno do aluno de Português, tem série que dá pra seguir, outras não. No 9º ano tem um capítulo assim: Vocês irão fazer uma viagem de formatura. E aí? Que viagem de formatura? Aí tem todo um capítulo sobre isso. Aí tem discussão dos lugares que vocês irão. Trazer folder de agência de viagem para pesquisar preço. Então não dá, eu pulo tudo, o conteúdo eu dou de outra forma. Eu uso mais o livro.
> Professor 1: A matéria o caderno do aluno do 3º ano está no livro do 2º ano, é sempre assim. Não bate. Então sempre que eu pego o livro eu já olho o que posso usar, e procuro usar.
> Professor 5: Parece que o livro é feito sem seguir o currículo. O caderno do aluno é feito sem olhar a nossa realidade. Como você usa tudo?
> Professor 4: É que o livro é federal, e a apostila é estadual. Por isso que tem que ver quando escolhe.
> Professor 1: Acaba virando isso, o que a Professora 2 falou, os materiais acabam sendo usados como fonte de pesquisa.

Estes excertos evidenciam professores sem domínio dos conteúdos, demonstrando incapacidade de trabalhar com a imaginação dos estudantes. Mesmo a escola contendo vários recursos pedagógicos, o que observamos é que os professores ofertam aos estudantes uma formação socializada, incapaz de resistir à adaptação.

No pensamento de Adorno (1995b), o termo educação se refere à formação de um modo geral, e não apenas à educação formal, como interpretam alguns professores.

> Professor 1: Outra coisa que eu queria falar é o seguinte: eles não sabem usar os livros nem o caderno do aluno. O livro principalmente. Eu falo: Gente, vamos olhar o livro hoje, vamos olhar a primeira página, tem um índice, no fundo tem um glossário com todas as palavras utilizadas no livro, tem alguns que no final tem um índice gramatical. Tudo isso eu explico, até no 3º ano, porque eles não sabem.

Retomando Adorno (1995b), notamos uma formação voltada para a adaptação, incapaz de refletir sobre sua capacidade de compreensão, enquadrando-se para sobreviver nesse ambiente.

Nos excertos, percebemos professores com certa compreensão de que nos cadernos dos alunos e nos livros didáticos encontram-se situações de aprendizagens positivas para desenvolverem com os estudantes, embora não apresentem clareza em como articular com a realidade apresentada, comprometendo a qualidade da formação. Quando questionados sobre como poderiam fazer uma melhor utilização dos livros, do caderno do aluno, dos paradidáticos que chegam até a escola, notamos dificuldade de os professores articularem seus discursos efetivando uma reflexão crítica em relação do problema:

> Pesquisadora: Como vocês acham que poderiam resolver isso?
> Professor 4: A apostila traz situações de aprendizagem interessantes, a questão é que o nível não está adequado, então tem coisa ali que o aluno não vai entender, eu vou perder tempo. Poderia reformular.
> Professor 5: Até dentro da própria escola. Na outra escola eu dou aula na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a noite o material não bate, os alunos não se reconhecem naquele material.
> Professor 1: O que a gente faz é tentar cobrir esses vazios, essas lacunas. Eu procuro adaptar, ele procura adaptar, todo mundo aqui procura adaptar, porque usar todo o material que chega de cabo a rabo é muito complicado, e também não temos tempo.

Notamos que os professores se encontram pseudoformados, demonstrando lacunas em sua capacidade de compreensão, reflexão e autorreflexão, contribuindo para a reprodução da pseudoformação. Com isso, podemos afirmar que existe fragilidade no que diz respeito à formação intelectual dos estudantes. Para Adorno e Horkheimer (1971), a escola não fomenta o pleno conhecimento, incentivando uma prática reflexiva, o que acaba contribuindo para a pseudoformação, como podemos notar nos excertos abaixo:

> Pesquisadora: Tem livro de filosofia?
> Estudante 2: Tem.
> Pesquisadora: Vocês usam ele?
> Estudante 10: Não.
> Estudante 7: Não.
> Estudante 5: Não.
> Estudante 2: Só apostila, faz a lição, lê o texto e faz o capítulo, você ganha nota. É assim.
> Estudante 10: É sempre assim, você lê os textos da apostila e faz um capítulo para o professor, é um capítulo por semana.
> Estudante 6: Ele explica os textos, mas de qualquer jeito, aí chega no final do bimestre, ela quer que você tenha todos os capítulos feitos para poder ganhar ponto.
> Estudante 5: Às vezes ela explica.

Na visão do autor e analisando os excertos dos alunos, entendemos que a escola se torna cúmplice do sistema imposto, favorecendo a indústria cultural, invalidando o desenvolvimento da consciência crítica, negando aos estudantes o direito de desenvolver sua capacidade intelectual, como podemos observar nesta fala:

> Estudante 2: Depois os professores reclamam que o governo quer uma geração de pensadores. Filosofia é uma matéria que mais faz a gente pensar e a nossa professora limita a gente, se prende na apostila. Tá errado.

Percebemos na fala do Estudante 2 um anseio por melhor qualidade no ensino. Notamos que, em sua percepção, essa melhoria poderia vir dos envolvidos diretamente, que compartilham do seu cotidiano escolar:

> Estudante 2: A professora de Inglês ela usa o caderno do aluno, mas ela expande porque esse material é limitado, acho que tem professor que tem que expandir mais. Tem professor que só usa apostila, o professor de Filosofia é um mesmo, só prende a gente na apostila. Não é uma coisa pra ficar preso na apostila, eu acho que é uma coisa que tem que expandir mais.
> Pesquisadora: Então você acha que professor não deveria usar a apostila?
> Estudante 2: Pode até usar, mais tem que expandir.
> Pesquisadora: E os outros professores?
> Estudante 5: A professora de Inglês usa os dois.
> Estudante 2: Sim, ela consegue expandir. Ela não faz a lição da apostila e já era, igual o professor de filosofia.

Nesse sentido, os estudantes fazem um diagnóstico crítico da formação escolar que estão recebendo, apontam as contradições destacando que estas só poderão ser superadas a partir da conscientização.

Para Adorno e Horkheimer (1971), a fragilidade da formação não será superada enquanto estiver sendo discutida apenas em âmbito pedagógico, sem levar em consideração aspectos socioculturais. Considerando essa visão, refletimos que a crise ainda é mais grave quando observamos que os próprios professores se encontram despreparados para enfrentá-la; apresentando lacunas em sua formação, contribuindo assim para a continuidade de uma formação fragilizada.

### 3.2.4 Gestão dos materiais

A distribuição de materiais escolares é um avanço nas escolas brasileiras. Isso foi abordado no capítulo inicial desta dissertação, que apresentou o histórico da distribuição desses materiais. A gestão dos materiais escolares deve atender às exigências educacionais de modo

que não afetem a formação dos estudantes. Segundo Lück (2002), a gestão escolar contribui para que isso ocorra desde que opere com estratégias de intervenções colaborando de forma cada vez mais positiva no processo de ensino e aprendizagem. Ainda segundo a autora, para que as ações sejam positivas em todos os segmentos de trabalho da escola, os sistemas operacionais devem estar relacionados de forma coerente e criteriosa, com isso é possível pensar que os recursos materiais garantirão ao processo educacional um desenvolvimento positivo.

Considerando a visão da autora, notamos que no ambiente escolar ocorre justamente o contrário. Embora as escolas tenham avançado com disponibilidade de materiais escolares distribuídos diretamente aos alunos de forma individual, esses são oferecidos de forma desarticulada, e sem preocupação em capacitar o indivíduo para autonomia no seu uso. Valoriza-se a quantidade de materiais, sem preocupações se irão atingir de fato aos interesses dos envolvidos. Nas narrativas percebemos embaraços que vão desde atrasos nas entregas de materiais, números insuficientes, e até dificuldades em articular com outros tipos de materiais também entregues na unidade escolar:

> Pesquisadora: Gostaria de saber a opinião de vocês a respeito de como gerir melhor o material escolar nesta unidade escolar?
> Professor 1: Inicialmente, deveria chegar a tempo, porque às vezes começamos o ano sem o caderno do aluno. Eu já me deparei com esse problema, de não ter caderno do aluno e livro didático, e eles chegarem bem depois. Isso é um grande problema de logística. Às vezes chega em número insuficiente, também é um problema. Inclusive o que eu faço quando sobra? Eu guardo dentro do meu armário para o ano seguinte, porque, no ano seguinte, eu não sei o que vai acontecer, e eu já tive esse problema. Você não pode cobrar do aluno que não tem. No caso do livro de Inglês, ele é consumível, chega todos os anos, e às vezes atrasa. Outras vezes acaba ficando, eles não levam embora. Eu peço para levar, mesmo assim não levam.
> Professor 2: Os livros que chegam de Química eu uso para pesquisa, a minha matéria é dada na lousa.
> Professor 1: Na minha matéria eu uso o caderno do aluno sim, mas eu adapto, eu trago outras coisas. Gosto muito de trabalhar com material autêntico, música, vídeo, coisas diferentes, cartum, então trago muita coisa de fora, às vezes uso livro sim, não uso muito porque os livros que escolhemos nunca vêm, as opções de inglês são poucas, enquanto de Português vem 8, 10 livros para escolher, os de Inglês vem 2, 3, esse ano vieram muitos, vieram 3, mas já aconteceu de serem 2, ou esse ou aquele.
> Professor 4: Você tem 3 opções de escolha, você põe 2 ainda falta 1.
> Professor 1: Então o que acontece é que a matéria do livro nunca bate com o do caderno do aluno.

Notamos algo como uma dissociação entre os materiais pedagógicos entregues na unidade escolar, já que esses parecem não conversarem entre si. Professores relatam que os

conteúdos dos cadernos dos alunos não são encontrados nos livros didáticos, dificultando a utilização de ambos, além de questionarem um único caderno do aluno para o estado inteiro, dando a entender que as decisões educacionais acontecem de forma isolada:

> Professor 1: Um material para o estado inteiro não dá certo, uma realidade aqui no nosso bairro, não é uma realidade de uma cidade lá do interior de São Paulo, então o material que funciona aqui não irá funcionar lá. Teria que ser mais regional.

Segundo Lück (2002), a autonomia foi um grande avanço conquistado por lei pelas escolas brasileiras, mas é possível refletirmos que neste caso parece não ser respeitada. Ter implementado um material único para o estado de São Paulo, sem considerar as diferenças regionais, leva-nos a refletir que isso pode debilitar o currículo da unidade escolar.

Constatamos que na elaboração e distribuição destes materiais não existe uma preocupação entre números de aulas que o professor possui e material escolar ofertado. Os professores relatam não terem tempo hábil durante o ano letivo para desenvolver todos os conteúdos disponibilizados; ou seja, compreendemos que nas escolas estão sobrando materiais para serem utilizados como recursos de conteúdos, já que nos relatos é destacado que tanto os cadernos dos alunos quanto os livros didáticos são utilizados apenas como material de pesquisa ou de apoio. Segundo Lück (2002), a otimização do tempo é fator relevante para uma articulação curricular e pedagógica, mas os depoimentos dos professores sugerem outra coisa:

> Pesquisadora: Analisando os materiais que chegam na escola, livros, caderno do aluno, paradidáticos, eles correspondem ao número de aulas que vocês têm na semana? Vocês conseguem utilizar tudo?
> Professor 3: Inglês é impossível, duas aulas na semana, mal dá para trabalhar o caderno do aluno.
> Professor 1: Por isso que eu uso um pouco do caderno do aluno, um pouco do livro didático, um pouco das outras coisas, tudo não dá, vamos pincelando.
> Professor 2: O meu é impossível.
> Professor 5: Eu sigo o currículo, mas é muita coisa, não dá.
> Professor 1: A gente adapta.
> Professor 5: Em Artes tenho que trabalhar com as quatro linguagens, música, teatro, artes visuais e dança. Como vou trabalhar essas quatro linguagens com quatro aulas por semana?
> Professor 1: E Inglês que são duas, eu não consigo cumprir o conteúdo.
> Professor 4: Português tem mais aulas, eu consigo o caderno do aluno, dependendo da sala uso o livro, mas não tudo, e tem coisas também que não cabe para eles.

As áreas e dimensões que gerenciam os materiais escolares não refletem sobre os recursos distribuídos na unidade escolar, a fim de atingirem uma coerência, evitando excessos ou falta de materiais, como podemos constatar na narrativa abaixo:

> Pesquisadora: Como poderia melhorar a distribuição desses materiais?
> Estudante 1: Tem gente que usa e gente que não usa. Ver quem precisa e quem não precisa, e aí selecionava né.
> Estudante 10: Acho que poderia vir pra escola, e ver o que vai usar no ano, e aí retirava aos poucos; eu, por exemplo, compro um caderno pra Matemática e um pra Português, e uso 1 caderno da escola. Eu compro lápis de cor, canetinha, cola, apontador, lápis de lição, e caneta para escrever, que sempre some, eu compro tudo, não uso quase nada do governo, porque eu não gosto, porque pra mim é de baixa qualidade.
> Estudante 2: Precisava elaborar uma pesquisa pra ver qual aluno precisa, porque quem tem condição de comprar não precisa.

Notamos que os próprios estudantes reconhecem que uma organização necessita ser feita em relação à gestão dos materiais escolares.

Pensando em gestão democrática, os processos licitatórios, assim como os contratos de administração pública, poderiam ser mais transparentes e discutidos no ambiente escolar, já que, mesmo com toda a divulgação do Portal da Transparência, encontramos dificuldades em obter informações, essas que se encontram restritas à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; algumas delas só são disponibilizadas através de protocolos documentais. Esse questionamento ficou evidente também na narrativa de um estudante:

> Pesquisadora: Os alunos têm cuidado com esses materiais?
> Estudante 12: Na verdade "a gente não temos" uma cultura de cuidar. O governo também não passa pra gente quanto ele gasta com esses materiais. Não sabemos quanto vale uma caneta, um lápis, um caderno, a gente não sabe quanto ele deposita nesse material. Quando você não sabe de onde vem você estraga, joga. Estamos fazendo um trabalho de Matemática. Iremos fazer uma palestra passando em todas as salas mostrando quanto vale um kit, quanto vale um livro, uma caneta, um lápis.

Como destacado no segundo capítulo, entendemos que cultura e formação se articulam. Para Adorno e Horkheimer (1971), o processo de formação do indivíduo está diretamente voltado à dominação social por meio da alienação e da heteronomia que produzem uma pseudoformação. A partir dessa visão é possível pensar que esses materiais conteudistas que circulam no ambiente escolar servem à lógica do capital, pois não são introduzidos nesse ambiente com objetivos de constituir uma formação emancipatória.

> Estudante 12: O kit que o governo dá pra gente, esse dinheiro está sendo jogado fora, e esse dinheiro poderia ser investido em outros lugares, como na saúde, e não indo para o ralo. Entendeu? Saber o valor do kit, a valorização ia ser outra!

### 3.3 Proposta de Intervenção

Apresentar uma análise crítica sobre os fenômenos estudados é o objetivo do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Gestão e Práticas Educacionais (Progepe), porém o objeto desse Mestrado Profissional em Educação sugere propostas de intervenções a fim de que superações positivas atinjam a educação. Segundo Mafra (2013, p. 203),

> [...] o mestrado profissional, ao direcionar o foco para as práticas, tem como missão produzir estudos que resultem em subsídios para o enfrentamento qualificado dos problemas do cotidiano educacional, especialmente os que se dão no âmbito da escola e de suas relações sociais e políticas – em outras palavras, as práticas como configuradas no dia a dia de um equipamento educativo. Assim, um "Projeto de Pesquisa e de Intervenção"(PPI), no Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais, deve garantir que o objeto a ser investigado esteja diretamente vinculado às demandas concretas da educação, nas esferas escolares da gestão, das práticas pedagógicas ou das práticas político-sociais. O "produto" que daí resulta pode ser tanto uma proposta de intervenção na realidade, quanto a apresentação de subsídios teórico-práticos para melhor qualificar a ação educativa.

Considerando a visão do autor, a proposta de intervenção que elaboramos reflete não só a melhoria da utilização dos materiais escolares em uma comunidade escolar, mas também em uma gestão democrática, proposta presente nas políticas educacionais. As possibilidades apresentadas são simples, pensadas como recomendações a partir das análises das narrativas dos envolvidos, com valorização no diálogo e na formação para a emancipação, com elementos que favoreçam um desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável, sem caráter prescritivo, capaz de contemplar não só esta como outras escolas da rede estadual:

a) vincular a distribuição dos materiais escolares feita pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo a uma conscientização ecológica visando princípios de sustentabilidade, demonstrando compromisso com o planeta;
b) repensar os recursos investidos, já que os depoimentos revelam que a distribuição desses materiais não garante melhorias na qualidade do ensino;
c) rever a distribuição dos materiais escolares para todos os alunos matriculados na rede estadual de ensino; alguns estudantes revelam que não fazem uso desses materiais; repensar uma distribuição somente em casos de necessidade das famílias;
d) realizar um estudo na elaboração dos cadernos dos alunos e dos livros didáticos considerando o número de aulas que cada disciplina possui, garantindo que esses materiais possam ser utilizados durante todo o decorrer do ano letivo;

e) inserir diálogo entre equipe gestora e comunidade escolar, permitindo que projetos de sustentabilidade emerjam nesse ambiente, e não se restrinjam apenas às falas burocráticas;
f) elaborar um currículo articulado verificando o acervo da escola, para que os professores considerem que tenham um material de qualidade para ser usado.
g) construir o projeto político-pedagógico da escola assentado em bases democrático-participativas, garantindo a atuação de todos os atores da comunidade escolar: funcionários, pais, professores e alunos;
h) inserir o tema transversal meio ambiente no projeto político-pedagógico, garantindo que este esteja presente nos planos de ensino dos professores, para que todas as disciplinas possam desenvolver esse tema com os alunos;
i) propor reflexões à comunidade escolar sobre suas ações e valores como consumidores, para que repensem sobre seus hábitos de consumo;
j) procurar parcerias a fim de que haja formação para a comunidade escolar explicando sobre como fazer a separação dos materiais recicláveis, orientando que a reciclagem é uma das últimas alternativas para um comportamento sustentável.

Com o propósito de que os resultados e análises desta pesquisa sirvam de contribuições positivas para a gestão dos materiais escolares nas unidades escolares, enviaremos um exemplar desta dissertação de mestrado à Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE) e à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

A seguir, apresentamos as considerações finais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este estudo, buscamos compreender a distribuição, o uso e o descarte de materiais escolares em uma escola estadual paulista, orientado pela teoria crítica e por trabalhos voltados para a sustentabilidade.

Assim, no primeiro capítulo, foi feito um levantamento documental sobre as perspectivas das leis que tratam sobre a distribuição dos materiais escolares. Nessa análise de suporte legal foram constatados avanços significativos na distribuição de materiais escolares, principalmente a partir da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394, de 1996. Entretanto, constatamos impasses, dilemas e controvérsias relacionadas à gestão desses recursos em todas as áreas e instâncias envolvidas desse processo, revelando que há necessidade de melhor gerenciamento dos materiais distribuídos pelo poder

público. Constatou-se, ainda, desperdício de materiais no ambiente escolar, por parte de toda a comunidade envolvida.

No capítulo 2, discutiu-se a relação entre sociedade, cultura, sustentabilidade e formação do indivíduo, fundamentados pela teoria crítica da Escola de Frankfurt e outros autores, situando as convenções internacionais que discutem as preocupações ambientais e propõem pensar em um desenvolvimento sustentável, além dos desafios da formação, que, servindo à lógica capitalista da sociedade de consumo, acontece de forma desarticulada, e sem princípios de sustentabilidade.

No capítulo 3, descrevemos o percurso da pesquisa empírica para atingir o objetivo de desvendar a subjetividade da comunidade escolar em relação ao uso dos materiais escolares distribuídos neste ambiente. Foram interpretadas e analisadas as narrativas dos envolvidos, colhidas a partir de grupos focais e entrevista, que, mesmo possuindo um roteiro a fim de garantir eixos temáticos, favoreceram a liberdade de expressão, permitindo uma análise dialética.

Interpretamos que a gestão dos materiais escolares acontece sem preocupação com a retirada de recursos naturais do meio ambiente, pois existe uma fragilidade na formação dos indivíduos, que sem refletirem colaboram para a formação de uma sociedade do consumo, que segue a lógica do descarte e do consumo inconsciente.

No decorrer dos capítulos foram confirmadas às hipóteses abordadas na Introdução. Em relação à primeira hipótese, de que o padrão de desperdício e uso irregular do material escolar pode estar ligado ao padrão de consumo da sociedade, constatamos que estamos diante de uma sociedade que preza a novidade, fomentada para a aquisição de bens materiais, que por sua vez estimula o desperdício. Isso ficou evidente na revisão de literatura dos capítulos 1 e 2 e também nas narrativas da comunidade escolar ouvida, que foram analisadas no capítulo 3. A escola, tida como espaço importante de formação, sofre a decadência produzida pela sociedade, ou seja, a reprodução de um sistema voltado para o materialismo, sem preocupação efetiva com a vida do planeta.

A hipótese que sugere que o material escolar distribuído pelo poder público pode não estar sendo utilizado corretamente, o que se evidencia por meio do desperdício e de ações pontuais, descoladas de uma visão crítica e atitudes sustentáveis do ponto de vista ambiental, por parte dos agentes educativos, foi confirmada durante as análises do suporte legal sobre a gestão dos materiais escolares. Com ela foi possível notar impasses nas políticas públicas, que vão desde interesses de editoras, até problemas na compra e distribuição nas unidades escolares.

A pesquisa revelou que os materiais escolares são utilizados como apoio pedagógico, ou material de pesquisa, e em algumas vezes descartados sem serem utilizados.

A sociedade, influenciada por uma ideologia dominante, colabora com a restrição dos indivíduos ao senso comum, que sem uma reflexão consome e descarta incessantemente, causando o desperdício de recursos de toda ordem. A educação, seguindo essa lógica, não promove experiências intelectuais, a fim de desenvolver no indivíduo um pensamento crítico, voltado para a emancipação. Pode-se pensar que indivíduos que recebam uma formação voltada para a emancipação tendam a ser comprometidos com o meio ambiente.

Embora haja discussões sobre o tema sustentabilidade, como tema transversal do currículo, no ambiente escolar, identificamos que essa formação não garante aos estudantes relacionar que os materiais escolares são feitos com recursos retirados da natureza, e nem se apropriar de conhecimentos a fim de garantir uma prática consciente, assegurando responsabilidade com o meio ambiente.

Portanto, este estudo possibilitou mostrar que a formação dessa comunidade escolar não tem se mostrado consciente e capaz de superar a cultura voltada para o consumo. A desarticulação entre teoria e práxis, seguida da fragilidade na formação, não elimina as barreiras da pseudoformação, a fim de favorecer avanços com indivíduos comprometidos com questões ambientais.

Nesse sentido, a proposta de intervenção desta pesquisa está pautada em oferecer subsídios que visam contribuir com o desenvolvimento de uma educação preocupada com sustentabilidade, e com o aprimoramento da utilização dos materiais escolares.

Notamos que a gestão dos materiais escolares não é pauta em discussões de políticas públicas. A comunidade escolar, até o momento, não participa em decisões conjuntas com órgãos representativos superiores, contribuindo para uma melhoria na gestão desses materiais. Ressalta-se a necessidade de discussões sobre a distribuição dos materiais escolares de forma crítica e contextualizada. Contudo, considerando a abrangência do tema e os desafios que o envolvem, abrem-se possibilidades para a realização de novas pesquisas e intervenções como: que tipo de materiais escolares distribuir nas escolas paulistas? Como é desenvolvido o tema transversal *meio ambiente* nas unidades escolares? É possível distribuir um material didático que atenda necessidades de toda a rede para uso sustentável para um estado com tanta diversidade?... dentre outros temas.

# REFERÊNCIAS


ADORNO, Theodor W. Educação – para quê? In: _____. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995a. p. 139-159.

_____. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995b.

_____. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____. Notas Marginais sobre teoria e práxis. In: _____. *Palavras e sinais*: modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995c. p. 220-229.

_____. Teoria de la seudocultura. In: _____; HORKHEIMER, Max. *Sociológica*. Madrid: Taurus, 1971. p. 141-174.

_____; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: Fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALUNOS rasgam livros e cadernos em frente à escola para comemorar férias. *Jornal R7*, 25 nov. 2011. Disponível em: <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/alunos-rasgam-livros-e-cadernos-em-frente-a-escola-para-comemorar-ferias-20111125.html>. Acesso em: 29 dez. 2016.

ANDRÉ, Marli. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

_____. Etnografia da prática escolar. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

APPLE, M. W. *Trabalho docente e textos*: economia política das relações de classe e de gênero em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOFF, Leonardo. *O cuidado necessário*: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Artigo 208. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. *Decreto-lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938*. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945*. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-norma-pe.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. *Decreto n.º 7.084, de 27 de janeiro de 2010*: dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7084.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. *Decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985*. Brasília, DF, 1985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. *Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. *Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. *Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013:* Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Apresentação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>. Acesso em: 25 set. 2016a.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Histórico*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/item/518-histórico?highlight=ytozontpoja7czo1oijsaxzybyi7atoxo3m6otoizglkw6f0awnvijtpoji7czoxntoibgl2cm8gzglkw6f0awnvijt9>. Acesso em: 25 set. 2016b.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Materiais escolares*: apresentação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/produtos/materiais-escolares>. Acesso em: 25 set. 2016b.

_____. Ministério da Educação. *Portaria interministerial nº 8, de 5 de novembro de 2015*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=06/11/2015>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, DF, 2013b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CADERNOS e livros são rasgados em porta de escola estadual em Bauru. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/12/cadernos-e-livros-sao-rasgados-em-porta-de-escola-estadual-em-bauru.html>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CANTAZARO, Fabiana Olivieri. *O Programa São Paulo Faz Escola e suas apropriações no cotidiano de uma escola de ensino médio*. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental*: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

_____. *Atividades interdisciplinares de educação ambiental*. São Paulo: Gaia, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FISCARELLI, Rosilene Batista de O. *Material didático*: discursos e saberes. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Sustentabilidade: desafios para a educação científica e tecnológica. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 27, n. 91, p. 21-40, 2014.

FREITAG, Bárbara et al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FREITAS, Olga. *Equipamentos e materiais didáticos*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007.

GALLO, Zildo. *Escola de antigamente*: é possível ter saudade?. 9 jan. 2015. Disponível em: <http://zildo-gallo.blogspot.com.br>. Acesso em: 4 nov. 2016.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal em ciências sociais e humanas*. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Temas básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.

IMAGENS – Escola: “Caixa Escolar”. *Anos dourados: imagens & fatos*, 11 jun. 2011. Disponível em: <http://www.anosdourados.blog.br/2011/06/imagens-escola-caixa-escolar.html>. Acesso em: 29 dez. 2016.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Educação e Sustentabilidade*: Possibilidade e falácias de um discurso. Trabalho apresentado no Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, 2002. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

LIVROS novos são queimados dentro de escola estadual em Ribeirão Preto. *G1*, Ribeirão e Franca, 4 dez. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2012/12/livros-novos-sao-queimados-dentro-de-escola-estadual-em-ribeirao-sp.html>. Acesso em: 28 dez. 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LÜCK, Heloisa. *A escola participativa*: o trabalho do gestor escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

MACIEL, Marina De Castro; MENDONÇA, Samuel. *A proposta curricular do estado de São Paulo para a disciplina de filosofia e o dogmatismo*. Trabalho apresentado no III Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Campinas, set. 2013.

MAFRA, Jason Ferreira. Paulo Freire e o mestrado profissional. In: SANTOS, Eduardo; MAFRA, Jason Ferreira; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). *Universidade Popular, teorias, práticas e perspectivas.* Brasília, DF: Liber Livro, 2013. v. 1, p. 185-206.

MESQUITA, Marco. Alunos rasgam livros e cadernos em frente a escola para comemorar férias. Jornal R 7, 25 nov. 2011. Disponível em: <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/alunos-rasgam-livros-e-cadernos-em-frente-a-escola-para-comemorar-ferias-20111125.html>. Acesso em: 3 out. 2015.

MOLINA, Olga. *Quem engana quem*: professor x livro didático. Campinas: Papirus, 1988.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares*: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2010.

ONU. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. *Rio 10*: o Brasil na cúpula sobre desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Meio_ambiente/Rio_10_Brasil_cupula_desenvolvimento_sustentavel.pdf >. Acesso em: 11 dez. 2016.

PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. *Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente*. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROGGERO, Rose. São Paulo, megacidade do século XXI: reflexões sobre a educação para uma sociedade sustentável. In: INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE (Org.). Responsabilidade Social das Empresas, a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis/Instituto Ethos, 2011. v. 1, p. 317-348.

_____. *A vida simulada no capitalismo*: formação e trabalho na Arquitetura. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SÃO PAULO (Estado). *Censo escolar do estado de São Paulo*: Informe 2014. São Paulo: SEE, 2015. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/967.pdf> Acesso em: 7 jan. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Escola Estadual Professor Canuto do Val. *Anexos do Plano de Gestão 2010.* São Paulo: E. E. Prof. Canuto do Val, 2012.

_____. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. *Material escolar*. São Paulo: SEE, 2016a. Disponível em: <http://www.fde.sp.gov.br/pagepublic/interna.aspx?codigomenu=157>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. *Resolução SE 83, de 17 de dezembro de 2013*. Dispõe sobre desfazimento de materiais didáticos e/ou de apoio considerados irrecuperáveis, desatualizados ou inservíveis, no âmbito da Secretaria da Educação e dá outras providências. São Paulo: SEE, 2013. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/83_13.HTM?Time=04/02/2016%2009:06:09>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____. São Paulo faz escola. *Professores e alunos contam com material focado na unificação do currículo escolar e na qualidade do ensino*. São Paulo: SEE, 2016b. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. Secretaria da Educação. *Gestão do currículo na escola*: caderno do gestor. Coordenação geral, Maria Inês Fini; autoria, Zuleika de Felice Murrie. São Paulo: SEE, 2010. v. 1. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/portals/18/arquivos/cg_v1_2010_site_050310.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

SETUBAL, Maria Alice. *Educação e Sustentabilidade*: princípios e valores para a formação de educadores. São Paulo: Peirópolis, 2015.

UNESCO. *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).* Brasília, DF: Unesco, 2005.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido dos responsáveis dos menores participantes

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

À

Universidade Nove de Julho.

Eu, _____, documento de identidade _____, concordo que meu(minha) filho(a) _____ participe da entrevista em grupo focal, gravada na data de _____às_____, para a aluna Ana Melicia Moraes de Souza usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, para integrar sua pesquisa de mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, e que nesse caso será preservado o anonimato da participação. Abdico de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto desse termo.

São Paulo, _____ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do Responsável

## APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido dos professores

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

À

Universidade Nove de Julho.

Eu, _____, documento de identidade _____, declaro que cedo os direitos de uso de minha participação no grupo focal, gravada na data de _____às_____, para a aluna Ana Melicia Moraes de Souza usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, para integrar sua pesquisa de mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, e que nesse caso será preservado o anonimato da participação. Abdico de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto desse termo.

São Paulo, _____ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do Entrevistado/ Colaborador

## APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido da diretora e coordenadora pedagógica entrevistadas

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

À

Universidade Nove de Julho.

Eu, _____, documento de identidade _____, declaro que cedo os direitos de uso de minha entrevista, gravada na data de _____às_____, para a aluna Ana Melicia Moraes de Souza usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data, para integrar sua pesquisa de mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, e que nesse caso será preservado o anonimato da participação. Abdico de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto desse termo.

São Paulo, _____ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do Entrevistado/ Colaborador

## APÊNDICE D – Transcrição integral do grupo focal dos estudantes

Pesquisadora: Obrigada por vocês se disponibilizarem em colaborar com esta pesquisa, participando deste grupo focal. Como já mencionado, esta dissertação de mestrado tem como tema a gestão dos materiais escolares. Vamos fazer uma breve apresentação e, a partir daí, começar nossa discussão.

Pesquisadora: Quem recebeu o kit escolar distribuído pelo governo?

Estudante 3: Eu.

Estudante 1: Eu.

Estudante 5: Eu.

Estudante 6: Eu.

Estudante 1: Todos receberam. Todos dessa escola recebem este material.

Pesquisadora: Alguém deixou o material? Não levou embora?

Estudante 1: Eu.

Pesquisadora: Por quê?

Estudante1: Eu já tinha comprado, não sabia que dava, no ano passado eu não estudei aqui, eu não sabia que dava, então eu não peguei, aí deixei para doação, eu deixei para a escola, não gosto desses materiais.

Estudante 2: Eu peguei mais tá lá em casa, intacto, também vou fazer doação, eu tenho o dos outros 3 anos também guardado.

Pesquisadora: Porque você não usa?

Estudante 2: Porque eu já comprei, eu gosto de caderno grande de 20 matérias, esses não são legais, acho que nem seis matérias tem.

Estudante 3: Uso tudo.

Estudante 4: Também uso.

Estudante5: Uso tudo.

Estudante 6: Uso a régua e borracha, caderno dou para meu irmão que está na faculdade, e comprar caderno pagando faculdade fica caro, agora ele vai terminar e eu vou começar a usar esses cadernos para o ano que vem. As canetas eu não uso porque não é do meu gosto, é muito grossa a ponta, é ruim de escrever, eu gosto da de ponta fina.

Pesquisadora: Vocês têm os materiais recebidos no início do ano?

Estudante 7: Só o lápis, ah tenho o lápis de cor também porque nunca usei.

Estudante 5: Só os cadernos.

Estudante 7: Caneta não tenho nenhuma.

Estudante 8: Caneta roubam, são todos iguais, não sabe de quem é de quem, tudo igual.

Estudante 2: Eu tenho a régua também, nunca usei.

Estudante 9: Eu usava uma caneta até hoje de manhã, mas já roubaram.

Estudante 3: Só uso os cadernos, porque as canetas já eram, sumiram, roubaram.

Estudante 4: É, na sala tudo desaparece, você deixa um pouco, daqui a pouco desapareceu, é porque é tudo igual.

Pesquisadora: Como poderia melhorar a distribuição desses materiais?

Estudante 1: Tem gente que usa e gente que não usa. Ver quem precisa e quem não precisa, e ai selecionava né.

Estudante 10: Acho que poderia vir pra escola, e ver o que vai usar no ano, e ai retirava aos poucos, eu por exemplo, compro um caderno pra Matemática e um pra Português, e uso 1 caderno da escola. Eu compro lápis de cor, canetinha, cola, apontador, lápis de lição, e caneta para escrever, que sempre some, eu compro tudo, não uso quase nada do governo, porque eu não gosto, porque pra mim é de baixa qualidade.

Estudante 2: Precisava elaborar uma pesquisa pra ver qual aluno precisa, porque quem tem condição de comprar não precisa.

Estudante 11: No começo do ano minha mãe tinha comprado quase tudo já, só que eu peguei uma chuva e meu caderno foi para o brejo (risos), ai eu peguei o caderno do governo e utilizo.

Estudante 10: O meu ainda esta na caixa, não uso.

Estudante 2: Os meus também.

Estudante 5: Eu também tenho a caixa, tá tudo guardado.

Pesquisadora: Os alunos têm cuidado com esses materiais?

Todos: Não.

Estudante 1: Não, como ganha ninguém cuida direto.

Estudante 12: Quando não vem do bolso as pessoas não dão valor.

Estudante 9: Vem do bolso sim.

Estudante12: Na verdade "*a gente não temos"* uma cultura de cuidar. O governo também não passa pra gente quanto ele gasta com esses materiais. Não sabemos quanto vale uma caneta, um lápis, um caderno, a gente não sabe quanto ele deposita nesse material. Quando você não sabe de onde vem você estraga, joga. Estamos fazendo um trabalho de Matemática. Iremos fazer uma palestra passando em todas as salas mostrando quanto vale um kit, quanto vale um livro, uma caneta, um lápis. O kit que o governo dá pra gente esse dinheiro está sendo

jogado fora, e esse dinheiro poderia ser investido em outros lugares, como na saúde, e não indo para o ralo. Entendeu? Saber o valor do kit, a valorização ia ser outra.

Estudante 7: A lapiseira que todo mundo compra a gente não joga fora. Ela custa caro, não vamos jogar fora o que compramos com o nosso dinheiro.

Estudante 1: Quando a gente compra a gente não joga fora, só joga quando a gente ganha.

Estudante 12: Não tem lógica, é do governo, e não é do governo, é nosso, veio do nosso bolso, Se a gente parar pra pensar, de onde vem o dinheiro, se o governo mostrasse mais de onde vem o dinheiro, eu tenho certeza que o aluno ia valorizar mais. É como jogar lixo na rua, eu aprendi que isso atrapalha o futuro, toda vez que eu ia jogar lixo na rua eu lembrava disso, eu aprendi que isso atrapalha, então uma palavra dá certo sim, porque sempre tem um ali que vai se interessar por aquilo. Foi o meu caso, então sou prova viva que tem que passar a informação para o aluno, tem que demonstrar como é as coisas, se não sempre vai ter um pano escuro, onde ninguém te alerta de nada, então falta o governo mostrar a realidade para o aluno, da onde que veio. Entendeu?

Estudante 2: No primeiro ano que entrei nessa escola, fiquei surpreendido, porque no final do ano os alunos rasgavam os cadernos dos alunos na porta da escola.

Estudante 1: mas tem gente que rasga aqui dentro, traz para escola só para rasgar dentro da escola.

Estudante 10: Eles trazem para rasgar.

Estudante 2: Agora deu uma acalmada isso, mas choca.

Pesquisadora: Como assim?

Estudante 11: É como se fosse uma comemoração com o final de ano.

Estudante 10: Tinha restos de caderno do aluno até em cima das árvores (riso).

Pesquisadora: E com os cadernos tem cuidado?

Estudante 10: Eu cuido do meu caderno, quase não arranco folhas.

Estudante 8: Coloco caneta nele e coloco pra rodar. É dá hora.

Estudante 11: Eu arranco folhas do caderno geralmente quando erro, eu erro e vou arranco, depois se errei de novo “dá licença”, vou lá e arranco de novo. Fico com raiva de mim, mas jogo fora.

Estudante 8: Eu faço aviãozinho (risos), mas só de vez em quando, porque é caderno que minha mãe comprou.

Estudante 10: Só tiro quando o professor pede lição em folha separada, eu ainda acho que ele deveria dar folha para nós (risos), tá faltando material.

Pesquisadora: Sobre o caderno dos alunos vocês utilizam?

Todos: Depende da matéria.

Estudante 5: A professora de Inglês usa o livro e a apostila.

Estudante 2: Pode ser sincero né?

Pesquisadora: Claro.

Estudante 2: A professora de Inglês ela usa a apostila, mas ela expande porque esse material é limitado, acho que tem professor que tem que expandir mais. Tem professor que só usa apostila, o professor de Filosofia é um mesmo, só prende a gente na apostila. Não é uma coisa pra ficar preso na apostila, eu acho que é uma coisa que tem expandir mais.

Pesquisadora: Então você acha que professor não deveria usar a apostila?

Estudante 2: Pode até usar mais tem que expandir.

Pesquisadora: E os outros professores?

Estudante 5: A professora de Inglês usa os dois.

Estudante 2: Sim, ela consegue expandir. Ela não faz a lição da apostila e já era, igual o professor de filosofia.

Pesquisadora: Tem livro de filosofia?

Estudante 2: Tem.

Pesquisadora: Vocês usam ele?

Estudante 10: Não.

Estudante 7: Não

Estudante 5: Não.

Estudante 2: Só apostila, faz a lição, lê o texto e faz o capítulo, você ganha nota. É assim.

Estudante 10: É sempre assim, você lê os textos da apostila e faz um capítulo para o professor, é um capítulo por semana.

Estudante 6: Ele explica os textos, mas de qualquer jeito, ai chega no final do bimestre, ela quer que você tenha todos os capítulos feitos para poder ganhar ponto.

Estudante 5: as vezes ela explica.

Estudante 2: Depois os professores reclamam que o governo quer uma geração de pensadores. Filosofia é uma matéria que mais faz a gente pensar e a nossa professora limita a gente, se prende na apostila. Tá errado.

Pesquisadora: E os outros professores utilizam os livros?

Estudante 2: A professora de Português utiliza.

Estudante 5: A professora de Matemática também.

Estudante 2: A própria professora de Português diz que não gosta da apostila. Ela não gosta,e não usa.

Pesquisadora: Então tem apostila que vocês não usam?

Todos: Sim.

Pesquisadora: E vocês usam os livros?

Estudante 2: Sim.

Estudante 5: Sim.

Estudante 10: Depende. Por exemplo, física estamos usando agora, porque ele está mandando copiar uns textos.

Pesquisadora: E a apostila, ele usa?

Estudante 10: Não.

Estudante 5: Não.

Estudante 11: Química não usa nem apostila nem livro, ela só passa no caderno.

Estudante 3: Mas pelo menos ela explica.

Pesquisadora: Com quais professores, vocês estudam sobre sustentabilidade?

Estudante 11: Matemática.

Estudante 5: Matemática.

Estudante 3: Matemática.

Estudante 2: Matemática.

Estudante 10: Na minha sala não estuda, pelo menos no 2º ano A ninguém fala disso.

Estudante 2: A professora de Matemática, está fazendo um projeto com nós. Nós vamos passar em algumas salas falando sobre isso.

Estudante 6: Pra nós ninguém passa nada sobre sustentabilidade.

Pesquisadora: E sobre meio ambiente?

Estudante 6: Também não.

Pesquisadora: No 3º ano só a professora de Matemática?

Estudante 12: Só

Estudante 2: É a única.

Estudante 12: E só agora no 3º ano.

Estudante 10: No 2º ano ninguém.

Pesquisadora: Nem o professor de Biologia aborda essas questões?

Estudante 9: Não.

Estudante 10: Não. Estamos estudando genética, espécie e evolução.

Pesquisadora: Durante esse ano letivo vocês fizeram algum projeto de sustentabilidade?

Estudante 12: Não. Só com a professora de Matemática. Ela que está fazendo agora.

Estudante 10: A minha sala nenhum.

Estudante 2: Esse projeto começamos antes das férias, passando nas salas perguntando como o pessoal fazia a reciclagem em casa, e muitas não fazem, então eu acho que é por causa disso que a professora decidiu fazer isso. Porque tem muita gente que não recicla, sei lá.

Estudante 5: Tem muita gente que não conhece a reciclagem e não se importa.

Pesquisadora: A escola ensina reciclagem de lixo?

Estudante 2: Não.

Estudante 5: Não.

Estudante 11: Mais ou menos. Tem umas lixeiras lá no pátio.

Pesquisadora: Como assim mais ou menos?

Estudante 11: Por cores.

Pesquisadora: Você sabem as cores?

Estudante 11: Amarelo alumínio, azul papel, (risos).

Estudante 5: Amarelo metal (risos).

Estudante 1: O trabalho que estamos fazendo é isso, colocar as coisas no lugar certo. Explicar cada um, porque as pessoas não sabem colocar por cores.

Pesquisadora: Vocês sabem colocar no lugar certo?

Estudante 11: Tem o desenho.

Estudante 6: Não, eu não sei. Mas também não adianta as lixeiras, porque o pessoal joga no chão.

Estudante 10: O pessoal joga no chão.

Estudante 5: Acaba sobrando para as tias da limpeza.

Estudante 8: Elas são pagas para tirar o pó, e não para juntar papéis.

Pesquisadora: Alguém orientou vocês sobre como essas lixeiras tem que ser usadas?

Estudante 5: Quem tá dando mais ou menos é a professora de Matemática.

Estudante 11: Geralmente é assim que acontece: quando dá mexerica as tias da limpeza ficam em cima para não jogar casca no chão. Mas só isso só.

Pesquisadora: Nem gente de fora como convidados e palestrantes vem trabalhar o tema sustentabilidade com vocês?

Estudante 11: Não.

Estudante 5: Não.

Estudante2: O ano passado veio um pessoal da Sabesp.

Pesquisadora: O que eles fizeram?

Estudante 10: Eles vieram falar do negócio que aconteceu lá, e explicaram um monte de coisa.

Estudante 10: Mas eles abandonaram.

Estudante 9: Eu não lembro bem, mas eles falaram mais da construção que eles estavam fazendo lá, inclusive falaram que ia levar a gente lá e nunca mais apareceram.

Estudante 10: O que me lembro bem é que eles falaram da tartaruga. “Tipo” você tá andando rua ai você joga um papel de bala, ai chove, esse papel vai para o bueiro e se for uma cidade que tem praia, a tartaruga está acostumada a comer de tudo, e acaba morrendo, porque engole o plástico.

Pesquisadora: Os livros que vocês utilizam são novos? Ficam na escola?

Estudante 11: Fica na escola, mas pode levar para casa se tiver lição.

Estudante 12: Os livros são novos, chegou esse ano, mas se você olhar a situação acho que nem chega até o final desse ano.

Estudante 2: Tem capa rasgada já.

Estudante 10: O pessoal da tarde rasgou a capa de um porque colocaram o nome de um aluno na capa, então tiraram a capa.

Pesquisadora: O que vocês acham disso?

Estudante 2: Acho uma falta de respeito, deveriam cuidar para os outros utilizarem, mas como veio do governo ninguém dá valor.

Pesquisadora: Alguém quer falar mais alguma coisa?

Estudante 2: Não.

Estudante 5: Não.

Estudante 12: Não.

## APÊNDICE E – Transcrição integral do grupo focal dos professores

Pesquisadora: Gostaria de saber a vossa opinião a respeito de como gerir melhor o material escolar nesta unidade escolar?

Professor 1: Inicialmente, deveria chegar a tempo, porque às vezes começamos o ano sem o caderno do aluno. Eu já me deparei com esse problema, de não ter caderno do aluno e livro didático, e eles chegarem bem depois. Isso é um grande problema de logística. Às vezes chega em número insuficiente, também é um problema. Inclusive o que eu faço quando sobra? Eu guardo dentro do meu armário para o ano seguinte, porque, no ano seguinte, eu não sei o que vai acontecer, e eu já tive esse problema. Você não pode cobrar do aluno que não tem.

Professor 2: O livro tem, ele chega no começo do ano.

Professor 1: No caso do livro do livro de Inglês não, ele é consumível, chega todos os anos, e às vezes atrasa. Outras vezes acaba ficando, eles não levam embora. Eu peço para levar, mesmo assim não levam.

Professor 3: No livro de Inglês vem um cd, e eles fazem de disco voador, jogam na sala de aula.

Professor 2: Os matérias que mandam para os alunos são poucos, 3 cadernos universitários não são insuficientes.

Professor 3: Lápis, caneta eles usam bastante, borracha eles picam com os dentes e jogam nos colegas.

Professor 2: Os livros que chegam de Química eu uso para pesquisa, a minha matéria é dada na lousa.

Pesquisadora: E a apostila?

Professor 2: A apostila não condiz com algo que eu possa trabalhar com ela. Ela está em um nível muito acima de conhecimento, principalmente pelos alunos dessa escola, eles não conseguem acompanhar. No 2º Colegial (a professora se refere ao Ensino Médio) o caderno do aluno é em símbolo, o aluno não tem esse conhecimento. Como pode? Eu sigo minhas aulas e eventualmente pesquisamos algo no livro.

Professor 5: Acho que de todos os professores daqui eu sou o único que não tem livro didático no Ensino Fundamental, só que eu levo o livro do Ensino Médio no Ensino Fundamental, apesar de ser um nível mais elevado para o aluno eu uso.

Pesquisadora: Tem caderno do aluno da sua disciplina?

Professor 5: Sim, e eu uso, tem umas coisas que não condiz com a realidade do aluno. Tinha uma questão antes de os cadernos serem reformulados que falava assim: quando você

chega em casa e escuta a Missa Papae Marcelli de Palestrina com a sua família que sensação desperta? Os meus alunos não conhecem nem Beethoven. Perguntam-me o que é missa professor? Eu sou evangélico. Então é muito distante da realidade deles. Como eu vou falar: E aí você ouviu com seu pai ontem a Missa Papae Marcelli de Palestrina? Ou vocês discutiram o caso? Meu aluno não vai fazer isso. Não vai. Quer dizer, eu utilizo o caderno do aluno sim, mas é um recorte. Vou adaptando, o que não dá para trabalhar eu vou pulando. Os alunos me perguntam: Porque você pula tanta página? Eu falo essa página não condiz com o que a gente está vendo agora, e nem condiz com a realidade do cotidiano de vocês. Então eu vou cortando. E ai entra o livro do Médio, como suporte. Eu acho que no ano que vem o Ensino Fundamental vai ter livro de Artes, que eu fiz escolha esse ano.

Professor 4: Com o caderno do aluno de Português também acontece isso, tem série que da pra seguir, outras não. No 9º ano tem um capítulo assim: Vocês irão fazer uma viagem de formatura. E ai? Que viagem de formatura? Ai tem todo um capítulo sobre isso. Ai tem discussão dos lugares que vocês irão. Trazer folder de agência de viagem para pesquisar preço. Então não dá, eu pulo tudo, o conteúdo eu dou de outra forma. Eu uso mais o livro.

Professor 5: A apostila do 8º ano pede que você recorte uma das páginas, tem um quadriculado que você tem que recortar e fazer um olho mágico, como se fosse uma máquina fotográfica, e fotografar a sala. Eu adorei essa ideia. Eles falam assim: Não falam que não devemos rasgar o material? Eu digo que vamos rasgar com uma finalidade pedagógica. Você vai fazer um olho mágico com parte da sua apostila, do outro lado é branco, não tem nada impresso.

Professor 1: Na minha matéria eu uso o caderno do aluno sim, mas eu adapto, eu trago outras coisas, Gosto muito de trabalhar com material autêntico, música, vídeo, coisas diferente, cartum, então trago muita coisa de fora, às vezes uso livro sim, não uso muito porque os livros que escolhemos nunca vêm, as opções de inglês são poucas, enquanto de Português vem 8, 10 livros para escolher os de Inglês vem 2, 3, esse ano vieram muitos, vieram 3, mas já aconteceu de serem 2, ou esse ou aquele.

Professor 4: Você tem 3 opções de escolha, você põe 2 ainda falta 1.

Professor 1: Então o que acontece é que a matéria do livro nunca bate com o do caderno do aluno.

Professor 3: É, tem uma discrepância.

Professor 1: A matéria o caderno do aluno do 3º ano está no livro do 2º ano, é sempre assim. Não bate. Então sempre que eu pego o livro eu já olho o que posso usar, e procuro usar. Eles até gostam dessa diversificada. Outra coisa que eu queria falar é o seguinte: eles não sabem

usar os livros nem o caderno do aluno. O livro principalmente. Eu falo: Gente vamos olhar o livro hoje, vamos olhar a primeira página, tem um índice, no fundo tem um glossário com todas as palavras utilizadas no livro, tem alguns que no final tem um índice gramatical. Tudo isso eu explico, até no 3º ano, porque eles não sabem.

Professor 5: Falta um olhar de curiosidade.

Professor 1: Eles não pegam o livro e vão olhar, por isso eu faço isso. Ensiná-los a usar o livro, isso é importante. Quando eu fiz isso eles começaram a realizar mais as tarefa e facilitar e tornou também um livro de consulta.

Professor 5: Eles precisam aprender mais a acariciar o livro.

Professor 1: É a mesma coisa com caderno do aluno, no final tem um resumo da matéria, eles não olham.

Professor 3: Eles não olham. Eu também falo que para certo exercício vocês vão ter que consultar a tabela, se não falar eles não vão lá no final olhar.

Professor 1: Quando você ensina a utilizar ele se torna mais útil, dão um pouco mais de valor, adquiri significado.

Professor 5: Quando eu entrego o livro de Artes tenho que pedir para não irem para outra página, porque o livro é muito ilustrado, muito rico, e eles gostam. Tem coisas do cotidiano deles, tem músicas que eles escutam, então aproxima, é muito mais real do que o caderno do aluno. Isso em todos os anos.

Professor 1: A questão do cd que o Professor 3 levantou, é que tem em todos livros de Inglês, um cd de áudio com lições. Então, eu até explico e na medida do possível até consigo passar de um a dois áudios para eles verem como funciona, ai a gente fala: esse cd corresponde a tais exercícios. Você tem que explicar tudo. Explicar que quem quiser escutar em casa pode, funciona no seu computador. Eu explico tudo.

Pesquisadora: Voltando ao kit escolar. Como os alunos o utilizam?

Professor 5: Eu estava conversando com o Vice Diretor, a escola recebe uns 300 cadernos de artes.

Pesquisadora: Mas não vem no kit?

Professor 5: Sim, vem no kit, mas a escola recebe esses cadernos a parte, vem a mais separado. Só que eles perdem, eles tem um desrespeito muito grande com esse material.

Pesquisadora: Como é esse desrespeito?

Professor 5: Rasgam, jogam fora, fazem bolinha de papel. Alguns dizem que arrancou as folhas para fazerem cigarros. O material vai todo embora. Os lápis de cor eles quebram para brincar, se caem no chão eles não pegam. No entanto eu tenho 2 garrafas pet só com lápis de

cor que eu recolho no final das aulas. Vou catando e guardando para usar. Nas aulas eles mesmo usam, régua é a mesma coisa. Tudo o que cai no chão eles não pegam.

Professor 2: No dia-a-dia, eu tenho problema com canetas e lápis, que um tem a mais, outro tem a menos, todo dia algum aluno não tem nenhum lápis, de repente ele tem três. Nem eles sabem de onde apareceu. Você não entende.

Professor 5: É um desrespeito, eles chamam o kit de "kit favela", Dizem que no kit favela nada presta. Engraçado é que eles não associam que dá o kit, porque para eles o kit é da prefeitura, não do Estado. Eles dizem que a prefeitura não dá nada que presta.

Professor 1: Mas eu já falei para aluno, você não quer o kit, pode dar pra mim que eu quero.

Professor 5: Eu também falo eu quero. Que nem o caderno de desenho, eu uso como portfólio. É um dos meus instrumentos de avaliação. Esse terceiro bimestre muitos alunos não me entregaram o portfólio, porque simplesmente o caderno sumiu.

Professor 1: Ai quando o caderno acaba eles descem para pegar na coordenação.

Professor 5: No Ensino Fundamental vieram uns 300 cadernos de desenho a mais além do kit, acho que nós só temos uns 50, não é que acabou. É que jogou fora, esqueceu, sumiu, simplesmente querem um caderno novo.

Professor 3: Falta de valorização com o que recebe, tanto em relação aos livros, com os cadernos dos alunos e com o kit escolar.

Pesquisadora: E os que usam material adquirido pelos responsáveis a valorização é igual?

Professor 4: Eu acho que é com tudo, porque tem alunos que toda aula não tem caneta e lápis, eu falo: Sua mãe não comprou? Eles falam roubaram.

Professor 3: São com todos os materiais. É tão fácil, recebem, perdem, recebem novamente, os que ficam na escola no começo do ano são doados durante o ano. Então vira um ciclo vicioso, se joga fora ganha de novo.

Professor 4: Tem uma aluna (do 8º ano) coreana, a mochila dela é com cadeado, ela põe o cadeado porque já sumiu coisas, ela não empresta nada para ninguém, ela fala para o pessoal. "Vocês quebram tudo".

Professor 5: Esses dias pediram lápis de cor para ela. Ela disse: "Eu não empresto nada para brasileiro, brasileiro não respeita material".

Professor 1: É verdade os nossos alunos estrangeiros valorizam muito mais o material do que os brasileiros, principalmente os boliviano, porque eles dizem que lá eles não ganham nada, é tudo comprado, então eles valorizam bastante.

Professor 5: Eu não avalio as atividades em caderno com pauta, justamente para que eles deem valor no caderno de artes.

Pesquisadora: Vocês conversam com os estudantes a respeito de problemas ambientais, ou questões de sustentabilidade?

Professor 5: Eu falo com eles. Por exemplo, eu falo para eles que o livro didático custa entre $90,00 reais e $100,00 reais.

Professor 1: Eu já cheguei olhar preço na editora e trazer para eles, um livro que eu usava que custava $120,00 reais na editora e estava sendo comprado por escolas particulares para serem usados.

Professor 5: Eu falo que em escolas particulares pais pagaram, nos últimos anos, $800,00 reais de material. Eu falo: Gente vai lá os alunos estão todos com os materiais na mochila certinho, não tem esse monte de coisas espalhadas pelo chão.

Professor 1: Eles reclamam muito do peso. Que a mochila fica pesada.

Professor 4: É mais eles têm que olhar o horário. Eles não têm horário das aulas. Até agora eles não têm horário, quase final de ano e eles não sabem que aula tem no dia. Se você olhar eles trazem todo o material de todas as aulas todos os dias. Eles trazem tudo.

Professor 3: Lembrei-me de uma coisa, quando eles têm atividade para entregar, principalmente alunos do 6º e 7º ano, eles perguntam se pode escrever do outro lado da folha, eles têm o costume de escreve só de um lado.

Professor 2: Isso é comum, eles não gostam de escrever dos dois lados da folha.

Professor 3: Eu falo: Tem que escrever dos dois lados para não desperdiçar papel. Quando eu recebo trabalho que foi feito só com um lado da folha eu falo, anoto junto com a nota não desperdiçar papel. Isso é muito comum. No 6º ano ainda me perguntam se podem escrever do outro lado. Não sei se é uma cultura vinda do Fundamental I, mas é comum.

Professor 5: Eu falo pra eles que se um dia eu for governador eu acabo com isso. Porque quando eu estudava lá em Minas o máximo que eu ganhava era um lápis, um caderno brochura e flúor para limpar os dentes. Digo: Vocês ganham muita coisa e não valorizam, porque joga muito fora, demais. Quando eu falo que hoje não vai usar a apostila, eles falam: então posso vender na reciclagem? Quando eu mando fazer a apostila eles falam que vai lá no mercado da Lapa comprar as respostas. Dizem que no mercado do Lapa tem apostilas com respostas prontas.

Professor 1: Tem as repostas na internet também.

Andrea: E tem outra coisa, alguns alunos quando estou passando questões na lousa perguntam quantas linhas pulam para responder. Eu falo copia uma embaixo da outra e depois

responde, mas eles pulam linhas, várias, daí uma atividade que era pra ficar em uma folha vai para 2, 3 folhas. Então eu já cortei isso, orientei.

Professor 1: Acho que esse desperdício é mais marcante no Fundamenta I, no Médio também tem, mas acho que é mais com as meninas, elas não gostam do caderno que recebem, então adquirem outro, uma capa bonitinha, querem caneta diferente, e os lápis de cor elas reclama dizendo que não é bom, adquirem outros de marca.

Professor 5: Mas não é bom mesmo, ele já vem com o grafite de dentro quebrado, você pega um lápis novinho, aponta e ele já está quebrado.

Professor 1: Parece que os lápis realmente não são bons.

Pesquisadora: Vocês sabem como é o descarte aqui na escola? Se fazem reciclagem?

Professor 4: Eu acho que não reciclam. Não sei.

Professor 1: No fim do ano passado tinha um monte de livros, que eles deixaram no corredor para quem quisesse levar, lavava, eu ouvi que ia tudo para reciclagem, isso na mudança de livros. Mas a maioria dos alunos não se interessou. E o vice diretor, disse que ia para reciclagem.

Pesquisadora: Mas e os papéis do dia-a-dia?

Professor 5: Eu acho que vai para o lixo comum.

Professor 3: Vai sim. Isso foi uma coisa que senti falta quando cheguei aqui, lá na outra escola nós fazíamos a reciclagem, lá tinha uma caixa de papelão vazia nas salas e eles colocavam as folhas lá dentro abertas. Eu as vezes verificava essas folhas, e tinham folhas em brando, folhas que eles erraram um apalavra e era jogado fora, então eu me dava o trabalho de recolher as bolinhas de papel no final da aula e colocava na caixa. Quando a caixa estava cheia eu mostrava para eles dizendo: Vocês estão vendo isso aqui? Isso aqui é desperdício. Eu sinto de falta de algo assim aqui nessa escola.

Professor 1: Nossa eu não sabia que aqui nessa escola não tem a reciclagem do papel.

Pesquisadora: Vocês sabem se no Projeto Político Pedagógico fala de sustentabilidade?

Professor 1: Isso tem que perguntar para a direção. Acho que só eles sabem. Ela falou sobre isso com a gente esse ano.

Pesquisadora: O que ela falou?

Professor 1: Falou que estava mudando, mas não lembro de nada de meio ambiente nem de sustentabilidade. Também não vi o documento PPP.

Professor 3: Não me recordo.

Professor 4: Ela (diretora) falou que ia passar o PPP para alguns professores ajudar na correção, pra poder montar, mas não sei, não passou nada pra mim.

Professor 2: Nem pra mim.

Pesquisadora: Algum de vocês viram o PPP?

Professor 5: Eu não.

Professor 2: Também não.

Professor 1: Estavam reformulando lá. Inclusive uma ideia que eu dei desse lance dos livros que ia jogar fora, eu vi uma vez que fizeram umas toalhinhas americanas, ou até toalhas grandes com contact e colocaram nas mesas dos refeitórios, eu achei muito interessante, eu trouxe essa ideia para o vice diretor. Falei: Poxa, vai jogar esses livros fora, tem tanta coisa legal pra fazer, vamos fazer toalhinhas de mesa para o refeitório. Mas não rolou.

Professor 3: Iria estimular a leitura.

Professor 4: O contact é só passar um pano. Ficaria legal né.

Pesquisadora: Vocês recebem orientação de como trabalhar questões sobre meio ambiente e sustentabilidade com seus alunos?

Professor 1: Só quando vem algum programa do estado.

Professor 4: Não recebemos.

Professor 3: Nunca recebi.

Professor 5: Também não.

Professor 2: Não.

Pesquisadora: Esse ano teve algum projeto sobre meio ambiente ou sustentabilidade na escola?

Professor 1: Já teve sim.

Professor 4: Mais a coisa não continua, e aí cadê a formação?

Professor 1: Esse ano teve um negócio de luz da Eletropaulo.

Pesquisadora: O que teve?

Professor 3: Uma campanha de redução do uso de energia.

Professor 5; Uma conscientização.

Professor 1: Foi analisado a conta de luz da escola. Tinha tipo uma apostila que alguns alunos foram escolhidos para ir preenchendo, isso da escola, e também dos alunos, olhar a conta de luz mês a mês, deram pra nós também, para ver o nosso consumo. Foi feito alguma coisa nesse sentido.

Professor 5: Mas a escola não bateu as metas do projeto.

Professor 1: A intensão era diminuir, mas parece que não aconteceu.

Professor 3: Infelizmente acho que foi uma questão muito mais econômica do que sustentável, de criar hábitos de econômica.

Professor 4: A escola deveria trabalhar isso. Lá fora tem a divisão das lixeiras, mas não tem a coleta seletiva.

Professor 5: Não tem mesmo.

Professor 1: E aqui perto tem um eco ponto.

Professor 5: Bem aqui pertinho.

Professor 1: Aqui perto também tem uma oficina famosa que trabalha com a reciclagem.

Professor 5: Tem a Boracéia.

Professor 1: Isso aqui pertinho. Era só uma questão de levar lá.

Professor 4: Entrar em contato, ver se eles passam para retirar.

Professor 5: Mas tem um aluno aqui que a mãe e o pai trabalham na Boraceia.

Professor 1: Poxa gente é só uma questão de conversar entre nós e colocar a mão na massa.

Professor 4: Tem que começar com a contextualização interna. Pegar os alunos do grêmio e orientar.

Pesquisadora: Eles sabem separar os lixos nas lixeiras?

Professor 5: Nem todos.

Professor 3: Mais ou menos, mas mesmo com as lixeiras eles jogam no chão.

Pesquisadora: Mas alguém explicou para os alunos que tem que separar? Explicaram as cores? Fizeram algum projeto?

Professor 5: Não. Eu estou aqui há dois anos e nunca vi.

Professor 4: Eu também não. Então aproveitar o Grêmio e fazer uma campanha.

Professor 1: Então poderíamos pegar o grêmio para fazer isso.

Professor 4: Mas os alunos precisam ver porque o grêmio está fazendo isso.

Professor 1: Tem que ver o fim disso. Se não, não adianta. Poderia conversar com a gestão. Não sei se pra esse ano dá tempo, mas para o ano que vem.

Professor 4: E essa ideia na sala de aula é boa também.

Professor 3: O engraçado dessa caixa é que o desperdício continua, só a escola que tinha a preocupação.

Professor 1: Mas acho que é uma tentativa.

Pesquisadora: Analisando os materiais que chegam na escola, livros, caderno do aluno, paradidáticos eles correspondem ao número de aulas que vocês têm na semana? Vocês conseguem utilizar tudo?

Professor 3: Inglês é impossível, duas aulas na semana, mal da para trabalhar o caderno do aluno.

Professor 1: Por isso que eu uso um pouco do caderno do aluno, um pouco do livro didático, um pouco das outras coisas, tudo não dá, vamos pincelando.

Professor 2: O meu é impossível.

Professor 5: Eu sigo o currículo, mas é muita coisa, não da´.

Professor 1: A gente adapta.

Professor 5: Em Artes tenho que trabalhar com as quatro linguagens, música, teatro, artes visuais e dança. Como vou trabalhar essas quatro linguagens com quatro aulas por semana?

Professor 1: E Inglês que são duas, eu não consigo cumprir o conteúdo.

Professor 4: Português tem mais aulas, eu consigo o caderno do aluno, dependendo da sala uso o livro, mas não tudo, e tem coisas também que não cabe para eles.

Pesquisadora: Como vocês acham que poderiam resolver isso?

Professor 4: A apostila traz situações de aprendizagem interessantes, a questão é que o nível não está adequado, então tem coisa ali que o aluno não vai entender, eu vou perder tempo. Poderia reformular.

Professor 1: Um material para o estado inteiro não dá certo, uma realidade aqui no nosso bairro, não é uma realidade de uma cidade lá do interior de São Paulo, então o material que funciona aqui não irá funcionar lá. Teria que ser mais regional.

Professor 5: Até dentro da própria escola. Na outra escola eu dou aula na Educação do Jovens e Adultos (EJA), a noite o material não bate, os alunos não se reconhecem naquele material.

Professor 4: Nossa tinha que ter um específico para o EJA.

Professor 5: Tinha uns livros que falavam de trabalho, mas sumiu.

Professor 1: O que a gente faz é tentar cobrir esses vazios, essas lacunas. Eu procuro adaptar, ele procura adaptar, todo mundo aqui procura adaptar, porque usar todo o material que chega de cabo a rabo é muito complicado, e também não temos tempo.

Professor 5: Parece que o livro é feito sem seguir o currículo. O caderno do aluno é feito sem olhar a nossa realidade. Como você usa tudo?

Professor 4: É que o livro é federal, e a apostila é estadual. Por isso que tem que ver quando escolhe.

Professor 1: Acaba virando isso, o que a Professor 2 falou, os materiais acabam sendo usados como fonte de pesquisa.

## APÊNDICE F – Transcrição integral da entrevista com a equipe gestora

Pesquisadora: Todos os alunos recebem os materiais distribuídos pela Secretaria de Educação de São Paulo?

Diretora: Sim, todos. A quantidade é sempre referente ao ano anterior de matriculas, mas a escola se organiza, junto com a diretoria de ensino para atender a demandado ano vigente. Com os cadernos dos alunos acontece a mesma coisa, já que a demanda nunca é atual, ela é contabilizada um ano antes, mas a diretoria oferece uma reserva, e as escolas trocam entre si, as vezes uma escola tem sobrando de determinada série ou de ano, e precisa de alguma coisa, então as escolas podem trocar, a diretoria de ensino sempre faz a intermediação, e assim funciona, mas todos os alunos recebem material escolar no início do ano. Todos.

Pesquisadora: E os livros?

Diretora: Os livros são suficientes para todos, mas com escolhas de três em três anos, existe também uma reposição que atende uma demanda atual, mas as escolas se ajudam, mas nós não temos muitos problemas, porque o nosso livro é usado como apoio, então as vezes pode até faltar livros para alunos, mas no conjunto, como é usado em sala eles vão se organizando em dupla, em grupos, depende da aula do professor, ou por exemplo, depende do professor, ai a escola tem que se movimentar para tentar conseguir esses livros, mas é assim que funciona.

Pesquisadora: Todos os professores usam os livros? Em todas as séries?

Coordenadora: Não, os livros são utilizados como material de apoio eu acho que a grande maioria utiliza como material de apoio, agora não sei se todos os professores usam, o livro ele é um complemento, porque o caderno do aluno é utilizado por todos os professores também como material de apoio, mas acredito que a maioria utiliza.

Diretora: E também é o nosso pedido. No planejamento, quando organizamos o ano, nos falamos que é para utilizar o caderno do aluno, o caderno do aluno não é um brinquedo, não é para entregar e pronto, e é para utilizar o livro didático como apoio. Tem pesquisa? Vai no livro didático. Ele é um apoio, ele está na sala de aula, cada sala tem o seu kit de livros. A coordenadora sempre faz isso, arruma os livros na sala bonitinho para tentar atender os alunos das turmas. E é necessário que esses materiais sejam utilizados. O pedido é feito, o acompanhamento a coordenadora faz, então eu acho que dentro do possível hoje é utilizado. Por todos? Todos acho que não. Mas acredito que a maioria sim.

Pesquisadora: Esses materiais são bem utilizados? Teria proposta de melhorar isso?

Diretora: Eu acho que tudo depende do profissional que está ali atuando. Quem escolhe o livro didático é o próprio professor, ou o grupo da disciplina. Então a ideia é de que na escolha

o professor foque no objetivo do currículo, e no objetivo do trabalho dele, e ai case a escolha com isso, pra que o livro tenha serventia. Se esse trabalho, ele é feito com responsabilidade, inclusive do professor, que está lá falando eu vou usar esse livro como apoio, porque tem profissional que utiliza muito, com qualquer outro material que chega na escola, por exemplo, a sala de informática, se ele estive engajado ele vai utilizar sim o livro que ele escolheu, porque o governo direciona o que a escola propõe, e tenta atender a primeira opção, então quando o governo manda ele tenta atender o pedido do professor. E que fez essa opção? Foi o professor. Então a ideia é que isso seja utilizado, agora depende do profissional. As vezes perde essa linha porque esse profissional está chegando na escola e precisa se apropriar desse material, se bem que a escola tem pouca rotatividade de professor. As coisas estão caminhando para um uso mais consciente, para que as pessoas valorizem esse material, e trabalhe com os alunos.

Pesquisadora: O que você acha da distribuição dos kits escolares?

Diretora: Os kits escolares vêm para todos os alunos a fim de não discriminar ninguém, isso é para cobrir as escolas de um modo geral, sem pensar em questões econômicas e sociais, então essa é a visão. Eu entendo que é isso que eles propõem. É um material de boa qualidade, não é um material qualquer, é um bom caderno, uma caneta que funciona, um bom lápis, pode não se da melhor marca, mas ele é um bom material, e existem alunos que quando você entrega já falam: Ah não quero! Ah vou dar para fulano. E alguns alunos fazem isso. Eu acho que tem que dar para todos, tem que ser assim para não discriminar. Minha época de colégio quem precisava ia para “caixa”, e ninguém queria fazer parte da “caixa”. Entendeu? Então eu acho que hoje não se discrimina, todo mundo recebe, e a ideia é que todo mundo utilize alguma coisa, ou tudo desses materiais que estão sendo distribuídos. A ideia não é por exemplo, que o aluno entregue para o amigo, a ideia é que ele faça uso, e tem pais inclusive que faz o filho usar. Mas se eles efetivamente conservam? Não conservam. Se eles valorizam? Não valorizam. É isso que tem que ser trabalhado, a questão da valorização. Muito mais do que o ganho, do que é ofertado, quando na verdade nós sabemos que não é um ganho, é uma aquisição sua, porque pagamos taxas, impostos. Mas o aluno não tem essa consciência, ele acha que é pouco para eles. Eles querem o caderno mais bonito, mais enfeitado, o que vende na papelaria e não o que a escola fornece, ou o desperdício das folhas que eles vivem arrancando, e a escola hoje está fazendo um trabalho diferenciado em relação a isso, que recolher esses papéis para poder reciclar.

Coordenadora: Ainda é um grande desafio todos valorizarem os materiais que recebem, fazer uso desse material, ainda é um desafio.

Pesquisadora: Além do projeto de reciclar as folhas de papel, a escola desenvolve outros projetos sobre sustentabilidade?

Coordenadora: A conscientização do uso do material é permanente na escola, desde o início do ano quando o aluno recebe o kit, a fala dos professores é sempre nesse sentido de conscientizar esse aluno, do quanto é importe esse material. De que ele não é de graça, não caiu do céu, ele é fruto do sistema sim, mas também dos pais que ajudam pagando seus impostos, então durante todo o ano nos fazemos essa campanha. Quando um aluno vem buscar um caderno aqui comigo dizendo que o caderno acabou, eu peço que me trague o velho para eu ver, pergunto se usou todas as folhas, se ele desperdiçou folhas, isso antes de entregar outro caderno. Nós sempre temos esse cuidado, e tento conversar e chamar esse aluno para a realidade, tanto professores quanto gestão, seguimos essa linha aqui na escola.

Pesquisadora: Os professores trabalham questões sobre sustentabilidade?

Coordenadora: Trabalham bastante, esse ano a escola deu um salto nesse tema, nós tivemos muitas ações bacana, principalmente com alunos do Ensino Médio, a professora de Matemática desenvolveu muito esse tema com alunos. Foram dos alunos a sugestão da caixa para recolher papel, recolher lixo para que possa ser usado para reciclagem, a escola evoluiu muito nessa questão.

Diretora: Esse ano participamos também de um outro projeto da Eletropaulo que fala sobre desperdício de energia, água, e no Ensino Fundamental também teve essa participação dos alunos para detectar onde tem desperdício, onde tem problemas mais sérios, o que fazer? Fomo contemplados com o PDDE Sustentabilidade (Programa Dinheiro Direto na Escola), para desenvolver novos projetos na escola, para diminuir o consumo de água e de energia, e aprofundar ainda mais essas questões.

Pesquisadora: Essas questões são discutidas nas reuniões pedagógicas?

Coordenadora: Sim, sempre estamos discutindo isso, faz tempo que nos preocupamos com isso, é permanente, no nosso Plano Gestão e no PPP.

Pesquisadora: O lixo da escola é reciclável?

Diretora: Não. Até agora é entregue na coleta normal, mas a partir do mês que vem, por conta do projeto, os papéis serão colocados em uma caixa, que a coordenadora irá providenciar, e cada sala vai ter uma caixa para recolher. A verba arrecadada será usada para o próprio aluno. A ideia do Ensino Médio é que esse valor arrecadado se transforme em materiais para as aulas de Educação Física. A coordenação junto com a professora de Matemática pensou em um projeto com o Ensino Médio, mas antes foi feito um projeto com o Ensino Fundamental, então todos passaram por um processo de conscientização na escola. Os alunos do Fundamental fizeram um estudo dos aspectos físicos, para de alguma forma reverter os gastos de água e energia.

Pesquisadora: Conseguiram?

Diretora: Na verdade temos uma estabilidade, quase não desperdiçamos energia, então não diminuiu, na verdade foi feito um estudo de dois ou três meses, não houve uma queda significativa, houve um acompanhamento, isso no primeiro semestre. E agora no segundo semestre esse projeto terminou com o Ensino Fundamental, e o Ensino Médio sentiu a necessidade de fazer alguma coisa para o meio ambiente, para a parte verde da escola, e pegaram a questão do lixo, porque a reclamação era muito do lixo, a bronca que dá no aluno por conta de bolinha de papel é muito grande, não do professor, mas também nossa. Nós vamos nas salas dar bronca as vezes por conta de bolinha de papel, *daí* a professora de Matemática junto com o Ensino Médio decidiram fazer esse projeto de recolhimento de papel, mas deixamos claro que isso deve ser feito com consciência, o aluno não pode tirar folha do caderno com essa finalidade, é somente folhas que já foram utilizadas. Todos já aderiram e vão participar desta etapa final, pelo menos este ano, e a ideia é que não desperdicem as folhas. Tem que aprender a valorizar. Isso começou agora no segundo semestre e está engatinhando, e pretendemos tocar para frente, e no próximo ano casar com o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) de sustentabilidade, para que a escola seja sustentável. É isso!

Pesquisadora: Eu vi lá fora que a escola tem lixeiras para separar os lixos. Os alunos fazem a separação correta?

Diretora: Os lixos de lá nunca foram reciclados, mas eu acredito que eles se preocupam sim em fazer a separação, mas nós ainda não separamos o lixo. Nós tínhamos a lixeira, mas não tínhamos essa ação pronta, pontual, para que o aluno separasse. Agora estamos deixando os alunos colocarem a mão na massa, e nos ajudando em algumas questões, que são particularidades da escola. Eles estão se preocupando e tentando de um jeito ou de outro colaborar para que a coisa aconteça. Estamos passando essa responsabilidade para o aluno, para melhorar a escola, tem coisas que ainda não sabemos como conduzir, estamos aprendendo, mas o que queremos é o aluno atuando de fato dentro da escola. Quem sabe assim aprendam a valorizar, a cuidar da escola, que na verdade é deles.